

CAPELAS RURAIS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVII E XVIII *

Carlos Gutierrez Cerqueira
IPHAN / SP

Resumo: *Estudo histórico das capelas rurais paulistas dos séculos XVII e XVIII, tratadas na obra de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica), e em outras bases de pesquisa.*

Abstract: *Historical study of São Paulo rural chapels of the seventeenth and eighteenth centuries, treated in the work of Pedro Taques de Almeida Pais Leme (Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica), and other research bases.*

Prólogo

A historiografia nos convida a imaginar a vida humana na extensa circunvizinhança da Vila de São Paulo de Piratininga dos primeiros séculos de sua história como a pintura de uma paisagem predominantemente rural, os morros cobertos por matas virgens, com aberturas onde se cultivam os víveres indispensáveis à subsistência das famílias espalhadas por este vasto e bucólico cenário, em suas moradias, sempre rodeadas por índios trabalhando, cingindo a terra, conduzindo o gado, transportando coisas. Uma dessas moradas se destaca sobremaneira já pelo portal de entrada, todo em madeira lavrada, onde se encontram postados uns poucos índios montando guarda, após o que, propriedade adentro, vêm-se num cercado tosco cavalos defronte a cocheiras bem aparelhadas; dali prossegue um caminho adornado por fileiras de roseiras e marmeleiros de lado a lado até encontrar um pátio largo onde se dispõem diversas benfeitorias. O observador atento logo se apercebe da rara presença de mulher branca, apenas assinalada numa figura postada ao lado de um homem barbudo que parece dar ordens, a partir da varanda de uma casa larga e atarracada, a um grupo de índios que se dirige a uma capela alpendrada posicionada a pouca distância. Bem ao lado da capela outros índios se ocupam em fincar um pau comprido encimado por uma bandeira, prenunciando alguma festividade. Outro grupo, este só de índias, se concentra em torno de umas choças, não muito distantes da mencionada casa, onde preparam comidas em abundância. A normalidade cotidiana parece algo alterada diante de tanta

atividade. Alheio a tão grande agitação, um padre, provavelmente da Companhia de Jesus, catequiza um grupo de indiozinhos que parecem entonar cânticos religiosos.

Bem mais adiante, após ultrapassar um trigal conexo e bem proporcionado, surge um panorama não muito diverso, exceto em relação à escala dos elementos antes mencionados, que se dispõe em unidades ao longo de um caminho plano, umas de tamanho médio, outras menores, demarcadas por valas e arvoredos de espinho, retratando vida mais modesta de seus moradores que, todavia, dispõem igualmente de alguns índios para o trato de suas lavouras e criações. O caminho prossegue e mais adiante ainda se vê um grupo de índios transportando sabe-se lá o quê em grades feitas de cipó por sua vez atravessadas por paus que se apoiam sobre seus ombros. Outro pequeno grupo segue mais adiante conduzindo algumas cabeças de gado. À frente dos dois grupos vai um cavaleiro acompanhado por três outros índios caminhando a pé, portando arcos e flechas. O destino parece ser um platô onde, no alto, se vê um casario descontínuo pontilhado por algumas torres de igrejas que se erguem a pouca altura sobre os telhados dos demais edifícios. Para além desse elevado, no prosseguimento do caminho, pode-se ainda observar, vindo em direção contrária e tendo à frente homens encimando bandeiras, outros agitando suas espadas, seguidos por um grupo de pessoas armadas, atrás das quais seguem centenas de índios, muitos dos quais acorrentados e cercados por outros índios que, com lanças em punho ou porretes à mão, os conduzem em fila. Apesar da distância, percebe-se o grande número de mulheres e crianças, algumas de colo, que, abraçadas ou de mãos dadas, seguem enfileiradas. E, por fim, no lado oposto e à meia altura do quadro, num clarão da mata, se vê uma capela com um edifício anexo tendo vários casebres no entorno de uma larga praça assim formada, com inúmeros índios próximos à figura de um padre a gesticular e apontar para o céu!

Embora a paisagem quase toda nos induza a uma ambígua sensação de tristeza e mansidão, há nela um dinamismo que deriva do movimento dos índios; onde quer que se encontrem, estão sempre em atividade. Aliás, a presença do indígena é de uma constância que parece refletir uma preocupação ou uma intenção mal dissimulada do pintor. Mas, não. Disse-nos que procurou tão somente retratar o que até hoje os historiadores, num escrever e reescrever que é próprio do ofício, nos transmitem como imagem daquela época. Assim, injustos seríamos se quiséssemos apontar como contradição à concepção geral do quadro, imputando-lhe, por uma razão aparente, exagero dramático à condição de completa sujeição a que estão submetidos os índios apresados, representados na cena descrita. Da mesma forma incorreríamos em erro imperdoável se não retornássemos a uma cena descrita para assinalar a figura de um negro, vestido à maneira de pajem, enublado sob a penumbra da varanda da casa mencionada,

postado a uns passos atrás do casal retratado. Temos de ser cuidadosos para não deixar escapar nenhum detalhe, pois de certo são carregados de simbolismo. Reparada a desatenção da primeira leitura, voltemos ao quadro.

Há nele três ou quatro planos onde estão representadas cinco unidades distintas que, todavia, formam uma só totalidade aparentemente harmoniosa mas plena de contrastes: num primeiro plano que podemos chamar de fazenda, uma grande propriedade rural cheia de gente, atividades e benfeitorias, que se estende pelo vasto campo verde-amarelado do trival; depois, no segundo plano, à direita, as unidades menores, ocupando terrenos de dimensões variadas e que à época eram denominadas “datas”, com moradas bem modestas algumas, outras melhores – todas porém tomadas por lavouras de gêneros diversos e criatório de pequenos animais cuidados por índias; vendo-se numa ou noutra também um gado miúdo de que se ocupavam uns poucos índios – e, à esquerda do quadro, a última unidade descrita acima – uma imagem singular, algo simplificada do que seria um aldeamento jesuítico, cujo isolamento e beleza parecem contrariar a concepção geral da obra; já no plano mais elevado, na descida duma montanha, a cena de maior efeito dramático, a dita expedição no seu retorno do sertão, pois que bem sucedida, trazendo grande quantidade de nativos capturados no sertão; e, finalmente, no centro alto do quadro, o povoado, a vila, que, nesta representação, por ocupar menor espaço pictórico, lhe confere uma significação também menor, assim configurada pelo pintor talvez em vista das dificuldades ainda existentes de desvendar as funções que desempenhava e especialmente de penetrar no seu ambiente e nas atividades do seu cotidiano, embora confesse a si próprio não a ter caracterizado suficientemente e desconfie que não ficou bem figurar assim a pequenina urbe e servir apenas como pano de fundo para uma pintura que se propõe “histórica”.

Mas vá lá! Havia coisas que gostaria de representar, mas não dispondo de informações seguras – caso dos alojamentos dos indígenas nas unidades descritas ou as relativas às concepções mentais da época – não encontrou ainda maneira de realizar! Assim dedicou-se o mais que pode a chamar a nossa atenção sobre tudo à unidade do primeiro plano, à fazenda, sobre cujo proprietário, soube que à época era chamado por um seu parente muito ilustre de “grande potentado”, vivendo no fausto, com fartura e requinte, a quem também reconheceu virtudes e modo de viver nobre; qualidades que no entender do artista se anulavam face aos expedientes de que ele se valia para obter proveito do trabalho forçado dos índios e de como dispunha das índias moças para saciar seu apetite sexual, de que resultava uma prole mestiça à qual chamavam mameluca – uma gente diferenciada sobre tudo pela índole guerreira de que ela própria se orgulhava e da qual também se valia o genitor para aumentar-lhe a autoridade e o poder. Mesmo assim, confessa o pintor, chegou a ter admiração

por esse poderoso senhor, ou dó – não sabe bem ao certo, em vista das aflições que soube que lhe acometeram quando próximo de se defrontar com a justiça divina. Piedoso, logo revelou outro nobre atributo que o fez distinguir-se ainda mais dentre os seus pares: julgando acanhado e de pouco lustro o oratório que tinha num cômodo à entrada de sua morada, mandou edificar a citada capela e ornamentá-la ricamente, com altar dourado (vale dizer, revestido em ouro) e pinturas que recobriam suas paredes e tetos, complementado por altares laterais, imagens, púlpito e demais paramentos, inclusive um coro abalastrado no alto da entrada da capela. E nela passou a realizar suas orações diárias, e as missas em louvor a Deus e aos santos de sua devoção, bem como a festa anual da santa padroeira, ocasião em que providenciava o concurso de músicos e de indiozinhos cantores para o encantamento dos parentes e convidados. Primava pela sua conservação, pois que serviria também para o seu próprio enterramento e salvação de sua alma, para o que constituíra o filho seu “protetor”, com a obrigação de realizar missas para a remissão de seus pecados e a memória de seu nome. Assim compreende-se perfeitamente a razão do artista pintar a capela em primeiro plano e situá-la bem no centro da obra. Foi o que soube fazer e, reconhecemos, com a qualidade que se espera de um bom artista.

Agradecemos, pois, a colaboração do pintor por ter nos auxiliado a introduzir tão variado e curioso tema, apesar dos reparos que a obra ficará sujeita aos olhos dos “mais sabidos”, embora tenha ele consciência de que, neste caso, foi um mero executor das representações produzidas pelos historiadores e demais estudiosos do assunto. Foram vários livros, documentos antigos e até velhos mapas que pelo olhar dos especialistas pode conhecer que admite, para representar tudo numa só pintura, se viu e ainda se vê meio aturdido, a ponto de não saber ao certo se interpretou a contento ou se acabou vendo o mundo de cabeça para baixo; pois que, tendo aperfeiçoado a mente para expressar plasticamente tudo o que vê e sente, teme se acabou vendo e sentindo as coisas mesmo invertidas, a ponto de se perguntar se isso é comum às pessoas ou se não foi resultado das tantas coisas que viu e se deixado influenciar por elas, tal como nos mencionados mapas onde os antigos representavam os mares e os continentes com o Norte apontando para baixo e o Sol a nascer pela esquerda?

Um último registro: confessou-nos também o pintor que ele não quis assinar a pintura como geralmente faz por acreditar que ela seja antes uma produção coletiva do que obra pessoal e também por tê-la executado pensando em homenagear os profissionais que se dedicavam a Pintura naquele recuado tempo, quando também não assinavam suas obras, mas que, mesmo assim, se empenhavam para que o trabalho que realizavam fosse reconhecido como Nobre Arte. Esquisitice do artista!



Capela de Santo Antonio, fundada em 1681 (atual município de São Roque/SP).
Foto: Julio Moraes (1992)

Este artigo está organizado em duas partes. Segue-se à apresentação do tema, a enumeração das capelas citadas na obra de Pedro Taques de Almeida que, embora forneça dados sobre seus fundadores, época e localização e, em alguns casos, notícias acerca das práticas religiosas, traz pouquíssimas informações sobre sua arquitetura e ornamentação artística, sobre as quais temos especial interesse. Optamos por apresentar primeiramente o rol das capelas, privilegiando a sucessão cronológica, segmentada em períodos de tempo menores que nos possibilitassem dispô-las num quadro de acordo com o tipo de bandeirismo prevalecente à época da fundação (de caça e apresamento indígena e de pesquisa e descobrimento do ouro), bem como aos eventos políticos mais

relevantes da época. Em seguida, com base nesse quadro classificatório, percorremos a historiografia referente aos temas e questões que foram objeto de análises e interpretações por diversos Autores, à luz das quais procuramos examinar o objeto de nosso interesse – as capelas rurais paulistas dos séculos XVII e XVIII.



Mãe-índia – Victor Brecheret.
Foto cedida pelo Museu de Arte Contemporânea/USP

INTRODUÇÃO

Os primeiros séculos de colonização da Capitania de São Paulo foram estudados por diversos pesquisadores cujas obras se tornaram referências obrigatórias a quem quer que deseje formar uma imagem da sociedade paulista daquele período. Ocuparam-se em boa medida em caracterizar as elites de então e suas principais lideranças – os “Bandeirantes” – responsáveis pelo fenômeno que marcou profundamente aquela época: as expedições sertanistas de apresamento e escravização dos indígenas e de pesquisa e descobrimento de pedras preciosas. A despeito das adjetivações e repercussões conhecidas que tanto enaltecem seus protagonistas, também contribuíram com interessantes ensaios, com propósitos de captar processos geopolíticos de reconhecida importância histórica, relações psicossociais entre lusos e nativos e negros, e ainda os de miscigenação representada em Arte e Arquitetura, entre outros.

Entretanto, verificamos que o conhecimento sobre esse período histórico ainda continua em elaboração. Um número de pesquisadores, especialmente uma safra fecunda de novos historiadores, torna a processá-lo na área da história social e econômica especialmente, por meio de novas perspectivas, cujos resultados colocam em questão interpretações anteriores, os quais por sua vez ensejam a retomada das discussões sobre o Sistema Colonial e dos embates conceituais a partir das concepções inicialmente formuladas por Amaral Lapa, com proposições de análise que partiam das “periferias” ou das áreas não diretamente responsáveis pela produção mercantil, em torno da qual o sistema se processava e se articulava com os interesses prevaletentes na área metropolitana.

Interessamo-nos sobretudo por esses novos estudos na medida em que abrem perspectivas de elaboração de um quadro mais amplo de conhecimento do período, embora o nosso propósito seja bem mais modesto. Estamos interessados tão somente em estudar as **Capelas** fundadas por uma parcela desses Bandeirantes, os mais ricos e poderosos, então chamados de “Potentados” paulistas dos séculos XVII e XVIII (das quais restaram apenas duas hoje preservadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), para o que tomamos os estudos genealógicos e históricos efetuados por Pedro Taques de Almeida Pais Leme – NOBILIARCHIA PAULISTANA – como **fonte** básica e primordial de informação. Todavia, à medida que desenvolvíamos nossas concepções e argumentos, tecendo considerações acerca da origem, função e valor simbólico dessas capelas, reconhecíamos ser impossível não considerar o quadro de estudos acima referido.

É preciso advertir, antes de prosseguirmos, que iremos tratar aqui das capelas construídas como **unidades autônomas**, edifícios próprios e separados da sede da fazenda propriamente dita, destinadas para essa função específica. A

advertência é necessária visto que por essa mesma denominação é também geralmente referida a dependência localizada num dos extremos da área fronteira das chamadas Casas Bandeiristas, no lado oposto do alpendre ou varanda onde se localizava o cômodo destinado ao acolhimento de visitantes, o “quarto de hóspedes”.¹

Do pouco que se conhece a respeito da construção das capelas rurais, por particulares, sabemos que era regulada pela Igreja Católica, cabendo ao Bispo autorizá-la e, se conforme os preceitos estipulados, um sacerdote era encarregado de abençoá-las; a partir daí estava autorizado o seu funcionamento – sobre o qual, todavia, restou muito pouca informação. Sabe-se que cabia aos seus fundadores conservar os documentos que lhe deram origem e reunir em livro os registros das despesas efetuadas com a capela, desde as relativas às festividades e missas como também à sua ornamentação e, quando “encapeladas”, por se valerem do instituto do “morgadio”, ficavam também sujeitas à fiscalização do poder temporal.²

Outra forma utilizada em São Paulo, mas aparentemente aplicada apenas às capelas já referidas das moradas rurais, embora contemplassem também residências urbanas, veio a ser o instituto do “Oratório Particular”, este de legislação exclusivamente canônica. Mas, em ambos os casos, a documentação a respeito é rara, quase inexistente.³

Assim o que se sabe a respeito geralmente é fruto de dedução a partir de pouquíssimos dados, coletados aqui e ali, de que é exemplo recorrente a obra

¹ A respeito dessa dependência que abrigava esses equipamentos religiosos, diz Luís Saia: “A capela, que se costuma colocar num dos extremos da faixa social da morada seiscentista de Piratininga, é, pois, outro traço que caracteriza a sua simetria com a classe dominante paulista do século XVII. Juntamente com o quarto de hóspedes e o alpendre (através do qual o senhor feudal aceitava a proximidade de gente estranha ao feudo), completa este verdadeiro cordão umbilical que liga a vida doméstica do bandeirista ao resto do feudo e do mundo. Daí, a religião é posta ao alcance da família, dos agregados, dos mamelucos e da escravaria indígena; raramente para um ou outro escravo da Guiné, que destes bem poucos existiam em São Paulo, nesta época.” A CASA BANDEIRISTA in **MORADA PAULISTA**. Ed. Perspectiva. 1972. p.134.

² Sobre esse tema ver, p. ex., o artigo de Márcia Maria Menendes Motta – Minha casa, minha honra: morgadios e conflito no império português in **RAÍZES DO PRIVILÉGIO – Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**, org. de Rodrigo Bentes Monteiro e outros. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.

³ Sobre o **Oratório Particular** ver: CERQUEIRA, Carlos G.F. e SAIA NETO, José – **PESQUISAS EM TORNO DE UM MONUMENTO**. IPHAN/MinC. São Paulo. Projeto *Documentação de Bens e Monumentos Tombados*. 1997 pp. 36-46.

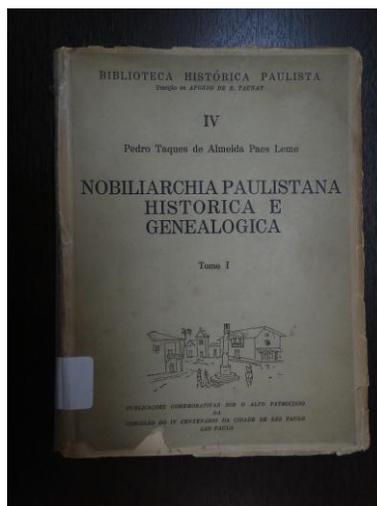
literária *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*,⁴ escrita pelo padre Manoel da Fonseca, bem como as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, hoje chamada de São Paulo⁵, de Frei Gaspar da Madre de Deus, coetâneas aos estudos de Pedro Taques.

Para melhor identificação das capelas procuramos primeiramente reunir, em poucos itens, as informações que coligimos na obra de Pedro Taques sobre cada uma delas. Partimos inicialmente pelo critério mais simples: **Nomes das respectivas capelas**, **Localização** das mesmas e respectivos **Fundadores**, reunindo-as, porém, desde logo, em **grupos** e **subgrupos** de acordo com a **Data** ou **Época de fundação**. Em seguida, referenciamos esses grupos ou conjuntos de capelas ao tipo de bandeirismo em que se inserem: o de **caça e apresamento de índios** ou já da época dos **descobrimientos das minas de ouro**.

Destinamos o campo **Observações** para a transcrição de pequenos trechos dos escritos de Pedro Taques que nos auxiliam a melhor identificá-las; remetendo, como dissemos acima, para os ANEXOS alguns trechos mais longos que ajudam por exemplo a melhor caracterizar os fundadores dessas capelas, pois explicam por vezes suas motivações, ou porque fornecem uma outra ordem de dados igualmente interessantes e importantes sobre as origens de suas fortunas, sobre as atividades produtivas das propriedades em que foram fundadas (infelizmente poucas), sobre os atos religiosos nelas realizados (por vezes abundantes e detalhados), e sobre os equipamentos de culto e ornamentação interna (lamentavelmente restritos a pouquíssimos itens).

⁴ **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus... composta pelo padre Manoel da Fonseca, da mesma Companhia**, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, Ano de MDCCLII. Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1952.

⁵ **Madre de Deus, Frei Gaspar - MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE**. Livr. Martins Ed. São Paulo. 1954.



Embora não seja nossa intenção cancelar as mensagens de cunho ideológico do Autor da Nobiliarchia Paulistana, não encontramos maneira de ignorar as exaltações que eram próprias de seu estilo e muito menos os juízos de valor para com os protagonistas das principais famílias paulistas. Constituem, ao contrário, “materiais” de análise específica, embora de difícil realização.

A propósito, cabe considerar que Pedro Taques era e se via como um nobre, e, como tal, ocupava-se de tarefas próprias de sua “classe”, destacando-se como literato, quer no exercício dos cargos públicos quer como genealogista. Dedicou-se com afincos à nobiliarquia, atividade facilitada pelo acesso fácil aos documentos públicos e oficiais que lhe franqueavam os cargos que ocupou; se por ventura a atividade de linhagista não lhe rendia proventos materiais ponderáveis, de certo lhe auferia prestígio e apoio entre seus pares, ou parte deles, visto que a elite colona paulistana, tal como quaisquer outras, cingia-se em fracções que, a despeito dos interesses comuns, entravam em conflitos por razões de vária ordem, notadamente econômica e política. Todavia, vale observar que Pedro Taques, pesquisando as “origens e os acontecimentos memoráveis” da elite paulistana (ou de parte dela), o produto de sua obra “genealógica e histórica” era certamente de grande valia para o pleito das benesses exclusivamente destinadas a membros dessa “aristocracia”, real ou presumida que se constituiu na Colônia, e para cuja afirmação e manutenção fornecia os subsídios necessários, aliás, usuais em todo o Império luso.⁶ Desse modo,

⁶ Consultar a respeito o já citado **RAÍZES DO PRIVILÉGIO**, artigos reunidos na Parte I – Monarquias por escrito (pp. 25-204), em especial Vendendo a história: historiadores

tomamos os seus escritos na medida mesma de seu propósito, qual seja, o de “servir” aos interesses de sua nobre “classe”. Assim cabe reconhecer que escrevia a um público restrito, certamente sobrevalorizado por ele, pois que essa mesma elite colona, embora lhe fosse facultada o ensino de boa qualidade, propiciado sobre tudo pelos inacianos, poucos foram os que quiseram ou puderam dele usufruir. Importa, porém, sublinhar a intenção, o propósito de “escrever para os seus iguais”, para aqueles que eram por ele assim considerados e também se consideravam ou pretendiam ser tomados por “nobres”, e não a um público mais amplo, aliás inexistente. Escrevia, portanto, para “servir”, seja para atender razões funcionais (da burocracia estatal), fundamentais para obtenção e manutenção de privilégios, seja para o deleite cultural de seus pares de mesma condição social.

Isso posto, haveríamos de enfrentar tarefa que, de certo, não está ao nosso alcance, quer seja, a de perscrutar, através da linguagem do Autor, não somente o estilo de intelectual militante, mas a maneira perspicaz (desapercebida às pessoas comuns estranha aos códigos sociais da casta da sociedade) de que se valia para se comunicar com a própria “classe”, expressando as ideias, os sentimentos e os valores distintivos da “nobreza paulistana”, à qual se propôs a desvendar sua gênese e caracterizá-la.

Serve, porém, de alerta as palavras contidas em texto de Karl Marx, escolhido por György Lukács, sobre o intelectual e o artista na sociedade de classes: “Quando se trata de examinar a conexão entre a produção intelectual e a produção material, é necessário, antes de tudo, não conceber esta última como uma categoria geral – é preciso concebê-la sob uma forma histórica determinada”.⁷ Tarefa que os intelectuais brasileiros, a despeito dos esforços de seus mais importantes representantes, ainda não se deram por satisfeitos.

e genealogias na Espanha moderna, de Richard L. Kagan, e Dicionário das antiguidades de Portugal: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto, de Ana Paula Torres Megiani.

⁷ O texto assim prossegue: “Assim, por exemplo, a produção intelectual que corresponde ao modo de produção capitalista é distinta da que corresponde ao modo de produção medieval. Se não abordarmos a produção material sob uma forma ‘histórica específica’, jamais conseguiremos distinguir o que há de característico na produção intelectual que lhe corresponde e a interação entre ambas.” MARX, Karl – Cultura, arte e literatura: textos escolhidos / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. 1ª ed. – São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2010 pp 149-150.

PARTE I

As Capelas Rurais Paulistas segundo a *Nobiliarchia Paulistana - histórica e genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme**Rol das Capelas****Do início ou do 1º quartel do século XVII:****1. Capela de Nossa Senhora da Luz**

Localização: Sítio do Guarê (rocio de SP)

Data: anterior a **1613**

Fundadores: Domingos Luiz e D. Anna Camacho (genros de Amador Bueno)

Observações: Essa é a primeira capela mencionada na *Nobiliarchia*, no Título **BUENOS DE RIBEIRA** e, a deduzir pela data do falecimento de seu fundador, talvez a primeira capela construída no planalto paulista. p. 78: “Casou o capitão-mor governador Amador Bueno em S. Paulo com D. Bernarda Luiz, filha de Domingos Luiz, por alcunha o Carvoeiro, natural de Marinhota, freguezia de Santa Maria da Carvoeira, cavalleiro professo da ordem de Christo, que falleceu em **1613**, e de sua mulher D. Anna Camacho fundadores e primeiros padroeiros da capella de Nossa Senhora da Luz, do sitio de Guarê do rocio de S. Paulo”.

2. Capela da gloriosa mártir Santa Ignez

Localização: Serra ou Sítio do Ajuhá.

Data ou época de fundação: em torno de **1620**.

Fundadores: Salvador Pires de Medeiros e Ignez Monteiro de Alvarenga.

Observações: Título: PIRES - Capítulo V - 1-5 “Salvador Pires de Medeiros, foi capitão da gente de São Paulo pelos anos de 1620 como pessoa das principais da terra, ...”

3. Capela de Nossa Senhora da Espectação ou do Ó –

Localização: Freg^a do Ó

Data ou época de fundação: início do XVII.

Fundadores: Manoel Preto e Agueda Rodrigues.

Observações: p. 79: 2-1. “D. Catharina de Ribeira, casou duas vezes, e de ambas sem geração. Primeira vez casou na matriz de São Paulo a 22 de Fevereiro de **1632** com Antonio Preto, filho do afamado Manoel Preto, fundador e 1º padroeiro da capella de Nossa Senhora da Espectação, chamada do Ó, pouco distante do rio Tietê, villa de S. Paulo, e de sua mulher Agueda Rodrigues”.

Do 2º quartel do século XVII:

1. Capela de Santo Antonio [Parnahyba] –

Época: 1ª metade do séc. XVII.

Fundadores: João Missel, Capitão da vila de Parnaíba, e mulher Constança de Oliveira.

Observação: A menção a João Missel é encontrada no Título: **ALMEIDAS CASTANHOS**. “Antonio Rodrigues de Almeida cavalheiro fidalgo da casa de el-rei D. João III, ... teve de sua mulher D. Maria Castanho natural também de Monte-mór, duas filhas. Capítulo I – D. Maria Castanho – 5-4. Lourenço Correa Ribeiro, natural de Itu. Foi casado com D. Maria Pereira de Azevedo, natural da vila de Parnahyba ...E pela parte materna de João Missel, que foi capitão da vila de Parnahyba, onde faleceu com testamento, a 28 de Junho de 1645; fundador e primeiro padroeiro da Capela de Santo Antonio, e de sua mulher Constança de Oliveira”.

De meados do XVII:

1. “Capela de Na. Sra. da Aldeia de Embu”

Localização: Embu (Aldeia de M’Boy)

Época: meados do XVII

Fundadores: Casal Fernão Dias Paes e Catharina Camacho.

Observação: Com a denominação acima encontramos na Nobiliarchia o que seria hoje a capela de Na. Sra. do Rosário de Embu, construída por Pe. Belchior Mendes no início do século XVIII. Pedro Taques não designa nome nenhum, que todavia é a mesma que foi deixada ao Colégio de São Paulo pelos seus fundadores. No Tomo III. Título: LEMES, à p. 53, consta apenas *aldêa de Imbohû*. Cita Nossa Senhora do Desterro, mas era a capela ou altar lateral na igreja do Colégio de São Paulo que o casal também deixou aos Jesuítas. Lemos no parágrafo 3º. Item 2 – 3. “Fernão Dias Paes, casou com Catharina Camacho, filha de João Maciel e de sua mulher Paula Camacho, o qual casal veio da vida da . . . do Minho para São Paulo com filhos e filhas; e foi esta família uma das primeiras que povoou a vila de São Paulo”.

Da 2ª metade do século XVII:

1. Capela de São Roque.

Localização: São Roque

Época: Meados ou Segunda metade do século XVII.

Fundador: Pedro Vaz de Barros, por alcunha “Vaz Guaçu. ... fundador e padroeiro da capela de São Roque, termo da vila de Parnaíba ... Nesta sua capela teve Pedro Vaz de Barros a sua maior assistência. ... Foi a sua casa e fazenda uma povoação tal, que bem podia ser vila .”

2. Capela de Belém

Localização: sítio de Canduguá – (Freg^a do Belém) –

Data ou época de fundação: anterior a 1673.

Fundadores: Maria Buena e Gervásio da Motta da Victoria

Observações: p. 83: “3-1. Maria Buena foi casada com Gervásio da Motta da Victoria, e moradora no sítio de Canduguá, em cuja capella, chamada de Belém, que ao presente tempo já não existe; foi sepultada a dita Maria Buena a 27 de Dezembro de 1673”.

3. Capela de Santo Antonio

Localização: antiga Araçariguama, hoje município de São Roque.

Data: 1681.

Fundador: Fernão Paes de Barros (um dos 8 filhos do Capitão-mor Governador Pedro Vaz de Barros, natural de Algarve, que faleceu em 1644).

Observações: p. 208/209 “... em sua casa e fazenda do sitio de **Araçariguama** fundou a capela de Santo Antonio, ornando o altar da capela-mor da igreja de excelente talha, toda dourada, cuja administração e padroado se conserva ainda hoje na família de João Martins Claro, que foi seu genro pelo casamento de sua filha mulata Ignacia Paes, viúva de Braz Leme de Barros, em quem falamos no cap. Precedente”.

4 - Capela de Na. Sra. da Conceição –

Localização: Vuturuna

Época: Segunda metade do Séc. XVII.

Fundadores: Guilherme Pompêo de Almeida, Capitão-mor da Vila de Parnaíba e sua mulher D. Maria de Lima Pedroso.

Observações: Título TAQUES POMPEOS - CAPÍTULO II - p. 115: 1 – 2. “**Guilherme Pompêo de Almeida** viveu abastado no território de S. Paulo ... Retirou-se mudando de domicílio para o território da villa de Parnahyba. Esta mesma prudente resolução seguiram outros parentes. ... Foi Guilherme Pompêo de Almeida capitão-mor da villa de Parnahyba ...

Viveu abundante de cabedais com grande tratamento e opulência em sua casa. A copa de prata, que possuiu excedeu de 40 arrobas, porque, os antigos paulistas costumavam penetrar os vastíssimos sertões do rio Paraguay, e

atravessando suas serras, conquistando bárbaros índios seus habitadores, ... Fundou no território da villa de Parnahyba a capella de Nossa Senhora da Conceição em Vuturuna, e a dotou com liberal mão, constituindo-lhe um copioso patrimônio **em dinheiro amodado, escravos officaes de vários officios**, e todos com tendas para o exercício de suas occupaões. **Adornou a capella com retábulo de talha toda dourada, e lhe deu ornamentos ricos para as festividades e outros de menos custo para semanários com castiças de prata**".

5 - Capela de Na. Sra. da Conceição de Araçariguama –

Época: 2ª metade do XVII.

Fundador: Padre Guilherme Pompêo d'Almeida.

Observações: Pedro Taques se estende em informações sobre a vida e não economiza elogios ao padre Guilherme Pompêo d'Almeida [filho de Guilherme Pompêo de Almeida, Capitão-mor da Vila de Parnaíba, fundador da capela acima de mesma denominação.

Sobre a capela: "Fez assento no sitio de Araçariguama, onde fundou a capella de N. S. da Conceição, a cujo mysterio teve cordial devoção, **toda adornada de excelente talha dourada com muita magnificência**. Celebrava-se anualmente a festa da Senhora, a 8 de Dezembro, com um oitavario de festas de **missas cantadas**, Sacramento exposto, e **sermão** a varios santos da sua especial devoção, e se concluía o oitavario com um aniversario pelas almas do purgatório com o officio de nove lições, **missa cantada, e sermão para exercitar a devoção dos fieis ouvintes**".

Sobre a significação social das festividades: "De S. Paulo **concorria a maior parte da nobreza com os religiosos de maior autoridade, das quatro comunidades, companhia de Jesus, Carmo, S. Bento e S. Francisco, e os clérigos da maior graduação**. Era a casa do Dr. Guilherme Pompêo n'aquelles dias **uma populosa villa, ou corte, pela assistência e concurso dos hospedes**. ... Tinha na entrada da sua fazenda da Araçariguama um Portico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pateo á igreja ou capella da Conceição. N'este portão ficavam todos os criados dos hospedes, que ali se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavallo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para este politico [deve ser público] ministério os tinha bem disciplinados. ... **Engrossou o seu copioso cabedal com a fertilidade das Minas-Geraes**, para as quaes mandando numerosa escravatura debaixo da administração de zelosos feitores, **recebia todos os annos avultadas remessas de ouro**. Soube distribuir este grande cabedal, mandando a corte de Lisboa reformar a prata, que em muitas arrobas herdou de seus pais, e posta em obra mais polida, teve a **copa mais**

primorosa que nenhum outro seu nacional. **Os moveis eram todos ricos e de primor**”.

6. Capela de N. Sra. da Ajuda

Localização: Caçapava

Época: 2ª metade do XVII.

Fundadores: Jorge Dias Velho, natural de S. Paulo, e Sebastiana de Onhatte, também de S. Paulo.

Observação: “3-11. Sebastiana de Onhatte, natural de S. Paulo, faleceu em Taubaté com testamento a 24 de Outubro de 1702, casada em S. Paulo com Jorge Dias Velho, natural de S. Paulo, fundador da capella de Nossa Senhora da Ajuda no Sitio de Caçapava, cuja construção e ornamentos acusam a grandeza do seu fundador. É de talha levantada, toda dourada e dentro de uma tribuna na capela-mor se vê colocada a imagem de S. Jorge. A igreja é de vocação de Nossa Senhora da Ajuda. Este Jorge Velho foi irmão de Manoel Garcia Velho, que casou em Taubaté em 1688 com Maria Fragoso, filha do coronel Sebastião de Freitas e Maria Fragoso”.

7. Capela (sem denominação)

Localização: Fazenda do Cutaúna

Época provável: final do século XVII (?)

Fundador: Pedro Vaz de Barros – neto do Capitão-mor Governador de São Paulo de mesmo nome (falecido em 1644 que foi casado com d. Luzia Leme, [esta] faleceu com testamento em 22.11.1655) e filho de Antonio Pedroso de Barros (irmão de Vaz Guaçu e de Fernão Paes de Barros também fundadores de capelas como antes mencionado).

Observações: “Título PEDROSOS – BARROS: A sua fazenda do Cutaúna era como uma vila, pelo grande número de casarias, e bem arruadas, que nela havia, com uma CAPELA, onde se oficiavam os sacramentos por se compor aquela fazenda de mais de seiscentas almas”.

Do início do século XVIII (DA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO DO OURO):

1. Capela de N. Sra. da Piedade

Localização: Araçariguama [originalmente território de Parnaíba]

Época: início do XVIII

Fundadores: Francisco Rodrigues Penteadó.

Pedro Taques dá destaque especial a essa capela, chamando a atenção sobre sua ornamentação, o concurso de artífices reinóis, e suas festividades: “Esta igreja

foi ornada de capela-mor e cruzeiro com dois altares colaterais: é toda forrada, e os altares com retábulo de excelente talha (por artífices de profissão vindos do reino) todos dourados. Neles estão colocadas devotíssimas **imagens de vulto ...** Enquanto durou a vida do fundador havia anualmente festa da mesma Senhora, que durava um oitavário de **missas cantadas** com três distintas festividades, em que havia **sermão**, conduzindo-se para elas a música **pessoas de autoridade que faziam uma corte daquela opulenta fazenda, na qual em todos os dias reinava a profusão e bom-gosto.** Completava-se o oitavário com um aniversário pelas almas do purgatório com ofício de 9 lições, música e canto de órgão, sermão etc. ...”

Da segunda metade do XVIII (DA ÉPOCA DO AÇÚCAR)

1. Capela –

Localização: Itu

Época ou data de fundação: 1761.

Fundador: Antonio Ferraz de Arruda.

Observação: Pedro Taques não designou o Santo.

Sem determinação de data ou século:

1. Capela do Senhor Bom Jesus do Perdão

Localização: Curitiba

Época: séc. ?

Fundador: João da Veiga Coutinho

Observação: A fundação da capela seria devida a remissão de pecado cometido contra membro da família dos Pompeu de Almeida.

Síntese das informações:

DA ÉPOCA DAS BANDEIRAS DE CAÇA AO ÍNDIO:

- Capelas do 1º quartel do século XVII	= 3
- Capela do 2º quartel do século XVII	= 1
- Capela de meados do século XVII	= 1
- Capelas da 2ª metade do século XVII	= 7
Somam	= 12 capelas do XVII

DA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO DO OURO

- 1 Capela (de Araçariguama) do início do século XVIII (“torna viagem”, de Francisco Rodrigues Penteadó)

DA ÉPOCA DO AÇÚCAR

- 1 Capela da 2ª metade do século XVIII (a de Itu – de Antonio Ferraz de Arruda)

SEM DETERMINAÇÃO PRECISA DE ÉPOCA

- 1 capela sem datação, de Curitiba, **do Senhor Bom Jesus do Perdão**, Antonio Pompêo de Almeida.

Algumas considerações acerca das informações extraídas da Nobiliarchia Paulistana

1. Sobre as Capelas da época das **Bandeiras de caça ao índio**:

1.1. as três primeiras capelas são do primeiro quartel do século XVII, sendo que duas delas - a capela de Na. Sra. da Luz, do Sítio do Guarê, no rocío de S. Paulo (1613) e a capela da gloriosa mártir Santa Ignez, na Serra ou Sítio do Ajuhá (1620) – são do **período anterior à invasão holandesa do Nordeste brasileiro**.

1.2. Já a terceira, a de Nossa Senhora da Espectação ou do Ó – do bandeirante Manoel Preto, já está compreendida no **período das invasões holandesas**. Pedro Taques, embora registre que Manoel Preto fez “varias entradas aos sertões do Rio-Grande, chamado Paraná pelos mappas castelhanos, e aos do rio Uruguai, e conquistado tanta cópia de índios, que chegou a contar na sua fazenda da capella do Ó 999 índios de arco e flexa” não informa quanto a venda de índios aos engenhos do Nordeste. Da mesma forma, embora refira à “fazenda” nada informa sobre o que nela produzia.

1.3. Em abono a mais antiga – a de Na. Sra. da Luz -, vale lembrar, Pedro Taques vincula-a ao Capitão-mor governador Amador Bueno, aquele que se negou a se tornar rei por aclamação dos paulistas, genro do fundador Domingos Luiz.

1.4. Fato tão importante quanto as invasões holandesas a **União política dos países ibéricos** englobaria talvez, além dessas três primeiras, a Capela de Santo Antonio do Capitão da Vila de Parnaíba, João Missel, fundada certamente bem antes de 1645 (ano de sua morte). Pedro Taques destaca que foi esta a primeira capela em São Paulo tendo por padroeiro Santo Antonio, o santo português.

1.5. Em consequência, seguindo este mesmo critério, talvez devêssemos também incluir a capela do casal Fernão Dias Paes e Catharina Camacho – a

referenciada por Pedro Taques *apenas* como de Nossa Senhora da Aldeia de Embu.

O que trariam essas cinco capelas como característico desse período da União Ibérica (1580-1640)? Imaginamo-las de arquitetura simples, pequenas, construídas de taipa de pilão, e alpendradas. Internamente, com “altares” que denotariam a nossa “antiguidade”, de conformidade com a expressão de Lúcio Costa que os situa entre o final do século XVI e primeiros decênios do XVII, com “traços tanto renascentistas como barrocos”, de estilo severo, com o coroamento encimado por simplórios pináculos. Talvez em alguma delas já pudéssemos encontrar as “águias bicéfalas”, talhadas num dos equipamentos da ornamentação, referenciado tanto à Casa de Áustria, del-rey Felipe II, como resultado e expressão da participação dos paulistas em favor dos interesses e das disputas em jogo, derivados das políticas internacionais que envolviam a Monarquia luso-espanhola e a Igreja Católica em seus embates com a Holanda e os Protestantes.

1.6. As demais são já **posteriores à invasão holandesa e ao restabelecimento do tráfico negreiro** de Angola para o Nordeste açucareiro brasileiro, e pertencem já a 2ª metade do XVII – período que, aliás, assinala o maior número de fundações: sete no total.

1.7. Considerando apenas o critério relativo às **Expedições Sertanistas de caça e apresamento indígena**, que engloba um período de tempo bem mais amplo (somando, ao todo, doze capelas), todas essas capelas são do século XVII. Vale contudo observar que apenas quatro foram fundadas por representantes dessas *expedições*. Foram eles os seguintes **protagonistas** e respectivas capelas: **Manoel Preto** (fundador da Capela da Espectação ou Ó); possuía “999 índios de arco e flexa”; fez expedições ao “Sertão do Paraguay”; mencionado por Dom Francisco Xarque de Andela relativamente ao assalto a “Redução de S. Ignacio” em 1623-24); **Fernão Dias Paes** (“potentado pelo domínio que teve em um grande número de índios que fez baixar do sertão com o poder de suas armas”; fundou a “populosa aldêa do Imbohú”); **Capitão Guilherme Pompêo de Almeida** (fundador da capela do Voturuna), atual Parnaíba. Neste caso a referência é clara: “porque, os antigos paulistas costumavam penetrar os vastíssimos sertões do rio Paraguay, e atravessando suas serras, conquistando bárbaros índios seus habitantes”; **Fernão Paes de Barros** – (fundador da Capela de Santo Antonio, no atual município de S. Roque); e também **Pedro Vaz de Barros** – o *Vaz Guassú* – fundador da Capela de São Roque, sobre o qual Affonso d’E. Taunay⁸ informa, entre outras ações desse bandeirista, a sua

⁸ TAUNAY, Afonso d’E. - História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo Quarto. Tip. Ideal. S. Paulo.

participação como Cabo de tropa de Raposo Tavares, nos ataques às reduções jesuíticas do Guairá.

Cabe, no entanto, observar que não há na Nobiliarchia referência a esses dois últimos como *sertanistas*, devendo sua incorporação ao item devida a outras fontes. Lembrando também que tanto o Padre Guilherme Pompêo d'Almeida como Fernão Paes de Barros pertenceram tanto ao bandeirismo de apresamento indígena como ao do período seguinte, dos descobrimentos de ouro.

2. Outro interessante critério seria o relativo aos **Cargos Públicos**, valendo observar que de todas as capelas do século XVII, apenas quatro foram fundadas por indivíduos que exerciam funções importantes (civis e eclesiásticas):

2.1. **Salvador Pires de Medeiros** – Capela da gloriosa mártir Santa Inez (1620) – “capitão da gente de São Paulo pelos anos de 1620 como pessoa das principais da terra”.

2.2. **João Missel** – Capela Santo Antonio (Parnaíba) – Capitão da mesma Vila.

2.3. **Guilherme Pompêo de Almeida** – Capela de N. Sra. da Conceição (Voturuna) – Capitão-mor de Parnaíba

2.4. **Padre Guilherme Pompêo d'Almeida** – Capela de N. Sra. da Conceição (Araçariguama) – presbítero; este, também podemos relacioná-lo ao “sertanismo” e à exploração aurífera.

3. Se adotarmos como critério o pertencimento à **Nobreza**, poderíamos destacar somente três de comprovada origem:

3.1. o mesmo **João Missel** – Capela Santo Antonio (Parnaíba) – descendente de “Antonio Rodrigues de Almeida cavalheiro fidalgo da casa de el-rei D. João III”, e

3.2/3. os dois filhos do Governador Capitão-mor de São Paulo: **Pedro Vaz Guassú** e **Fernão Paes de Barros** (capelas de São Roque e de Santo Antonio, respectivamente).

Aqui cabe uma consideração: ao atentarmos para as palavras de Pedro Taques, com exceção destes últimos mencionados, cuja origem nobiliárquica é declarada, notamos que todos os demais fundadores de capela se fazem ou se tornam nobres por meio de outros critérios que elegeram para assim classificá-los: pelo “poder de suas armas, de seus índios de arco e flexa” e pela temida ação de seus mamelucos (- “gente atrevida, belicosa e sem lei ... mais carniceiros, que os infieis” –), pela “opulência” de suas casas e fazendas “de grandes culturas” onde recebiam, “com grande tratamento e abundância”, seus convidados “hospedes,

amigos, parentes e estranhos, todos agasalhados com grandeza e muita profusão”, com produtos de suas “próprias lavouras e criações” (a lista dos produtos compreende desde pão e vinhos a “iguarias” como vitelas, carneiros e porcos), postos à “mesa com profusão e bom-gosto” e servidos em *copa* de prata, especialmente nas festas promovidas nos dias comemorativos dos padroeiros de suas capelas, “adornadas de talha dourada” e outros “ornamentos ricos”, constituindo o patrimônio dessas capelas “*escravatura e terras de cultura*”, e se “encapeladas” ou “vinculadas” assegurada a sua conservação e ofícios religiosos para a posteridade, através do instituto do “morgadio” que obrigava os descendentes à sua administração vitalícia e sucessiva. Variadas razões e muitos os critérios de que se valiam seus fundadores.

Em suma, à falta de nobreza de origem, produzia-se a própria “nobilarquia”. Esta era alcançada por meio da riqueza e do poder – sua base material e política –, conquistados pelo domínio sobre grande número de índios, terras e produtos de suas lavouras e criações.

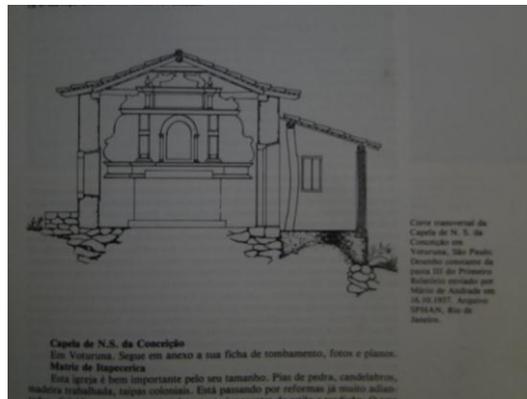
Cabe observar, no entanto que, quando lemos documentos da época, verificamos que tais razões e critérios eram utilizados em larga medida, não sendo, portanto, apenas “criação” da “mente” nobiliárquica do linhagista.

4. Capelas situadas em fazendas que Pedro Taques dá indicações de já existir certa **aglomeração urbana** à época de sua fundação (século XVII). Das capelas desse período, destacam-se sobremaneira as dos Pompeo de Almeida, do Capitão-mor de Parnaíba e de seu filho Padre Guilherme e também a capela de São Roque, de Vaz *Guassú*, mais em função da riqueza de sua fazenda que atrai tantos “hóspedes” a desfrutarem as iguarias de sua mesa farta.

4.1. Sobre esta última, as informações nos levam a imaginar que a capela se beneficiou grandemente da opulência da propriedade rural em que estava localizada, tal o volume de gente que a ela concorria. Recuperemos um trecho de Pedro Taques: “Foi a sua casa e fazenda uma povoação tal, que bem podia ser vila ... A sua casa era diariamente freqüentada de grande concurso de hospedes, parentes, amigos e estranhos, ... Todos eram agasalhados com grandeza daquela mesa, na qual, com muita profusão, havia pão e vinho da própria lavoura, e as iguarias eram vitelas, carneiros e porcos”. De certo a atual cidade de São Roque está hoje assentada sobre as terras que formavam a fazenda desse bandeirante e também não é de duvidar que a igreja Matriz atual tenha sucedido a primitiva capela de São Roque.

4.2. Já com a Capela do **Capitão Guilherme** o foco é outro. As informações referem-se às atividades artesanais que este trouxe para o interior de sua propriedade em razão da construção e ornamentação da capela: “Fundou no território da villa de Parnahyba a capella de Nossa Senhora Senhora da

Conceição em Vuturuna, e a dotou com liberal mão, constituindo-lhe um copioso patrimônio em dinheiro amodado, escravos officiaes de vários officios, e todos com tendas para o exercício de suas occupaões”. Podemos, assim, deduzir que o que segue descrevendo são produtos dessas atividades: “Adornou a capella com retábulo de talha toda dourada, e lhe deu ornamentos ricos para as festividades e outros de menos custo para semanários com castiças de prata”. “Tendas” é termo utilizado nos centros urbanos da Colônia (Salvador, Recife, Olinda, Rio de Janeiro) e mesmo a pequena Vila de São Paulo, nessa época, para designar os locais de trabalho, também conhecidos por “oficinas”, montadas pelos artesãos. Mas, observemos bem, Pedro Taques não estava a falar propriamente de artesãos, mas de “escravos officiaes de vários officios”, o que torna o fato muito mais interessante. Quem seriam eles? Índios? Negros?



Planta em corte da capela de Voturuna

4.3. Já com a fazenda do **Padre Guilherme Pompêo d’Almeida**, em Araçariaguama, era a capela centro de acontecimentos sociais importantes. A começar pelas celebrações anuais nela realizadas, em especial “a festa da Senhora, a 8 de Dezembro, com missas cantadas ... e sermão a vários santos da sua especial devoção” Sobre a significação social das festividades: “De S. Paulo concorria a maior parte da nobreza ...” E, ao concluir, Pedro Taques, fica em dúvida sobre o modelo que deva aplicar: “Era a casa do Dr. Guilherme Pompêo n’aquelles dias uma populosa villa, ou corte, pela assistência e concurso dos hospedes”. A imagem de vila, como o de um núcleo urbano, pareceu-lhe inadequada, talvez pela nobreza e importância dos “hospedes” que, no Velho Mundo, em Lisboa, seriam personagens de convivência natural em palácios ou na própria Corte de Sua Majestade El-Rey.

4.4. E ainda a capela do neto do Governador de São Paulo, **Pedro Vaz de Barros**, fundada em sua “fazenda do Cutaúna”, assim descrita por Pedro Taques: “era como uma vila, pelo grande número de casarias, e bem arruadas, que nela havia”, contando com seiscentos moradores - que atrás presumimos situar-se já para o final do século XVII.

5. Capelas cujas fazendas a que pertenciam podem ser relacionadas à **produção de gêneros comercializáveis**:

5.1. Capela da gloriosa mártir Santa Ignez - de **Salvador Pires de Medeiros** (1620) – “estabelecido na serra, ou sítio do Ajuhá, onde teve uma fazenda de grandes culturas, e uma dilatada vinha, da qual todos os anos recolhia excelente vinho malvasia com muita abundancia”. Afora essa valiosa informação sobre a grande produção de vinho malvasia - que denuncia o traslado de técnicas vinícolas tradicionais de regiões como Alentejo, Beira e Douro para as serras próximas a São Paulo de Piratininga bem como o fato dos colonos conservarem o hábito e a preferência em saborear o vinho doce -, infelizmente não complementa a notícia nomeando os demais produtos de suas “grandes culturas”, cuja existência porém vem em favor da hipótese de que Salvador Pires de Medeiros, já no primeiro quartel do século XVII, produzia vinhos e outros gêneros em quantidade para vender a terceiros.⁹

5.2. Capela de São Roque – de **Pedro Vaz de Barros**, o *Vaz Guassú* (2ª metade XVII) – “Todos eram agasalhados com grandeza daquela mesa, na qual, com muita profusão, havia pão e vinho da própria lavoura, e as iguarias eram vitelas, carneiros e porcos”. Esta é a única fazenda com capela que Pedro Taques sugere, por assim dizer, a **produção de trigo** “com muita profusão”, apontando o pão como produto derivado de sua lavoura. Da mesma forma as carnes oferecidas “com grandeza” à sua mesa que, no nosso entender, indicam criação de animais destinada a mercado. E, como Salvador Pires de Medeiros, também produtor de vinho; aliás, inaugurando na região uma atividade que permanece até os dias atuais, por descendentes de portugueses e de imigrantes italianos.

⁹ Quem hoje transita pelos municípios circunvizinhos à cidade de São Paulo observa que boa parte deles está situada em terrenos elevados que, em determinado período do ano, apresenta um clima quase serrano, predominando uma temperatura amena, por vezes bastante baixa, e umidade proporcionada por uma garoa que ainda luta por persistir nessa região que a urbanização afastou definitivamente da área central da megalópole. Esse devia ser o clima prevalecente na paisagem rural da São Paulo de Piratininga daquele tempo – bastante propício ao consumo do vinho; hábito que ainda se verifica p. ex. entre os mais antigos moradores de Caucaia do Alto, distrito de Cotia, localizado a quase 900 metros de altura do nível do mar, e onde meus pais Carlos Tertuliano e Elvira Gutierrez Cerqueira viveram numa graciosa e sempre festiva chácara o quarto final de suas vidas.

6. Infelizmente a Pedro Taques não lhe passou pela cabeça o interesse que haveríamos de ter tempos depois acerca dos **materiais** de que se valiam os bandeirantes para construir suas capelas e demais edificações das fazendas seiscentistas, sua **implantação** nos terrenos, **partidos** adotados, suas **feições plásticas** e outros aspectos arquitetônicos sobre os quais os técnicos em preservação e estudiosos tanto se esforçam por conhecer ainda nos dias atuais:

6.1. A exceção é (novamente) a capela do **Padre Guilherme Pompeu d'Almeida** (Araçariguama), a única que nos fornece uma ideia de sua **implantação**: “Tinha na entrada da sua fazenda da Araçariguama um Portico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pateo á igreja ou capella da Conceição”.

6.2. Quanto a fazenda de **Pedro Vaz Guassú**, de São Roque, apesar da vaga ideia que fornece traz a forte impressão da propriedade original ter-se transformado rapidamente, coletivizado e urbanizado o que antes era familiar e privado: “Foi a sua casa e fazenda uma povoação tal, que bem podia ser vila”. E no que se refere à sede fazenda nos faz imaginar uma Casa de Morada muito grande, talvez ainda maior do que a de seu irmão e vizinho pois, pela quantidade de gente que atendia, talvez equivalesse a um verdadeiro palacete: “A sua casa era diariamente frequentada de grande concurso de hospedes, parentes, amigos e estranhos. ... Todos eram agasalhados com grandeza daquela mesa, ...” Se, como estamos supondo, foi mesmo de dimensões maiores que a casa do Capitão Fernão Paes de Barros – a única que restou daquele recuado período (meados do séc. XVII) –, essa breve descrição da casa de Pedro Vaz *Guassú* por Pedro Taques não deixa de vir em reforço à tese formulada por Luís Saia sobre as origens “palladianas” dessas grandes moradas da elite paulistana da época.

7. Quanto à **ornamentação** interna das capelas, Pedro Taques foi um pouco mais benevolente, contemplando-nos com informações sobre quatro das sete capelas da segunda metade do século XVII, embora limitadas a pouquíssimos elementos. São elas: a de Santo Antonio, de **Fernão Paes de Barros**, a de Nossa Senhora da Conceição, de Voturuna, do **Capitão Guilherme Pompêo de Almeida**, a do filho deste último o **Padre Guilherme Pompêo d'Almeida**, da mesma invocação, em Araçariguama, e a de Nossa Senhora da Ajuda, em Caçapava, de **Jorge Dias Velho**.

Antes, porém, umas considerações lamentosas sobre as demais do mesmo período:

7.1. Infelizmente nada, nadinha informa sobre a ornamentação da mais antiga: aquela situada no *rocio* da Vila de Piratininga, construída em data anterior a 1613 pelo genro de Amador Bueno, **Domingos Luiz** e sua mulher Anna Camacho – “primeiros padroeiros da capella de Nossa Senhora da Luz, do sítio de Guarê”. Da mesma forma, lamentavelmente, sobre as duas outras capelas do início do XVII: a “Capela da gloriosa mártir Santa Ignez” (cerca de 1620) e a de “Nossa Senhora da Espectação ou do Ó”, do poderoso bandeirante **Manoel Preto**.

Mas sobre este último caberia ponderar sobre as palavras de Pedro Taques que de certo modo resultam em favor da hipótese de que a ornamentação das capelas dos bandeirantes paulistas seja resultado de suas ações nas “missões paraguaiás” – o que nos leva a deixar consignado um sub-critério, o do **assalto e pilhagem das igrejas missioneiras espanholas** na nossa classificação. Escreveu o linhagista: “D’elle faz odiosa menção D. Francisco Xarque de Andela no livro das vidas dos padres do Paraguay, impresso em Pamplona no anno de 1687, no cap. XVI, descrevendo, com conhecida paixão, a entrada que fez Manoel Preto no sertão do Paraguay, assaltando a redução de S. Ignácio, que pelos annos de 1623 para 1624 ...: ‘Entraron en la iglesia, saquearon la sacristia, profanaron los altares, vertieron los santos óleros, haciendo escárnio de las cosas sagradas, com mas osadia que los herejes em Inglaterra’.” Assim, houvesse Pedro Taques nos contemplado com alguma notícia ou comentário sobre a ornamentação da capela, talvez revelasse algum elemento dos que houvera sido por ventura retirado da igreja da redução de Santo Ignácio.

Como veremos adiante, desde os anos finais do século XVI, os paulistanos também mantinham relacionamento comercial com as áreas castelhanas, favorecido pela União dos países ibéricos – o que ampliava as possibilidades de intercâmbio também de produtos de Arte religiosa com os artífices platinos, até ao menos 1640. Mas, por esse tempo, já os paulistanos se empenhavam, com seus “exércitos de índios em arco e flecha”, no auxílio às forças metropolitanas contra os invasores holandeses do Nordeste açucareiro, bem como haviam dado início ao comércio inter-regional com as áreas coloniais, abastecendo com os produtos de suas lavouras e criações as “Capitanias do Norte” e também com o litoral fluminense e capixaba em decorrência da política implantada por Dom Francisco de Souza, intensificada durante as invasões holandesas, especialmente com a Capitania da Bahia de todos os Santos, ganhando grande expressão a partir de 1640 – o que nos leva a considerar a mesma possibilidade de intercâmbio de produtos de Arte religiosa com os artífices dessa área, talvez com maior intensidade e de forma permanente e mais duradoura. Da mesma forma como se pode conjecturar sobre a possibilidade de um Fernão Paes de Barros mandar contratar serviços de artesãos castelhanos,

assim também pode ter feito alguma negociação com profissionais de Arte e Arquitetura quando esteve na Bahia, com largueza de tempo suficiente para contratar serviços ou adquirir produtos para a sua futura capela de Santo Antonio, da mesma forma como trouxe a São Paulo a sua filha Ignácia, havida de uma escrava negra da Bahia. São hipóteses que nutrem nossa imaginação e ajudam a traçar caminhos de pesquisas à espera de confirmação documental. São hipóteses não necessariamente excludentes.

7.2. A ausência de notícias continua para as duas capelas seguintes. Sobre a do Capitão da vila de Parnaíba João Missel, diz apenas “fundador e primeiro padroeiro da Capela de Santo Antonio” e quanto a do bandeirante Fernão Dias Paes que a denomina apenas como “Capela de Nossa Senhora da Aldeia de Embu”, nada acrescenta.

Assim, sobre a primitiva Capela de Nossa Senhora do Rosário, cujo interesse por informações acerca de sua versão primeva que a teriam dotado seus fundadores em meados do século XVII (substituída depois pela edificada por Padre Belchior no início do XVIII) ainda é continuar muito grande; lamentavelmente Pedro Taques nada informa a respeito.

7.3. Sobre a capela da Fazenda do Cutaúna, do final do século XVII, que pertenceu ao neto do Capitão-mor Governador de São Paulo, ao menos informa que nela “se oficiavam os **sacramentos** por se compor aquela fazenda de mais de seiscentas almas” – revelando, desse modo, que, para atender tão grande comunidade, devia ter a participação de um padre e estar provida de equipamentos para a realização de todos os atos religiosos (casamento, batismo, crisma, eucaristia, etc.): altar, sacrário, cruz, púlpito, pia batismal, cibório, confessionário, bem como provida dos apetrechos como estolas, cálice, galhetas, pão e vinho, tudo enfim necessário às sagrações.

7.4. Sobre a capela de Belém então, construída em data anterior a 1673 no sítio de Canduguá, a lastimável informação: “no presente tempo já não existe”.

Vejamos contudo aquelas que Pedro Taques nos brindou com informações acerca de suas ornamentações.

7.5. Capela de Na. Sra. da Conceição, de Vuturuna, fundada pelo Capitão-mor de Parnaíba, **Guilherme Pompêo de Almeida**. Além do que já registramos acerca dos “escravos officiaes de vários officios” de que se utilizou, Pedro Taques nos diz pouco mais: “Adornou a capella com retábulo de talha toda dourada, e lhe deu ornamentos ricos para as festividades e outros de menos custo para semanários com castiças de prata”. Em outras palavras: o seu aparelhamento para as práticas espirituais ordinárias, realizadas durante os dias

da semana, era de prata; já para as festividades, os “ornamentos ricos”, feitos de metal mais nobre, ornando com o aplicado no retábulo. E tudo feito em sua fazenda e faturado por “**escravos oficiais de vários officios**, e todos com tendas para o exercício de suas ocupações.” E isso bem antes de serem descobertas as minas de ouro. E lembramos também que a literatura histórica da primeira metade do século XX foi em parte responsável pela formulação da ideia da inexistência de dinheiro nos primeiros séculos na região paulista. Como então explicar essa dinheirama, essa fortuna do Capitão Pompêo de Almeida? Talvez esta capela constitua notável exceção! Recapitulemos as palavras de Pedro Taques: “a dotou com liberal mão, constituindo-lhe um copioso patrimônio em dinheiro amoadado”. Enquanto sua casa possuía uma “copa de prata” que excedia “40 arrobas”. Cada arroba, segundo o Dicionário Houaiss, equivalendo a 14,7 Kg – quase 600 kilos de prata – convenhamos, não era pouca a sua fortuna. Esta capela, tal como a de Santo Antonio, foi “encapelada”¹⁰, o que obrigou seus futuros administradores a realizarem, só pela alma de seu fundador, “duas missas cada mez pelo patrimônio (isto é, provido pelas rendas auferidas do patrimônio) da dita capella”.

7.6. Capela de Na. Sra. da Conceição, de Araçariguama, fundada pelo **Padre Guilherme Pompêo d’Almeida**. Recuperemos uns dados fornecidos por Pedro Taques a seu respeito. Filho único, nasceu em 1656, na Vila de Parnaíba, tendo seu pai apenas dezessete anos. Estudou a língua latina no Colégio dos jesuítas da Bahia (local de melhor ensino da Colônia), “onde se consumou excelente gramático”. Tornou presbítero secular, estudou filosofia e teologia obtendo “o grão de doutor por bulla pontifícia”¹¹ – o que denota privilégio eclesiástico recebido em função de sua origem.

Sobre a ornamentação de sua capela: foi “toda adornada de excelente talha dourada com muita **magnificência**” – ou seja, de muito maior brilho e riqueza, esplendor e beleza. Porém, pelos atos que nela realizava, descritos por Pedro Taques – “Celebrava-se anualmente a festa a Senhora, a 8 de Dezembro, com um oitavario de festas de missas cantadas, Sacramento exposto (custódia), e sermão a vários santos da sua especial devoção, e se concluiu o oitavario com um aniversario pelas almas do purgatório com o officio de nove lições, missa cantada, e sermão para exercitar a devoção dos fieis ouvintes” – pode-se concluir

¹⁰ Ver a respeito: Roteiro de Visita do Sítio e Capela de Santo Antonio. 9ª SR/IPHAN.

¹¹ Bula: 5. (sXV) Rubrica: termo eclesiástico. Escrito solene ou carta aberta provida de tal selo, expedida em nome do papa pela chancelaria apostólica, com instruções, indulgências, ordens, concessão de benefícios, etc. 5.1. Regionalismo: Portugal. Série de privilégios concedidos por bula pontifícia, cujas cópias podem ser adquiridas pelos fiéis. 6. Rubrica: termo eclesiástico. Dispensa de certas práticas religiosas que concedem os bispos (fonte: **Dicionário Houaiss**).

pela igualmente magnificência dessas festividades, sendo as missas cantadas de longa duração, o que também indica a presença de música de orquestra e coro, sobre as quais, para a infelicidade dos musicólogos (e especialmente do Mestre deles, o Prof. Régis Duprat) infelizmente ainda não se tem notícia das partituras que orientavam a sua execução. E quanto aos *sermões* proferidos pelo Padre Guilherme? Também nenhuma notícia dos escritos que fez, nem sequer de apontamentos de que se valia para proferi-los. Pena, pois a sua sobrevivência nos forneceria, de certo, informações valiosas sobre a sua forma de conceber a religião e dos recursos de que se valia para proferi-la àqueles que, como ele, pertenciam à “nata” da sociedade paulista: “concorria a maior parte da nobreza com os religiosos de maior autoridade, das quatro comunidades, companhia de Jesus, Carmo, S. Bento e S. Francisco, e os clérigos da maior graduação”. Quem sabe, através de seus sermões poderíamos ter uma ideia mais clara sobre esses aspectos da mentalidade da nobreza paulistana daquele recuado período. Pois foi ele, de certo, um de seus mais lídimos representantes, de privilegiada capacidade intelectual, ostentando título de Doutor, com ascendência sobre sua “classe” ou corporação (eclesiástica), com uma fortuna que foi aumentada “com a fertilidade das Minas-Geraes”, e que lhe possibilitou restaurar a copa herdada de seus pais, “e posta em obra mais polida”, tornando-a a “mais primorosa que nenhum outro seu nacional”.

Sua capela recebeu o mesmo destino da de seu pai: “A escravatura toda, terras de cultura, encapelou ... e deixou ao Colégio de S. Paulo, para lhe aproveitar seus rendimentos”.

Como se sabe, quarenta e seis anos após a sua morte (1713), seriam expulsos do Brasil os padres da Companhia de Jesus e todos os seus bens revertidos ao patrimônio da Coroa portuguesa para, daí em diante, deteriorarem-se quase por completo.

As capelas desses dois Pompeo de Almeida (pai e filho) ilustram bem o que representavam para sociedade paulistana da época, **expressão** de suas fortunas e da condição social que desfrutavam.

7.7. Capela de São Roque. Disse-nos Pedro Taques que foi **Pedro Vaz de Barros**, o poderoso Vaz *Guassú*, quem primeiro construiu capela sob esta invocação. Apenas isto! Nenhuma palavra sequer sobre o seu altar. Mas há uma explicação: sobre ela escreve quando tudo já havia se transformado. Mais de cem anos decorridos, a capela tornara-se igreja principal de um povoado que nascendo na antiga propriedade bandeirante evoluíra para uma importante freguesia de Santana de Parnaíba.

Mas deixemos os reveses de lado e nos reservemos para botar olhos nas notícias boas. Propositadamente deixamos a única que se conservou em

melhores condições, e por isso se salvou da destruição total, por último. Pois, se a fartura da mesa de Vaz *Guassú* atraía para o convívio de sua casa convidados, hóspedes e até gente estranha, ajudando a transformar a sua propriedade numa povoação, tendo a sua capela se tornado de uso coletivo ainda no seu tempo, com a vizinha de Santo Antonio, de seu irmão Fernão Paes de Barros, localizada a apenas nove quilômetros, a história se deu de maneira diversa, conservando seu caráter privado e familiar pelos tempos afora, como veremos mais adiante.

7.8. Capela de N. Sra. da Ajuda, fundada pelo paulista **Jorge Dias Velho**, em seu “Sítio de Caçapava”, no Vale do rio Paraíba, próximo de Taubaté, importante núcleo do bandeirismo “cuja construção e ornamentos” – diz Pedro Taques – “acusam a grandeza do seu fundador”. Duas expressões suas chamam nossa atenção: a primeira, sobre o retábulo-mor, era “de talha levantada”; e a segunda, relativa à imagem de São Jorge que estava colocada “dentro de uma tribuna na capela-mor”. Sobre esta o arquiteto da Ordem de São Francisco da cidade de Santos-SP, Fernando Gregório, nos esclarece que se trata de uma improvisação comum, utilizada quando não há, na capela, altar colateral para exposição de imagem secundária, valiam-se das tribunas da capela-mor quando eram de baixa altura, adaptadas desse modo para servir de oratório ou pequeno altar. A menção ao santo militar, de antiquíssima devoção lusitana, não indica porém outra relação senão ao nome do fundador, cuja motivação deve ser buscada nos seus progenitores e menos com o bandeirismo de apresamento indígena, assim nos parece, inclusive considerando que a capela é já do final do XVII.

Por outro lado, sobre a sua mulher Sebastiana de Onhatte, natural de S. Paulo, informa o mesmo Pedro Taques, descendia de gente oriunda de Assunção do Paraguai, vinda para São Paulo no início do século XVII. São informações que, todavia, não trazem nenhuma luz sobre a mencionada imagem bem como sobre o seu retábulo, de “talha levantada”. Desta, a primeira impressão que nos causa seria em relação à altura da capela-mór, exigindo do artista que a executou uma composição esguia e proporcionada o suficiente para dominar todo fundo da igreja. Já o meu amigo José Saia Neto tem uma impressão diferente: de forma semelhante aos retábulos das capelas do Voturuna e de Santo Antonio, a talha se assentaria sobre o altar propriamente dito, compondo uma obra diferenciada, singela (ao contrário da nossa impressão), mais apropriada a espaços menores como imaginamos deveriam ser as capelas desse período.

7.9. Deixemos de lado, por enquanto, a nossa querida Capela de Santo Antonio – não por ser a única que restou (quase íntegra), nem por ser tão singela e bela - mas por conter tão poucos, mas tão elevados valores – material e histórico – e sobre tudo por ter representado tanto para aqueles que lutaram, idealizaram e conseguiram implantar no Brasil a instituição que cuidou sozinha

durante quase meio século das múltiplas tarefas da preservação do patrimônio cultural do país inteiro. A ela retornaremos logo adiante.

8. De todas capelas mencionadas até aqui, somente a Capela de N. Sra. da Piedade – também de Araçariguama, fundada por **Francisco Rodrigues Penteadado** – é do início do XVIII; posterior, portanto, ao período das bandeiras de apresamento indígena e já correspondente à **fase inicial de exploração aurífera**, ainda do primeiro quartel do século XVIII, quando também se verifica um primeiro “torna-viagem” de parte dos paulistas “povoadores” de Minas para São Paulo.¹²

8.1. Assim, a Capela de Na. Sra. da Piedade é de um momento histórico algo singular, podendo ser classificada como a primeira manifestação da fase inicial de exploração do ouro em território paulista, expressão artística do bandeirante agora extasiado com a riqueza e com as possibilidades que essa lhe proporciona ao retornar a São Paulo, de utilizá-la em proveito de si próprio e sobre tudo de consubstanciá-la em elementos de afirmação de seu novo *status*, dentre os quais a edificação de capela junto a sede de sua propriedade rural constituía elemento de elevada significação - razão pela qual nos parece que devemos considera-la exemplar distinto dos anteriores.

E a sua descrição é bem a expressão do que dissemos. Era efetivamente a mais grandiosa, razão porque Pedro Taques chamou-a de **igreja** – fazendo-nos crer que possuísse dimensões comparáveis às maiores capelas do Nordeste açucareiro. Sobre essa capela também fornece informações a mais detalhada de sua **arquitetura interna**, sem sombra de dúvida a mais ricamente adornada, como também indica a origem dos profissionais responsáveis pela sua fatura: “Esta igreja foi ornada de capela-mor e cruzeiro com dois altares colaterais: é toda forrada, e os altares com retábulo de excelente talha (por **artífices de profissão vindos do reino**) todos dourados” – em nada diferindo e mesmo talvez até antecipando o que se irá verificar nas “Geraes”, tanto no que se refere às capelas dos arraiais iniciais como em seguida nas capelas e igrejas dos núcleos urbanos em que aqueles se desdobraram, assinalando desde logo a presença de inúmeros artífices vindos de várias regiões da Metrópole.

O interesse, portanto, sobre essa capela seria enorme tivesse ela sobrevivido, não somente por assinalar a participação de “artífices reinóis” em

¹² Aliás, é significativo o número de paulistas, além desse Francisco Rodrigues Penteadado, que Pedro Taques registra o retorno de Minas logo nas primeiras décadas do século XVIII – fato que, a nosso ver, relativiza um pouco a ideia, bastante difundida na historiografia, de que a mineração “despovoou” a capitania de São Paulo.

território paulista já no alvorecer do ciclo minerador como sobre tudo em relação a Arte confeccionada no seu interior, em especial a de seus altares. (Veja caro leitor, logo adiante, as considerações do Professor Affonso Ávila sobre a talha das primeiras capelas mineiras. Nota 13).

Enquanto o Capitão Guilherme Pompêo de Almeida ornava sua capela de Voturuna para abençoá-la em 1687 valendo-se do trabalho de “**escravos officiaes de vários officios**” de sua própria fazenda, Francisco Rodrigues Penteado, na vizinha Araçariguama, 30 ou 40 anos depois, lançava mão de artífices vindos do Reino, talvez os primeiros a chegar a Colônia, trazendo consigo o melhor de sua Arte ou, quem sabe até, o que lá havia de novidade para cá, no planalto paulistano, para celebração dos últimos feitos bandeirantes.

Sobre a importância dos atos celebrados na Capela de Francisco Rodrigues Penteado, diz Pedro Taques: “Enquanto durou a vida do fundador havia anualmente festa da mesma Senhora, que durava um oitavário de missas cantadas com três distintas festividades, em que havia sermão, conduzindo-se para elas a música pessoas de autoridade que faziam uma corte daquela opulenta fazenda, na qual em todos os dias reinava a profusão e bom-gosto”. Rica ornamentação, missas cantadas, opulência e bom-gosto consubstanciados na capela da Piedade, proporcionados pelo ouro das Geraes, atingindo desse modo a culminância do viver aristocrático, tão almejado pela elite paulistana colonial.

8.2. Outro que se beneficiou desta primeira fase de exploração aurífera em Minas Gerais, foi o Padre Pompêo d’Almeida, para onde mandara “numerosa escravatura debaixo da administração de zelosos feitores [de quem] recebia todos os annos avultadas remessas de ouro” – que fez aumentar consideravelmente sua fortuna. Segundo o linhagista, o enriquecimento de Padre Guilherme resultou em benefício de sua copa e ao mobiliário de sua casa de fazenda, o que dá a entender que a Capela propriamente dita, construída anteriormente e já provida dos equipamentos de culto, não terá recebido elementos novos de ornamentação interior. Porém, seu envolvimento com a extração do rico metal não se limitou a receber “avultadas remessas de ouro”, mas o conduziu mesmo à região, estabelecendo-se em Sabará e lá permanecendo algum tempo, onde talvez tenha construído uma capela, sob a invocação de Santo Antonio, feita de adobe que sobrevive até os dias atuais, inclusive sua rica ornamentação, com as paredes e o teto decorado com pinturas ao oráculo em caixotões e seu altar de “**talha característica da primeira fase do barroco em**

Minas Gerais”. Essa valiosa informação devemos ao Professor Affonso Ávila, extraída de levantamento que realizou sobre igrejas e capelas de Sabará.¹³

Decorre dessas informações a seguinte consideração: tanto Francisco Rodrigues Penteado quanto Padre Guilherme Pompêo d’Almeida, no retorno a São Paulo, voltam às suas residências rurais e nelas investem boa parte de suas fortunas. O mesmo virá a acontecer com o Sargento-mor Roque Soares Medella que constrói uma requintada Casa de Morada seguindo integralmente o programa da tradicional morada bandeirista seiscentista, em sesmaria que lhe é concedida oficialmente em 1721, depois de já tê-la ocupado poucos anos antes.¹⁴ Certamente todos eles tinham também residências urbanas, em São Paulo ou em

¹³ ÁVILA, Affonso – Igrejas e Capelas de Sabará in BARROCO 8 ANO 1976. 10º FESTIVAL DE INVERNO. Univ. Fed.de Minas Gerais. pp 21-65. Há levantamento da capela e fotos da fachada, do retábulo e parte das **pinturas em caixotões** e de um belíssimo lavabo em madeira da sacristia. A capela não é alpendrada como de resto são as capelas setecentistas sabarenses constantes nesse artigo. No histórico que apresenta diz: “Não foram localizados elementos documentais sobre a instituição e construção da capela. Sabe-se que a localidade é das mais antigas da área sabarenses e que suas minas teriam pertencido ao **potentado paulista Padre Guilherme Pompeu de Almeida**, falecido a 7 de janeiro de 1713, ou ao sertanista José Pompeu. ... **Quanto à ornamentação da capela, cuja autoria se ignora, deverá ter ocorrido ainda em princípios do século XVIII, pois o seu único altar possui talha característica da primeira fase do barroco em Minas Gerais** ... Visitando-a em 1898, Diogo de Vasconcelos deixou sobre ela o seguinte depoimento: ‘Visitamos o arraial do Pompeu, reduzido hoje a mui poucas casas, paupérrimas. **A Capela dedicada a Santo Antônio resiste à ira do tempo, em sua primitiva estrutura, e, ainda que muito estragada, vimos a pintura, que representa em quadros pelas paredes e pelo teto – os feitos do glorioso Taumaturgo. As imagens do altar são as mesmas que os primeiros habitantes veneraram. As pias de batismo e d’água benta são ainda de madeira belamente esculpida, e recordavam-nos os primitivos tempos da igreja**”.

¹⁴ A respeito ver **Pesquisas em torno de um monumento**. 9ª SR/IPHAN/MinC, Projeto *Documentação de Bens e Monumentos Tombados*. 1997. Ver também de nossa autoria **Documentos comprovam Roque Soares Medella como construtor da morada rural hoje conhecida por Sítio Padre Ignácio, e dão ensejo a novas perspectivas de pesquisa** (<https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>) onde procuramos chamar a atenção para o fato dessa morada não ser mais produto de uma sociedade que tinha como base, como as anteriores dos séculos XVI e XVII, a posse e a exploração do indígena, quer como **força militar** quer como **força de trabalho**, e sim o negro africano que Roque Soares Medella traz cerca de uma centena da região de Mariana onde permaneceu por cerca de quinze anos, lavrando jazida de ouro no “Morro do Medella” antes de retornar a freguesia de N. Sra. do Montserrat de Cotia e aí construir, **com base exclusivamente nessa mão-de-obra negra**, a morada rural hoje conhecida por Sítio do Padre Ignácio.

Santana de Parnaíba. Padre Guilherme Pompêo d'Almeida, mesmo tendo trasladado para Minas e fundado em Sabará a Capela de Santo Antonio em área rural, prefere retornar à sua fazenda no planalto paulistano. Assim parece que davam preferência à bucólica vida das fazendas, o que denota um “estilo de vida” muito valorizado e arraigado dos membros da elite paulistana, que evoca valores e costumes tradicionais e reafirma as práticas nobiliárquicas descritas por Pedro Taques que, em princípio, as expedições sertanistas e lavoura comercial haviam consagrado as quais, entretanto, nem a riqueza propiciada pela descoberta e extração do ouro não altera. A atividade que em Minas Gerais levaria as populações à concentração urbana, à diversificação das funções econômicas e à estratificação sócio profissional, em São Paulo teve efeito contrário, pois que os frutos lá colhidos acabaram por aqui estimulando a lavoura comercial e ampliou sobremaneira o interesse pela criação de gado, responsável pela ocupação mais efetiva do território sulista pelos paulistas já desde os primeiros anos do século XVIII.

8.3. Acreditamos que é possível incluir **Fernão Paes de Barros** entre os beneficiários dessa conjuntura por seu envolvimento anterior com as autoridades metropolitanas em apoio às expedições de pesquisas mineralógicas, embora não haja notícia de sua participação direta no empreendimento das lavras. E, tal como o seu vizinho Padre Guilherme Pompêo d'Almeida, estava ainda vivo durante a fase inicial de exploração aurífera, devendo ter igualmente colhido os frutos resultantes das descobertas senão em metal ao menos em benefícios indiretos e honorários. Quanto a possíveis benfeitorias em favor de sua capela, infelizmente nada encontramos nos documentos que localizamos de período posterior à sua fundação que pudessem trazer alguma luz sobre ornamentos por ventura efetuados por Fernão Paes de Barros em decorrência de possíveis frutos colhidos a essa época.

9. Umás rápidas palavras sobre a família de **Antonio Ferraz de Arruda** e sobre a capela de seu engenho em Itu que Pedro Taques esqueceu-se de nomear, mas cuja fundação era recente e existia quando sobre ela escrevia em 1761. Seu fundador dominou com seus filhos, parentes e correligionários o cenário político ituano por toda a segunda metade do século XVIII; foi riquíssimo fazendeiro e o principal produtor de açúcar da região. Se o linhagista não forneceu dados sobre a sua capela que nos possibilitasse algum comentário, temos, porém, a considerar que a riqueza por ele acumulada possibilitou à família Ferraz de Arruda colaborar e, com o seu poder e influência, arregimentar mais recursos junto à população para a reconstrução da igreja de Na. Sra. da Candelária, Matriz de Itu, em 1780, bem como, seis anos depois, contribuir com vultosa doação para a sua riquíssima ornamentação, uma das mais completas e mais interessantes de

São Paulo (e que ainda está por se revelar por inteiro¹⁵), em especial para a belíssima pintura do forro da capela-mor, obra-prima do pintor sabarense José Patrício da Silva Manso (1740-1801)¹⁶, bem como para o majestoso retábulo da capela-mor – obra do escultor Bartholomeu Teixeira cujo nome descobrimos em inventário de uma sua parente, Dona Maria Francisca Vyeira. Realmente é lastimável ter esse esplêndido monumento da Arte e Arquitetura religiosa paulista perdido o frontispício colonial que as reformas dos anos 1780 lhe dotaram então, substituído pelo monstrengo que hoje lá está, em nada compatível com sua notável ornamentação interna.

10. Por fim, a Capela de Santo Antonio do **Capitão Fernão Paes de Barros**. Sobre ela Pedro Taques escreveu aquilo que já fizemos constar atrás: “em sua casa e fazenda do sitio de Araçariguama fundou a capela de Santo Antonio, ornando o altar da capela-mor da igreja de excelente talha, toda dourada, cuja administração e padroado se conserva ainda hoje na família de João Martins Claro, que foi seu genro pelo casamento de sua filha mulata Ignacia Paes, viúva de Braz Leme de Barros”, em quem falamos no capítulo precedente. Quem, tendo lido esse trecho da Nobiliarchia, entrar hoje na capela, após o restauro de todos os seus elementos ornamentais na última década do século XX, há de se surpreender com as palavras do linhagista, e teria motivo para suspeitar de um certo descaso do Autor, sobre tudo se for sabedor de sua aversão a comportamentos que ferissem a pureza de sangue, especialmente daqueles que descendiam de linhagem nobre.

¹⁵ Atualmente se realizam, entre outras, obras de decapagem nas paredes laterais da capela-mor de onde surgem pinturas que imitam azulejos portugueses, afora outras novidades surgidas recentemente nos trabalhos de restauração do acervo artístico da Matriz que podem ser vistas nos **Cadernos do Patrimônio de Itu** lançado em 25 de março último pela Prefeitura de Itu, Secr. de Cultura. Ano I. Nº 1 – 2015. Ver também mais informações em NOTÍCIAS do blog **Resgate - História e Arte II** <https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>.

¹⁶ CERQUEIRA, Carlos Gutierrez – **JOSÉ PATRÍCIO DA SILVA MANSO** in **José Patrício da Silva Manso (1740-1801): UM PINTOR COLONIAL PAULISTA RESTAURADO**. *Documentação de Bens Culturais e Monumentos Tombados*. 9ª SR/IPHAN. MinC. São Paulo. 2007. pp 20-21.



Capela de Santo Antonio. (foto: H. Graeser -1937)

Mas sobre essa capela há escritos de singular importância, a começar pelo de Mário de Andrade – o mais belo e definitivo artigo já escrito sobre o patrimônio colonial paulista¹⁷ -, seguido pelas argutas e fundamentadas apreciações de Lúcio Costa sobre a planta arquitetônica, os altares desta e da capela de Voturuna¹⁸ e ainda o estudo de Aracy Amaral onde a autora procura sustentar a hipótese da arte e arquitetura paulista colonial resultar em certa medida de influência hispânica¹⁹; estudos que nos suprem até os dias atuais com as suas eruditas pesquisas, a lamentável “falha” (se assim podemos dizer) que apontamos antes, e se mantém ainda hoje como interpretações balizares para todos aqueles que se interessam pelas questões que envolvem o nosso patrimônio cultural.

O pouco que pudemos acrescentar foi relativo à história de sua administração, confiada a seus descendentes, que conseguimos reconstituir por completo. Constituem os capítulos do Roteiro de Visita do Sítio e Capela de

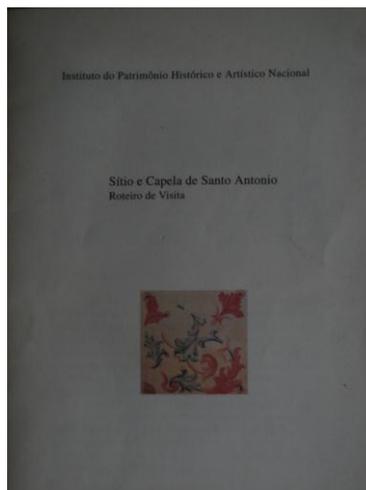
¹⁷ ANDRADE, Mário de - A Capela de Santo Antonio in Revista do SPHAN. Nº 1. MES. Rio de Janeiro. 1941.

¹⁸ COSTA, Lúcio – Arquitetura Jesuítica no Brasil in. Revista do SPHAN. Nº 5. MES. Rio de Janeiro. 1945.

¹⁹ AMARAL, Aracy A. – A Hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio. Nobel/Edusp. São Paulo.1981.

Santo Antonio²⁰; iniciativa que visou contribuir para o projeto *Implantação de Programas de Uso em Bens Tombados*, coordenado por José Saia Neto, cuja publicação já está esgotada.

Perguntamo-nos várias vezes, por que, entre as várias capelas que existiram no século XVII em São Paulo, só esta capela conseguiu chegar até nós, em estado sofrível é verdade, mas ainda em condições de ser restaurada? Está certo, uma ou outra terá perdurado por mais tempo, passando depois ao domínio da comunidade, e se transformando em igreja do povoado que por sua vez tornou-se freguesia, passando a ser assistida por um pároco que, para melhor abrigar o povo que a ela afluía, resolveu aumenta-la, reformulando sua feição primitiva, como foi o caso da capela de São Roque. Talvez pudéssemos incluir a de Embu neste mesmo sentido, com a ressalva de que a primitiva, a construída pelo casal Fernão Dias Paes e Catharina Camacho, foi logo deixada pelos inacianos, talvez destruída e dela aproveitada alguma imagem e alfaias, e deu lugar a outra, construída em local diferente dentro da aldeia e já com as características que os jesuítas conferiam em São Paulo às suas capelas de aldeamento, mantendo porém a invocação original a N. Sra. do Rosário. Outra, a da Senhora da Conceição do Padre Guilherme Pompêo, doada também aos inacianos, viu-se arruinar a partir da expulsão da Companhia em 1759.



²⁰ SAIA NETO, José e Cerqueira, Carlos G.F. – **Sítio e Capela de Santo Antonio – Roteiro de Visita**. Publicação da 9ª Coordenadoria Regional do IPHAN. Projeto: *Implantação de Programas de Uso em Bens Tombados*. São Paulo. 1997.

A Santo Antonio contou, a nosso ver, com dois fatores que garantiram a sua sobrevivência: primeiro, conseguiu se valer do instituto do “morgadio” enquanto esse existiu (extinto somente em 1835), acrescido do tempo de vida de seu último administrador João de Deus Martins Claro (morto em 1854), conservando-se até esta data sem prejuízo de sua arquitetura e da arte que havia amealhado na origem; e, segundo, devido ao seu “isolamento”, que a empobreceu sobremaneira, situada numa região onde a lavoura açucareira para prosperar exigia muita força de trabalho escrava, passando assim por “tempos difíceis” que todavia a manteve longe dos processos que sujeitaram as demais à transformação ou arruinamento definitivo. Isolada, incapaz de participar da lavoura comercial, empobrecida... mesmo assim permaneceu por quase dois séculos, desde a sua fundação (1681-1854). O resto, até chegar às mãos sphanianicas de Mário de Andrade em 1944, contou foi mais é com a sorte!²¹

Luís Saia, porém, apontou um terceiro fator: de engenharia. E para compreendê-lo contou com as observações de padre Manuel da Fonseca “sobre a vida paulista”, recaindo uma delas “sobre o fato da ruína precoce que perseguia as capelas contemporâneas do seu biografado” (o padre Belchior de Pontes):

“No geral, estas capelas possuíam alpendre como agenciamento relacionado com um programa que incluía a severa divisão de classes, e eram construídas com taipa de pilão. Estes dois compromissos conflitavam, e o esquema construtivo adotado pelo partido destas capelas não permitiu – a experiência o comprova – uma eficiente amarração para a estrutura alpendrada. Os dois únicos exemplares sobreviventes – a capela de São Miguel e a capela do sítio Santo Antonio – delatam os aspectos negativos do esquema construtivo adotado na generalidade dos casos, exatamente por constituírem exceções. Tanto num como noutra caso, as colunas do alpendre eram de fatura diversa daquela adotada nas demais partes da construção. Num caso de tijolo, e noutra de pedra. O tijolo, mais favorável a uma boa amarração interna, resistiu melhor; a pedra (caso da capela de Santo Antonio) com argamassa de argila, pouco melhorou o esquema geral, embora na torre, também desta fatura, tenha resistido de forma satisfatória. O fato de o arquiteto desta capela ter escolhido processo de fatura diverso da taipa para a execução da torre e das colunas da capela, indica que, já naquela época, o uso da taipa para determinadas partes da construção estaria condenado. Mas esta alternativa não foi suficiente para garantir a integridade do

²¹ Mesmo o Barão de Piratininga que a adquiriu do filho de João de Deus, seu último administrador, por elevada soma em dinheiro, a conservou apenas como uma espécie de relíquia do passado de um bandeirante enquanto dedicava o seu tempo a caçar nas terras adquiridas, sem dela fazer uso em seu benefício. Depois, passou de sitiante a sitiante, até ser descoberta em 1937 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

alpendre. Foi encontrado em 1937, com apenas restos das colunas e realmente ameaçada a fachada vazada, de madeira”.



Capela de Santo Antonio. Fachada vasada com treliça, com as cores originais restauradas.
(Foto Julio Moraes - 1992)

“Ainda uma terceira capela desta época, mandada construir pelo Capitão Guilherme Pompeu ao sopé do morro do Ibituruna, no município de Parnaíba, e encontrada na mais extrema ruína, conservou dois elementos documentários da maior valia: o altar-mor,... e a marca do alpendre fronteiro, identificável nos alicerces e no remate frontal das paredes laterais”.²²

Essa mesma “divisão de classes” que o alpendre consubstanciava, em São Paulo encontrou, segundo Luís Saia, uma solução singular, fruto da “mestiçagem arquitetônica”, por sua vez resultado da “tessitura demográfica característica”, vale dizer, da combinação ou interpenetração de elementos, costumes e práticas entre os povos nativo e o europeu, que contava com “certa intimidade (deste último) com a tradição da arquitetura árabe”: a fachada vasada com treliça – a qual teve a sua pintura original restaurada pela primeira vez no início dos anos 1990.²³

²² SAIA, Luís – QUADRO GERAL DOS MONUMENTOS PAULISTAS in MORADA PAULISTA. Debates. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1972. pp 35 e 37.

²³ Arquivo IPHAN/SP – Pastas de Obras do monumento. Serviço coordenado pelo arquiteto José Saia Neto e executado pela equipe do restaurador Julio Moraes.

Pois bem, das doze capelas citadas, algumas das quais pertenceram às mais importantes fazendas paulistas do século XVII, somente duas chegaram até nós; e as duas alpendradas.

Alpendres tiveram também as capelas seiscentistas dos igualmente poderosos Senhores de Engenho do Nordeste, que, ao contrário das paulistas, sobreviveram em muito maior quantidade. Em todo o Brasil, informa a Professora Maria Berthilde Moura Filha, com base em estudo do Professor Paulo Ormino de Azevedo²⁴, foram identificadas “mais de quarenta capelas alpendradas”. Algumas apresentam “alpendres de planta quadrática”, explica a Professora Maria Berthilde, com grande ocorrência nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e no Nordeste açucareiro: “Na Bahia, existem doze capelas com copiar, a maioria delas situadas no recôncavo e com origem no século XVII”. Uma das mais graciosas localiza-se no município de Santa Rica, na Paraíba, a capela do Socorro construída após a expulsão dos holandeses.²⁵ Ordena a professora as capelas alpendradas em três grupos, revisando classificação anterior de Paulo Ormino, todas porém correspondendo às “etapas de evolução do alpendre luso-brasileiro, o que comprova que elas coexistiram no Brasil, durante o século XVII, como em Portugal”.

Ao analisar a função do alpendre, Paulo Ormino concordava com Luís Saia de que foi instrumento de discriminação social e observa, em algumas capelas de engenho do recôncavo baiano, a presença de outro elemento que vem corroborar com a tese: “ao lado da capela-mor, e ligada a ela por uma janela com treliças, existe sempre uma sala onde os membros mais elevados da hierarquia patriarcal assistiam à missa; a nave era reservada, provavelmente, para os convidados, assalariados e forros, assim como o alpendre e o adro para o exército de escravos”.²⁶

Outros elementos poderiam ser ainda lembrados neste mesmo sentido. O uso de confessionário móvel bem como a pia batismal, às vezes feita de madeira, permitiam sua fácil remoção para fora do recinto da capela para o atendimento espiritual dessa gente, dispondo-os talvez no alpendre, ventilado e protegido do calor e da chuva, aonde o padre lhes assistia, reforçando assim a ideia da divisão discricionária dos espaços da capela, ao menos para os sacramentos da eucaristia e do batismo, indispensáveis para a conversão dos cativos à fé cristã.

²⁴ AZEVEDO, Paulo Ormino de - Alpendres na Arquitetura Religiosa: Revendo as Teorias in BARROCO 12. Anos 1982/3. UFMG. Belo Horizonte. Imprensa Universitária.

²⁵ SAIA NETO, José – **Paisagens da Paraíba**. Publicação IPHAN / MinC. 2013.

²⁶ MOURA FILHA, Maria Berthilde – Arquitetura e Arte no Brasil Colonial – Uma miscigenação de Formas e Fazeres. www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

Já as capelas setecentistas de Sabará, levantadas por Affonso Ávila, nenhuma delas tem alpendre.²⁷ E seria de perguntar: nem as primeiras, aquelas da primeira quadra do século XVIII, construídas pelos paulistas? Vimos que a que pode ser atribuída ao Padre Guilherme Pompeo d'Almeida não apresenta alpendre. Desde o início então já se abandonava esse elemento tão característico das capelas luso-brasileiras do século anterior.²⁸ Por quê? Talvez porque a sociedade que se estava instituindo nas serras mineiras haveria de ser mesmo diferente; ao menos até completar a primeira metade dos setecentos quando a miscigenação entre brancos e negros alcançou proporções que alarmaram as autoridades civis e eclesiásticas.²⁹ Terá essa sociedade, nascida nas serras

²⁷ AVILA, Affonso – Igrejas e Capelas de Sabará in BARROCO 8. Univ. Fed. de Minas Gerais. Ano 1976 pp. 21-65.

²⁸ Constituem exceção as capelas de Na. Sra. da Saúde, em Chapada do Norte, e a de São José, em Minas Novas, municípios localizados ao Norte de Minas Gerais, em região descoberta e explorada por bandeirantes paulistas a partir do segundo quartel do século XVIII. A primeira, explica a Professora Maria Berthilde no artigo citado, tem “nave hexagonal, contornada por um corpo anelar mais baixo, recoberto por coberta em meia-água, no sistema da igreja de São Mamede de Jonas”. Já a capela de São José, “cuja data de construção não é conhecida, mas deve pertencer ao século XVIII. Seu corpo central é constituído pela nave de forma octogonal, coberta por uma pequena cúpula em oito panos, acompanhando as secções das paredes. Esta nave é precedida por um alpendre que tem os vãos entre os pilares vedados com grades de madeira. A capela-mor, com planta hexagonal, é coberta por um teto apainelado e abobadado, tendo ao seu lado a sacristia.” Assinalamos, de passagem, que essa região é tributária da bacia do rio São Francisco, objeto de interesse e povoamento por paulistas desde meados do século anterior, notadamente com a pecuária para abastecimento dos engenhos do recôncavo baiano. Ver a esse respeito mais adiante, na II Parte deste artigo, item 7. **A disputa pela terra, os critérios seletivos de concessão**, a informação de Márcio Santos sobre a capela de Nossa Senhora da Conceição e São José.

²⁹ Brancos em grande número amancebavam-se com suas escravas negras; depois de gerar filhos mulatos alguns contraíam matrimônio; alforriavam esposas; criavam os filhos ensinando ofícios e artes. Inúmeros artífices e artistas “mineiros”, assim concebidos, ajudaram, na fase seguinte, de meados do século XVIII em diante, a incrementar as atividades culturais nas cidades mineiras e a promover as decantadas primeiras manifestações de Arte e Arquitetura autenticamente brasileiras, como também animaram e coloriram as festas que se realizavam nos palácios do governo e nas casas daqueles que se enriqueceram com as lavras através de seus instrumentos musicais, seu canto e representações teatrais, as festas religiosas das igrejas, procissões e missas. Não foi só de ouro e diamante a que se produziu em Minas!

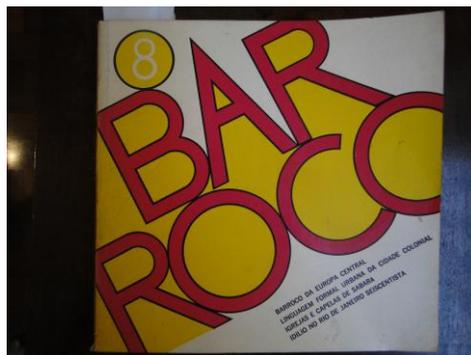
A esse respeito é sobremaneira interessante observar o que escreveu Francisco Curt Lange no artigo A MÚSICA NA VILA REAL DE SABARÁ: “Em nenhuma das Capitânicas do Brasil se tem produzido aluvião humano tão violento e integrado por todas as classes sociais e condições humanas, como em Minas Gerais. Da mesma forma operou-se uma miscigenação rapidíssima da raça branca com a preta, sem incluir no

mineiras, diluído, num primeiro momento, a força dos sentimentos discricionários, a ponto de romper as limitações das leis e corromper as instituições, tanto civis como eclesiásticas, que, todavia, não demorariam a recobrar o zelo pela moralidade pública e restabelecer os princípios discriminatórios que ordenavam os diferentes estratos sociais?

Mas, no princípio, o que antes, nas capelas paulistas e nordestinas, servia para delimitar os espaços, separar as “classes”, parece ter sido deixado de lado em Sabará já desde a edificação das primeiras capelas.

Como vimos, as capelas do século anterior, desde o Nordeste até São Paulo, passando por Espírito Santo e Rio de Janeiro, muitas delas possuíam alpendres, elemento que, tendo origem na antiga história do Cristianismo, utilizado para separar e impedir o ingresso dos catecúmenos ao espaço interior dos templos perdurou pelos tempos afora na Europa medieval, alcançando o Renascimento e as primeiras fases do Barroco na Modernidade, especialmente nos países ibéricos – mantendo-se no Brasil do século XVII em muitas capelas rurais particulares com a mesma função discriminatória, aqui aplicada aos povos e grupos indígenas, negros africanos, mestiços, e ainda a uma sorte de gente desqualificada, agregada e subalterna, submetidos pelos colonizadores brancos - fosse ele Senhor de Engenho, Bandeirante, Fazendeiro ou Padre de qualquer das ordens da Igreja Católica.

quadro da população ou neste processo de mistura os pretos e mulatos, escravos ou livres (forros), ... É bem conhecida hoje a participação do mulato na elevação do nível social, e particularmente do seu próprio nível de vida, mas também a sua penetração célere no círculo dos ofícios. A mão-de-obra foi escassa no veloz surto da vida mineira e, em todas as atividades o mulato veio a aprender, a evoluir, e a equiparar-se aos seus mestres brancos. Este processo e os seus resultados surpreendentes já eram bem visíveis em meados do século XVIII, mas intensificaram-se ainda mais na segunda metade. O mulato, vindo do mais baixo estrato humano ... Quando chegou à categoria de oficial ou mestre neste seu ofício determinado, se fez em muitos lugares indispensável e ao mesmo tempo respeitado, mas o conceito geral sobre ele era logicamente contrário às suas aspirações, prevalecendo o ponto de vista que a gente dos ofícios, e sem dúvida ainda mais os indivíduos de cor, não eram “homens bons”, para não deixar assomar a idéia de que podiam chegar a ser, ou pretender a ser ‘filhos d’algo’.” (Editora Estatutos Históricos, 1970. pp 126-127).



Mas em Minas as coisas se deram de maneira algo diferente. A começar pela proibição do ingresso dos religiosos das ordens conventuais que, de várias maneiras, sempre submeteram os fiéis à rigorosa disciplina e obediência. Lá, os bandeirantes paulistas, tão acostumados às visitas dos jesuítas em missão catequética aos indígenas sob o seu domínio, vêm-se livres dessa sistemática e incômoda fiscalização. Logo, ao iniciar os trabalhos de extração mineral, substituem o índio pelo negro que lhes chega pelas mãos dos traficantes, diretos da África. Esse contingente de escravos, submetidos a intenso trabalho, sofre demasiadamente, tanto física como mentalmente, e carece de ser “espiritualmente” recompensado, não como deseja – praticar a religião primitiva – porém a Católica que é oficial, imposta a todo mundo, e que oferece santos e santas ao sabor da predileção de cada um. Assim como lhes é possibilitada a aprendizagem dos ofícios e artes por sua vez controladas pelos mestres das corporações, cada qual com seus santos protetores, também aos negros e mulatos será “concedida” autorização, sob a fiscalização das autoridades eclesiais e civis, de se organizarem em irmandades e assim virem a ter suas próprias capelas.

Essa sucessão de acontecimentos se deu em tempo relativamente breve, numa realidade em rápida transformação: o que inicialmente era um simples arraial, um pequeno povoado rodeado por datas de mineração, foi concentrando enormes contingentes de escravos, negros e mulatos, que enriqueceram rapidamente seus Senhores, cujos gastos e esbanjamentos alertaram as autoridades, presentes sempre em grande número, que passam a fiscalizar e a cobrar tributos, a taxar os comerciantes e os artífices, vindos de todos os cantos e desde a Metrópole. O ritmo da urbanização mineira do século do ouro foi espantoso.

Assim, a resposta à questão posta, talvez a encontremos na conduta dos próprios discriminados. Negros e mulatos das Minas Gerais, cativos ou não, numerosíssimos e ameaçadoramente concentrados nos núcleos urbanos que

nasciam das lavras, diferentemente dos indígenas, sempre atrelados aos jesuítas e dependentes dos colonos, e mesmo dos negros esparramados pelos engenhos nordestinos, ao invés de resignadamente ocuparem o lugar que lhes era determinado – o espaço que se inicia a partir da porta de entrada das capelas e igrejas para fora, no pátio fronteiro – preferiram desde o início, e lhes foi facultado, reivindicar espaços sagrados próprios, elegendo os santos e santas mais afeitos às suas crenças originárias, e, com o aval das autoridades, a erigir capelas laterais no interior das igrejas principais que se prestavam a “assistir” essas comunidades as quais, num momento posterior, melhor organizadas, evoluem para a construção de igrejas autônomas, com os rendimentos coletados por suas respectivas irmandades.

Contribuíram desse modo para tornar a segregação inicial (aquela assinalada nos alpendres das capelas rurais), um produto social e artístico de muito maior dimensão e visualização no espaço urbano.

Talvez esse raciocínio explique parte da questão; pois é preciso lembrar que esse mesmo panorama se constituía desde o século anterior também nas grandes cidades litorâneas do nordeste açucareiro e que, portanto, nada há de caracteristicamente mineiro no fenômeno apontado. Porém a precedência naquelas cidades, de mais antiga “urbanização”, pode indicar apenas a origem desse processo, que, todavia, tem em seu curso uma sucessão de acontecimentos que, a partir de um dado momento, segue parêntese às da região mais nova, a qual, devido à dinâmica de suas atividades econômicas, de caráter mais endógeno do que as cidades desenvolvidas sob a égide da economia açucareira, logo se equipara às mais antigas e chegam mesmo a ultrapassá-las em importância e em soluções inovadoras – o que explica a originalidade alcançada em parte de seus monumentos, especialmente os de Arte e Arquitetura religiosas.³⁰

³⁰ Em parte por já se iniciarem sem a tutela das Ordens conventuais (em obediência a Carta Régia de 9 de junho de 1711), recaindo desse modo “as experiências arquitetônicas de Minas – explica Germain Bazin – unicamente sobre as construções religiosas seculares, paroquiais e capelas de confrarias”, situação que favoreceu o “desenvolvimento do gênio criativo”, enquanto as demais regiões permaneceriam ainda sob a forte influência dos frades de Primeira Ordem mais apegados aos “elementos tradicionais” (BAZIN, Germain – **A ARQUITETURA RELIGIOSA BARROCA NO BRASIL**. Ed. Record. RJ. 1983. p 195). O que, no entanto, não impediu o desenvolvimento da Arquitetura e da Arte religiosas nas cidades litorâneas que, embora presas aos modelos mais conservadores, acompanharam a maior “valorização dos núcleos urbanos, principalmente da cidade do Recife”, no transcorrer do século XVIII. (SILVA TELLES, Augusto Carlos – **ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DO BRASIL**. MONUMENTA / IPHAN. 2008 p 38.)

É o que parece ter ocorrido. Cidades litorâneas nordestinas, como Recife, com população escrava bastante significativa já se distribuía em confrarias religiosas que há muito estavam abrigadas nas igrejas matrizes e conventuais, com seus altares próprios onde se reuniam para as práticas espirituais. No entanto, a maioria permanecia ainda em meados do século XVII nessa mesma situação. A exceção veio a ser a Irmandade do Rosário dos Pretos de Santo Antonio que, surgida no ano de 1654, depois de instalar-se no altar colateral da Igreja de São Frei Pedro Mártir, teria edificado sua igreja já na década seguinte, durante o reinado de Afonso VI (1662-1667).³¹

Ainda nessa ordem de considerações, e retornando às terras paulistas, vemos São Paulo permanecer um pouco à margem desse processo de desenvolvimento urbano, mas sofrendo transformações em sua paisagem a partir de meados do século XVIII, especialmente em sua Arquitetura religiosa – neste ponto coincidindo com as demais regiões. Porém, ainda no início dos setecentos uma notícia chega a nos surpreender: surge em São Paulo a primeira irmandade de negros, segundo o Prof. Augustin Wernet, instituída no ano em que foi elevada à condição de cidade (1711) – o que demonstra que a organização dos escravos, estimados ainda em muito pequeno número no acanhado núcleo paulistano, se deu de maneira surpreendentemente rápida, acompanhando de longe o que ocorria nas demais regiões da Colônia.³² Quais as ocupações desses “Homens Pretos”, Irmãos da Senhora do Rosário, é pergunta que talvez jamais encontraremos resposta. Na década seguinte, surge a Irmandade da Senhora da Boa Morte, abrigada na igreja do convento do Carmo, compreendendo “*pardos e negros*”. Sabemos pela literatura histórica que os próprios frades possuíam, em suas fazendas ao redor da cidade, um número indeterminado de escravos – o que nos faz supor que parte do corpo dessa corporação tivesse essa procedência. Por outro lado, ainda seria preciso esperar por duas ou mais décadas para que as ordens conventuais e com elas os Irmãos Terceiros iniciassem a reformulação de

³¹ Devo essa informação ao historiador recifense Henrique Nelson Silva com quem dialogo por e-mail sobre temas de interesse mútuo, a quem registro o agradecimento novamente. Esta igreja da confraria negra seiscentista, todavia, não sobreviveu ao século XVIII.

³² WERNET, Augustin – Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954) in **HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – A CIDADE COLONIAL 1554-1822**. pp 203-204): “Em 2 de janeiro de 1711 foi fundada, pela comunidade negra de São Paulo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Os escravizados, tendo proibidas as suas manifestações religiosas de origem africana, procuravam alternativas” – o disfarce”. Já os frades carmelitas acolheram a Irmandade da Senhora da Boa Morte, em 1728, na igreja do convento, “composta majoritariamente por pardos e negros”.

suas igrejas e capelas e também “invassem”, abandonando a antiga simplicidade de suas fachadas construídas de taipa de pilão, substituindo-as por novas mais elaboradas, faturadas agora em cantaria de pedra, prevalecendo, todavia, ainda o estilo tradicional, com exceção do frontispício da capela da Ordem Terceira do Carmo, cujo risco ignoramos a autoria, mas conhecemos o profissional que o executou entre os anos 1772 e 1777: o mulato Tebas, que veio de Santos, trazido pelo Pedreiro Bento de Oliveira Lima, seu Mestre e Senhor, tendo, depois da morte deste, conseguido se livrar do cativo com a ajuda do Cabido de São Paulo. Foi também por essa altura que a capela mais antiga das redondezas da Capital sofreu alterações significativas em sua feição primitiva: a antiga capela da aldeia jesuítica de São Miguel, por obra e graça de frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso.

*

Para finalizar, registramos que Pedro Taques nada informa sobre os Oratórios (que, como dissemos, eram também chamados à época pela denominação de “Capelas”) que existiam em inúmeras sedes de fazendas paulistas, geralmente localizadas num dos cômodos das varandas dessas residências rurais. Alguns desses oratórios tiveram “função” diferenciada daquelas mais comuns às demais residências, restrita às orações individual ou familiar, estritamente domésticas; foram os denominados “Oratórios Particulares”, para cujo funcionamento era preciso a outorga da Igreja Católica, autorizado pelo Papa através de documento especial - *Breve* -, mediante o qual era concedida ao proprietário do oratório a faculdade de realizar missas, proferidas por um sacerdote, não apenas para a família mas extensivas a seus convidados e hóspedes, mediante a qual era permitido auferir renda. A concessão desse privilégio seguia critérios rigorosos, pautados tanto em disposições canônicas como também em princípios nobiliárquicos.³³

³³ Assim, por exemplo, no caso da morada do Sargento-mor Roque Soares Medella (hoje conhecida por Sítio do Padre Ignácio, em Cotia), Pedro Taques nada fala sobre esta “capela” ou “oratório”, de cujo rico equipamento de culto só viemos a tomar conhecimento quando da realização das **PESQUISAS EM TORNO DE UM MONUMENTO** (publicação da 9ª. Coord. Regional do IPHAN, 1997). Da mesma forma sobre a própria morada nada informa Pedro Taques - edifício cujo requinte e sofisticação tanto chamaram a atenção desde a sua descoberta pelo IPHAN até os dias atuais. No caso de Roque Soares Medella o único fato distintivo assinalado por Pedro Taques, além dos cargos que ocupou, o ser ele “irmão leigo jesuíta do Colégio de São Paulo”. Especificamente sobre a função Oratório Particular, ver neste mesmo estudo a concessão feita em 1758 ao Padre Rafael Antonio de Barros pelo Papa Benedito IV e, posteriormente, à sua afilhada e sobrinha Ana de Barros e filhos que, à época, vivia com o seu primo, o Padre Ignácio, nesta mesma Casa de Morada que herdou em 1803.

De qualquer forma, é curioso que Pedro Taques não se refira em nenhum momento a essas capelas – o que nos faz pensar que, ao contrário do que pensamos hoje, essa dependência fosse tão comum e tradicional no interior dessas ricas residências rurais paulistas que, aos olhos dos contemporâneos, não merecia referência alguma. O que, convenhamos, devia de acontecer. A existência humana devia ser cotidianamente pautada pela crença religiosa, o pensamento sempre voltado à interferência do divino, assim tão próprio às pessoas que, em suas casas, não importando a condição, devia de existir senão um cômodo especialmente aparelhado para essa finalidade como nas residências mais ricas, mas um oratóriozinho apenas num canto qualquer, ou uma mesinha com a imagem do santo de devoção, talvez um crucifixo ou uma simples cruz de pau, e um suporte de louça ou de outro material qualquer para colocar a vela que era acesa no momento consagrado às orações. É de se supor existirem tais apetrechos inclusive nos interiores das toscas habitações destinadas aos subjugados.

*

Antes de concluirmos essa parte, vale adicionar um dado obtido cerca de duzentos anos após a escrituração desse conjunto valioso de informações da Nobiliarquia Paulistana, que devemos a um pesquisador da maior importância para a moderna historiografia brasileira – infelizmente falecido precocemente em março de 2013, o professor John Manuel Monteiro –, investigador incansável, verdadeiro “rato de arquivos”, descobridor de centenas de documentos e até de partituras musicais coloniais, autor de inúmeros trabalhos e do excelente **Negros da Terra**. Mas é através de uma sua colega, que se dedica igualmente ao estudo do indígena desse período da história paulista, a Professora Glória Kok, que nos chega o dado. Em A presença indígena nas capelas da Capitania de São Vicente (século XVII), comunicação apresentada em seminário promovido pela USP, informa, baseada em John Monteiro, que

‘Entre 1600 e 1700, foram construídos 45 capelas e oratórios rurais em São Paulo (MONTEIRO, 1985, pp . 307 e 431-436), acrescentando que a multiplicação das capelas acompanhava a formação das fazendas, o aumento das propriedades rurais, o incremento da agrícola e a fundação de novas vilas, e que sendo “encapeladas”, [o] cuidado dos bens cabia aos futuros administradores da capela que não podiam ‘vender, nem trocar, nem escambar, nem alienar (NIZZA DA SILVA, 2009, p. 83)’.

Atentemos, pois, ao número das capelas e oratórios construídos em São Paulo no século XVII. Segundo John Monteiro, terão sido quarenta e cinco ao todo. Antes, percorrendo os três volumes da Nobiliarchia Paulistana, contamos

apenas doze capelas fundadas nesse século – algo em torno de 26% do agora apurado. Estima, porém, Affonso Taunay que, de todos os estudos genealógicos efetuados por Pedro Taques, terá restado somente “uma quarta parte, talvez”.³⁴ Parece-nos, portanto, haver certa compatibilidade entre os números de capelas descritas pelo genealogista e do levantamento realizado por John Monteiro; o que, a nosso ver, desautoriza em princípio qualquer insinuação sobre intenção discriminatória que se queira imputar ao linhagista ao mesmo tempo em que nos permite tomar as informações sobre as capelas como referências críveis de serem trabalhadas com certo grau de segurança.

*

Os dados que acabamos de considerar nos permite imaginar o cenário que se constituiu no planalto paulista no século XVII, com as capelas construídas nas fazendas dos chamados potentes bandeirantes. Um conjunto expressivo que representou o que de mais significativo produziu a elite bandeirante em termos de Arte e Arquitetura religiosa.

Em outro texto chamamos a atenção para um destacado elemento da arquitetura da Capela de Santo Antonio que nos parece carregado de simbolismo: sua torre de pedra³⁵. Mas, se Pedro Taques limitou-se a descrever poucos elementos da ornamentação interna, nenhuma atenção deu aos de sua configuração exterior. Não encontramos, em toda a sua obra, referência alguma sobre as feições arquitetônicas dessas capelas. No outro exemplar que restou em São Paulo, a capela de Na. Sra. da Conceição de Voturura, praticamente arruinado, foi entretanto possível ao SPHAN reconstituí-la, o alpendre inclusive, somente com base nas evidências de seus alicerces. Não indicaram, porém, a presença de torre alguma. Assim, as possibilidades de investigação empírica em São Paulo esgotam-se nelas. Infelizmente Pedro Taques não se interessou nem por descrever torres, nem alpendres, e muito menos sacristias e coros, portas e

³⁴ Ao todo teriam desaparecido “setenta e quatro capítulos” da Nobiliarchia Paulistana, havendo restado “**uma quarta parte, talvez**” conf. TAUNAY, Affonso de E. – **PEDRO TAQUES E SEU TEMPO (estudo de uma personalidade e de uma época)**. S. Paulo. Oficina Diário Oficial. 1923. Dos noventa e sete títulos genealógicos escritos, apenas vinte e quatro foram impressos. Esses esclarecimentos são importantes na medida em que lamentavelmente temos que admitir que, do ponto de vista documentário, houve uma perda irreversível de informações sobre a gênese de outras das principais famílias paulistas, das atividades de seus membros e de aspectos que jamais poderão ser conhecidos, e quem sabe notícias sobre as demais capelas fundadas à época que, conforme John Monteiro somavam quarenta e cinco ao todo.

³⁵ Ver a respeito: **JESUÍTAS E BANDEIRANTES – História, Arte e Arquitetura Coloniais**. (<https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>)

janelas, muros ou cercas delimitando áreas correspondentes ao adro e ao cemitério. Não eram esses elementos e aspectos os que lhe interessavam abordar.

Assim, tão pequeno número de exemplares de um período tão característico da sociedade bandeirante, encerra um grande problema de análise e interpretação, impedindo a produção de um conhecimento mais amplo sobre as características das capelas bandeiristas, à semelhança do que Luís Saia realizou relativamente às moradas rurais, das quais restou um número um pouco maior de exemplares, embora a maior parte datada do século XVIII. O estudo, digamos empírico sobre as capelas paulistas é, deste ponto de vista, muito limitado.

Por outro lado, ressalta o interesse do linhagista sobre a capela como “instituição”, muito maior do que propriamente sobre a materialidade do edifício e de seus equipamentos; sua atenção estava voltada aos fatos e relações que nela presenciava e esforçou-se por descrevê-los e registrá-los, definindo-os como próprios de uma determinada e diferenciada categoria de gente, os “fidalgos paulistanos”, convidados a compartilhar com o anfitrião as práticas nela realizadas, especialmente nas festividades em comemoração aos santos padroeiros quando o ato religioso se transformava em evento de enorme significação a todos os participantes, seja pela relevância das solenidades – a começar pelo destaque que confere aos sermões e às “missas cantadas” (que pressupõe a presença de músicos instrumentistas e coro) – seja pela “corte”, expressão que indica não somente algo comparativo à vida palaciana, como à gente de hábitos refinados, próprios da nobreza.

Há mais um aspecto que é de interesse particular dos genealogistas – o matrimônio, que une o casal e origina a família ou lhe dá continuidade – e sobre o qual Pedro Taques se ocupou minuciosamente, desvendando em alguns casos origens nobiliárquicas, desde Portugal e Espanha, extensiva a outros reinos europeus por vezes. Em outros casos, quando não há essa precedência, os argumentos em favor da fidalguia dos personagens os formula por duas maneiras, ambas decorrentes de pesquisas documentais ou de reconstrução memorialista, e que convergem a uma só argumentação: a “conquista e domínio sobre índios descidos do sertão e a participação nas lutas contra os inimigos estrangeiros com o propósito de servir a el-rey”. Essa a *fórmula*, digamos, criada por Pedro Taques para *enobrecer* os seus protagonistas; constituía, via-de-regra, parte importante da introdução aos “Títulos e Capítulos” das famílias e servia de fundamento nobiliárquico para as gerações futuras. O linhagista, lembremos, está a reconstituir histórias familiares cujas origens, em solo paulistano, remontavam “apenas” um século e meio a dois (seus estudos são de meados do XVIII), de onde inicia suas “narrativas históricas”, os “tempos heroicos” que envolveram seus personagens; um tempo relativamente curto para a tarefa que se propôs realizar. De um modo ou de outro, é importante notar que as capelas

rurais paulistas do século XVII advêm dessas famílias, nobres de origem ou assim enobrecidas.

Desse modo, o que representavam essas capelas? Tudo isso. Um conjunto articulado de ações, costumes e valores correlatos, de que fazia uso a elite paulistana de maneira a expressar o “Poder”, a “Riqueza”, e também o “Heroísmo”, a “Aventura” – atributos ou “qualidades” que se assentavam sobre “Domínios” (palavra muito cara no discurso de Pedro Taques) conquistados pela elite colona paulistana, os “potentados” – consubstanciados em seus exércitos de “índios em arco e flecha” e pela força de trabalho que constituíam, responsável pelos produtos e iguarias que ofereciam em suas mesas fartas.

As capelas, vistas dessa maneira, privilegiando a ótica do linhagista, consubstanciada por sua vez em um discurso coerente, ganham essa significação que, todavia, desconfiamos ser por demais abstrata, só aparentemente conectada à realidade, mas ainda parecendo coisa “inventada”, fruto de uma produção intelectual esmerada, todavia *ideológica*. Se este for o caso, resta-nos recorrer ao que Marx recomenda n’A Ideologia Alemã: “Essas abstrações, em si mesmas, separadas da história real, carecem de qualquer valor. Apenas servem para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão seriada de seus diferentes estratos”. Desse modo, embora a Nobiliarchia Paulistana não seja uma criação literária (muito pelo contrário, seu caráter histórico é relevante), é necessário toma-la como expressão dos interesses e ideais da “classe” que o Autor representava; para, em seguida, tentar captar a realidade histórica que ela expressa. É o que tentaremos fazer a seguir.

PARTE II

A fonte nobiliárquica e a historiografia

Somente duas das capelas rurais descritas por Pedro Taques de Almeida Pais Leme restaram: as de Santo Antonio e de N. Sra. da Conceição; esta localizada no município de Voturuna/SP, aquela em São Roque/SP – áreas que, à época de suas fundações, pertenciam ou haviam pertencido ao núcleo originário paulistano, desdobrado antes pelo de Santana do Parnaíba, extensões territoriais da Vila de São Paulo de Piratininga. Edificadas na segunda metade do século XVIII por Fernão Paes de Barros e pelo Capitão Guilherme Pompeo d’Almeida. 1681 e 1687 são as datas históricas conhecidas, as quais, na ordem que estabelecemos a partir dos dados extraídos da Nobiliarchia Paulistana, foram erguidas num momento em que os paulistas estão envolvidos em projetos com ao menos três objetivos distintos: continuava ainda vivo o interesse pelas **bandeiras de apresamento de indígenas**; a elite colona paulistana

comprometia-se a colaborar com as autoridades metropolitanas no **avanço e consolidação da ocupação da região platina**; bem como estimulados pelo Governo a organizar **expedições visando a descoberta de metais preciosos**.

Ficara para trás, pois, a desastrosa presença holandesa no Nordeste açucareiro e em Angola, e fora restabelecido o tráfico negreiro bem como a produção do açúcar (embora a essa altura já sofresse a concorrência das Antilhas). Distante também o tempo da União das Coroas Ibéricas, de modo que as fronteiras com as possessões espanholas não propiciavam mais a liberdade de trânsito e de comércio usufruída pelos colonos de ambos os lados até 1640. Pelo contrário, vivia-se outra conjuntura, com menor perigo de ameaças externas, embora logo se tornara latente o conflito com a Espanha em razão da disputa territorial na região platina à medida em que avança o povoamento por parte dos colonos lusos em direção ao Sul até a região cisplatina. Assinala-se também a busca de alternativa econômica ao açúcar, já decadente; daí a importância da participação dos bandeirantes paulistas nessa segunda metade do XVII para a continuidade do projeto colonizador luso na América, em decorrência desses dois propósitos. Entre a aristocracia colona, muito mais do que os Senhores de Açúcar, eram os Potentados bandeirantes conclamados a participar pelas autoridades metropolitanas, e a elas procuravam corresponder, em busca de soluções à decadente economia colonial.

Voltando às capelas. Sobre a de Fernão Paes de Barros existe documento que comprova ter sido abençoada em 1681, o que significa estar já inteiramente pronta para a prática dos ofícios religiosos (edificada, ornada e devidamente paramentada); já a do Capitão Guilherme, estima-se ter sido edificada bem antes, entre 1650 e 1653, tendo sido “encapelada”³⁶ em 1687. São contemporâneas, portanto. Ambas pertenciam a duas grandes fazendas e, tal como a de Santo Antonio, presume-se que a de N. Sra. da Conceição tenha sido também construída próxima à Casa de Morada do Capitão³⁷, embora desta nada tenha restado. Casas de morada do mesmo tipo, embora de dimensões bem menores, e geralmente pertencentes ao século XVIII, restaram algumas nos bairros da periferia da cidade de São Paulo e em municípios vizinhos. Entretanto nenhuma outra capela similar às citadas logrou sobreviver no território paulista. Existem, todavia, referências a outras capelas edificadas naquele período por

³⁶ Termo que indica sua vinculação ao instituto do “morgadio” que lhe atribuía patrimônio próprio para gerar a renda para a sua conservação bem como determina seus administradores vitalícios, recaindo geralmente sobre os descendentes de seu fundador.

³⁷ Sobre essas casas rurais paulistas dos séculos XVII e XVIII apontamos o estudo clássico de Luís Saia – **MORADA PAULISTA** – como leitura indispensável, **básica**. Os estudos posteriormente elaborados sobre o tema são dele decorrentes; todavia não alcançam a mesma profundidade de análise.

outras figuras igualmente representativas dessa mesma fase bandeirista. Essas referências encontram-se primeiramente nos estudos de Pedro Taques de Almeida, dos quais, boa parte desapareceu e os que se conservaram foram reunidos nos três tomos da **NOBILIARCHIA PAULISTANA HISTÓRICA E GENEALÓGICA**³⁸. Outra referência é o já referido estudo de John Monteiro, que nos revelou terem sido fundadas 45 capelas e oratórios rurais no planalto paulistano no século XVII.³⁹

Antes dos estudos de Monteiro, encontramos outras indicações nas obras de Taunay⁴⁰ que, apesar de volumosa, peca por não apontar as fontes de onde provêm suas interpretações, todavia interessantes. Documentação respeitante a todo o período bandeirista também encontramos nos estudos de Washington Luis Pereira da Silva – a quem também se deve a publicação da valiosíssima documentação de que se valeram todos os historiadores e demais investigadores sociais que o sucederam nos estudos do passado colonial paulista. Dentre outros, Alcântara Machado, o primeiro a fazer proveito de uma fatia considerável dessa documentação, publicada na série **Inventários e Testamentos** e em **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Viana Moog, em **Bandeirantes e Pioneiros**, traça paralelos entre os primeiros povoadores norte-americanos e os bandeirantes e, tal como Alcântara Machado, traz para a discussão a contribuição, então fundamental para aquela época de grande inquietude e expectativas nascidas dos questionamentos sobre a “nacionalidade brasileira”, os estudos de Gilberto Freyre (**Casa-Grande & Senzala** é de 1933). Alcântara Machado (**VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE**), contrapondo-se à imagem de uma sociedade colonial aristocrática que emana da leitura da **Nobiliarchia Paulistana**, é quem mais penetra na figura do bandeirante para desconstruí-la, apoiando-se nos Inventários de recente publicação, e que lhe convence da predominância, no planalto paulistano seiscentista, de uma economia pobre, de subsistência, o que lhe permite retirar o manto de fidalguia com que o ilustre linhagista o reveste.⁴¹ Mas,

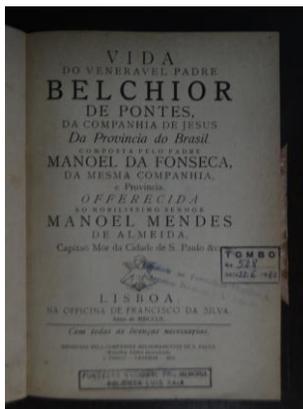
³⁸ Veja Parte I deste trabalho.

³⁹ Ver comunicação da Professora Glória Kok – A presença indígena nas capelas da Capitania de São Vicente (século XVII) apresentada em seminário promovido pela USP.

⁴⁰ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle – **PEDRO TAQUES E SEU TEMPO (estudo de uma personalidade e de uma época)**. S. Paulo. Oficina Diário Oficial. 1923. **História Seiscentista da Vila de S. Paulo**. Typ. Ideal – S. Paulo. 1926. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tip. Ideal. S. Paulo.

⁴¹ Sobre a importância de **VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE** ver artigo de Franco Della Valle (mestrando de pós-graduação do Departamento de História/FFLCH/USP): José de Alcântara Machado e seus leitores – www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/.../665; no qual também

o estudo que melhor interpreta, em nossa opinião, os estudos genealógicos e históricos de Pedro Taques precedeu a todos esses: **Populações Meridionais do Brasil**, de Oliveira Viana, publicado em 1920. O Autor não nega a existência de membros da aristocracia lusa no Brasil; ao contrário, assinala-a desde o primeiro século de colonização, ocupando desde sempre os altos cargos da administração. Porém, traçando um paralelo com a figura do Senhor de Engenho, coetânea ao do Potentado paulistano, distingue claramente aqueles que, minoritariamente, provinham de uma aristocracia metropolitana, dos que se afortunaram depois, deixando-se acolher e se envolver pelos primeiros em face das vantagens e benefícios de pertencer a uma aristocracia colonial. Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota perguntam afinal que aristocracia era essa que vivia na pequena vila piratiningana: “Alguns alegavam parentesco com a pequena nobreza do reino. O certo é que aqueles proprietários que se fixam nesse áspero e distante território o fazem ‘exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal’ “, citando a obra de Alcântara Machado.⁴²



Todas essas obras têm como foco maior de atenção o colono paulistano dos séculos XVI e XVII; constroem-no e o desconstroem, mas o mantêm como protagonista dessa época na figura do bandeirante – nobre ou não; rico ou pobre.

São também unânimes em fixar o elemento indígena na conformação da paisagem colonial paulista; por vezes apresentam-no somente como mero instrumento nas mãos do colono português, já outros acentuam a sua participação na gestação de uma sociedade com características peculiares, para a

ressalta a tese de Kátia Maria Abud – O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985.

⁴² LOPES, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme – **HISTÓRIA DO BRASIL – UMA INTERPRETAÇÃO**, Ed. SENAC de S. Paulo, 2008, p. 157.

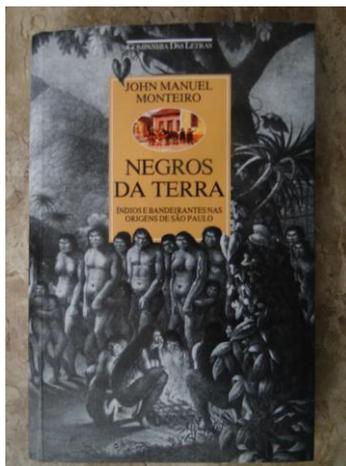
qual contribuiu não apenas como mão-de-obra (“peças de serviço”) e combatente do bandeirante (componente de seu “exército de arco e flecha”), mas também na transmissão de “saberes e fazeres” no trato dos elementos da natureza que, assim intercambiados e assimilados pelo colono, deram origem a uma sociedade peculiar. Sobressaem, nesse sentido, os estudos de Luís Saia, reunidos em **MORADA PAULISTA**. Já os estudos de John Manuel Monteiro, que aqui são considerados detidamente e com enorme proveito, fundados em larga pesquisa documental, descortinam e reafirmam, em vários aspectos, as teses levantadas pelo primeiro. Diz Monteiro:

“A mão-de-obra indígena mostrou-se indispensável em todas as etapas da ocupação das terras pelos europeus e seus descendentes mestiços, da abertura de caminhos à limpeza dos terrenos, à construção de casas, capelas e outras benfeitorias que pontuavam a paisagem urbana.”⁴³

Mas aqui é preciso assinalar desde já uma discordância profunda. Saia, apoiando-se na historiografia até então produzida, inclusive na obra inovadora de Alcântara Machado, sustenta que “A economia [do planalto paulistano] é apenas de subsistência”, enquanto John Monteiro, especialmente no seu denso **NEGROS DA TERRA – ÍNDIOS E BANDEIRANTES NAS ORIGENS DE SÃO PAULO** propugna, desde meados do século XVII, a existência de atividades econômicas no planalto paulistano, igualmente produtoras de gêneros agrícolas, especialmente do trigo, com o propósito de criar excedente visando abastecer o Mercado Interno.⁴⁴

⁴³ MONTEIRO, John M. - Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In **HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Volume 1 – A CIDADE COLONIAL 1554-1822**. Paz e Terra. São Paulo. 2004, p 45.

⁴⁴ MONTEIRO, John Manuel – **NEGROS DA TERRA – ÍNDIOS E BANDEIRANTES NAS ORIGENS DE SÃO PAULO**. São Paulo. Cia. das Letras, 1994.



Compartilham dessa visão outros novos historiadores, apresentada com nuances algo diferentes em obras e artigos que trilham por esse mesmo enfoque, e são resultado também de pesquisas documentais que acabam por revelar uma história em princípio bem mais atraente do ponto de vista da inserção dos colonos de São Paulo na vida econômica e política da Colônia que, se não chega a surpreender, apresenta novas perspectivas para a compreensão de uma história bem mais dinâmica e sobre tudo com um grau de integração no interior da estrutura do chamado Sistema Colonial antes apenas suposto por alguns pesquisadores, no rastro das investigações inovadoras lançadas por Amaral Lapa.⁴⁵

João Monteiro assinalou, entre as inúmeras atividades realizadas pelos indígenas, também a “construção de casas, **capelas** e outras benfeitorias que pontuavam a paisagem”. Esse é o cenário que nos interessa.

Mas antes é preciso verificar previamente como os fundadores dessas capelas terão formado as **fortunas** que lhes possibilitaram a sua construção e dotá-las com a rica ornamentação que ostentavam.

1. As possibilidades de acumulação de riqueza.

“Os pobres índios estes se deixavam levar inertes, passivos, tangidos pelo destino que lhes imaginavam dar os homens da raça mais armada”.
(Affonso d’ E. Taunay – História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo Quarto. p 151)

⁴⁵ LAPA, José Roberto do Amaral - **O Antigo Sistema Colonial**. Editora Brasiliense. São Paulo: 1982.

1.1 O índio como mão-de-obra

A acumulação de riqueza na sociedade bandeirante paulista do final do século XVI e boa parte do XVII, tendo em vista a fonte disponível para obtê-la – os indígenas – era, em princípio ilimitada: existiam aos milhares nos sertões do Continente. A dificuldade era, em princípio, obtê-los; mas, uma vez caçados e reduzidos à condição escrava - o que vale dizer, domesticados e adestrados aos serviços que lhes fossem destinados a executar -, o passo seguinte seria utilizá-los economicamente, seja através do trabalho agrícola ou artesanal direto⁴⁶, seja no transporte de mercadorias, seja ainda convertendo-os imediatamente em dinheiro através da venda a terceiros – a maneira de lucrar mais rápida e eficaz e consequentemente de obter dinheiro (fato contestado em parte da historiografia paulista que prega a existência de uma economia de quase escambo para a época) – o que possibilitava o “entesouramento de moedas”, como aliás apreçoavam as concepções econômicas da época.

Mas as coisas não deviam acontecer de forma tão simples assim.

A ação catequética jesuíta na Colônia, em princípio não se opunha à utilização econômica do indígena. A defesa deste pelo jesuíta não implicava no reconhecimento e muito menos na defesa do seu modo de vida “selvagem” (canibalismo, politeísmo, poligamia) que condenava. O jesuíta queria destruir esse modo “bárbaro” de viver e civilizá-lo através não somente da catequese, mas também do próprio trabalho. Daí incentivá-lo a tornar-se lavrador e criador de animais – o que o conduziria a abandonar a vida nômade. Daí também iniciá-lo nas Artes e Ofícios. Não pactuava, portanto, com o modo primitivo em que vivia – restrito à coleta dos frutos e das raízes, da caça e da pesca e a uma roça coletiva. Queria torná-lo também produtivo e o fez especialmente nas grandes

⁴⁶ MONTEIRO, John – **Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Volume 1 – A CIDADE COLONIAL 1554-1822.** Paz e Terra. São Paulo. 2004. p. 41 “As expedições de apresamento remontam às origens de São Paulo, porém, cresceram em frequência e intensidade nos anos finais do século XVI, em razão da escassez da mão-de-obra tupi, seja pelo declínio da população, seja pelos obstáculos que o sistema de repartição do trabalho apresentava. A exemplo de outras capitanias, os colonos contavam com a ação de chefes indígenas aliados e de mamelucos especializados na profissão de “pombeiro” para conduzir índios do sertão às unidades de produção dos europeus. Com a expansão das atividades econômicas após a pacificação do Planalto, no decorrer da década de 1590, e sobretudo com a ocupação de terras nos bairros que brotavam cada vez mais distantes do primitivo núcleo paulistano, os colonos passaram a montar expedições visando o apresamento para sustentar as suas novas empreitadas agrícolas e pastoris.”

“reduções”⁴⁷ sulinas e inclusive nos aldeamentos paulistas - naqueles em proveito da própria Companhia e nestes também para a comunidade colona. Neste sentido, o jesuíta foi um colaborador direto do processo de Colonização, preparando o indígena a tornar-se um trabalhador produtivo. Era-lhe confiado o controle, a partir dos aldeamentos, do fornecimento da mão-de-obra indígena requerida pelos colonos. Embora desse modo facilitasse o acesso dos colonos ao indígena, tentava impor limitações à sua utilização. Como “administrado”, respeitado rigorosamente o que os Padres pretendiam com este termo, a sua condição “livre” impunha remuneração das tarefas executadas - o que evidentemente ia contra os interesses dos colonos.

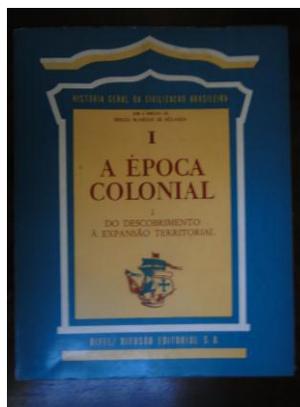
A situação se alterava substancialmente quando esses se valiam das contradições da legislação que permitiam reduzi-lo ao cativo, ou seja, que o transformava imediatamente em escravo, portanto em força de trabalho “bruta” – levado ao cativo, perdendo sua autonomia e autoconsciência, transformado em mero objeto produtor - o que era ainda mais vantajoso aos colonos, pois passível de comercialização. De maneira geral, não interessava aos colonos submeterem-se às restrições pretendidas pela Companhia de Jesus, pois que diminuíam significativamente as possibilidades de ganho, especialmente se levarmos em conta a situação de São Paulo que, por razões bastante conhecidas, acabou ficando à margem das atividades produtivas mais lucrativas eleitas pela política mercantilista portuguesa nos dois primeiros séculos de colonização. O que, porém, como veremos adiante, não a impediu de desenvolver atividade lucrativa no interior do Sistema Colonial.

Assim, derivava da quantidade e dos diferentes usos que os colonos paulistanos pudessem fazer dos índios, “administrados” ou cativos, as possibilidades de ganhos, maiores ou menores, e, por consequência, a posição que ocupavam na sociedade, reproduzindo a mera sobrevivência, ou possibilitando a acumulação de riqueza, através da produção e comercialização de gêneros agrícolas ou artesanais ou através do “armazenamento” temporário dos índios capturados, seu adestramento para o trabalho agrícola ou artesanal, e sua eventual venda ao Nordeste açucareiro.

Os ganhos resultantes dessas atividades deviam variar de acordo com a extensão das propriedades e especialmente da quantidade de mão-de-obra indígena nelas alocada. O que indica um quadro com tipos de propriedades de dimensões diferentes, correspondentes às chácaras, sítios e fazendas geralmente

⁴⁷ Vale observar os significados da palavra **redução**, conf. O Dicionário Houaiss: **1** ato ou efeito de reduzir; diminuição; **2** ação ou efeito de limitar, de restringir; restrição; **3** ato ou efeito de subjugar; subjugação.

referidos na literatura histórica, e consequentemente a existência de níveis sociais diferenciados de proprietários.



Myriam Ellis encontrou nos testamentos da época expressões tais como “buscar o remédio de sua pobreza”, “buscar a sua vida”, “o seu modo de lucrar” que no seu entender “Traduzem os objetivos econômicos das expedições de apresamento do índio”.⁴⁸ De um outro ponto de vista, digamos no plano das “representações mentais”, expressavam expectativas e aspirações com que os membros de cada uma dessas categorias sociais esperavam obter ao participarem das bandeiras.

Para uns, obter o braço indígena significava garantir a sobrevivência; para outros, a condição básica para lançar-se a atividades que pudesse lhes trazer vantagens materiais (suponhamos na produção de gêneros para abastecer mercados próximos ou no negócio de transportes); e, para aqueles com direito a maior número de índios apresados, a possibilidade de vendê-los imediatamente aos engenhos nordestinos, negócio que, durante as invasões holandesas, pode muito bem ter se constituído n’o seu modo de lucrar’ referido pela Profa. Myriam Ellis. Neste último, haveria ainda uma quarta significação, aquela indicada por John Monteiro, sobre tudo daqueles que possuíam grandes fazendas

⁴⁸ ELLIS, Myriam – **AS BANDEIRAS NA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL** in História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I Volume I DIFEL. São Paulo Rio de Janeiro. 1976. p. 277. E mais: “**O índio era o maior dos bens materiais.**(grifo nosso)” Figurava entre os valores arrolados em inventários, nos dotes de casamento, nos pecúlios deixados em testamento. Além disso, era instrumento de comércio. Por isso tudo, foi como um ponto de apoio da sociedade bandeirante.” (pág. 281)

se voltarem à produção em maior escala de gêneros para abastecimento de mercados consumidores regionais.⁴⁹

Adotamos, d'ora em diante, essa última perspectiva como fio condutor de nossas considerações.

Eram aspirações que assinalavam atividades bastante distintas entre si; embora todas se valessem do trabalho do indígena. Haveria alguma relação entre elas? Formariam quadros econômicos, baseados no trabalho escravo indígena, por meio do qual se articulavam e se complementavam? De certo. O que importa aqui considerar, nesse esboço inicial das atividades econômicas do planalto paulista do século XVII, são os dados já selecionados e analisados pela historiografia que nos permitam minimamente identificar cada uma dessas atividades para, em seguida, buscar as conexões que, em tese, devia haver entre elas, e se possível determinar qual delas era a hegemônica naquela época, pois dessa decorria o caráter da economia e da sociedade bandeirante.

1.2 As fazendas dos bandeirantes

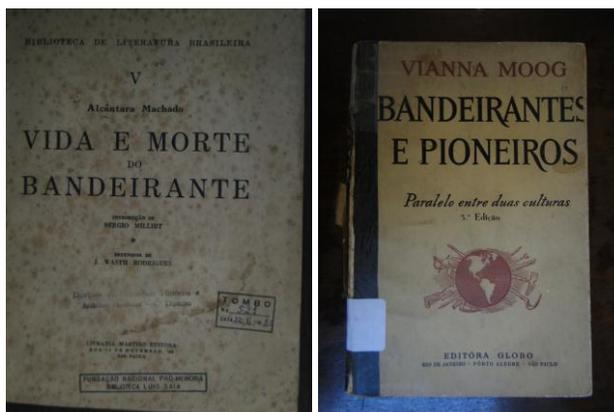
As propriedades dos principais protagonistas das expedições de caça e apresamento indígenas eram “povoadas” por centenas e até milhares deles, por sua vez responsáveis diretos pela geração de alguns produtos (como trigo, algodão, uvas transformadas em vinho, marmelos em doces, além de chapéus de palha, redes, cestos e alguns poucos itens mais) que, além de suprir as necessidades de subsistência da “comunidade” de suas propriedades, bem como garantir a mesa farta que ostentavam seus proprietários (Pedro Taques menciona dezenas deles), geravam **excedentes** que eram dirigidos ao atendimento de demandas regionais, o Nordeste açucareiro e, inclusive, a região platina, os vizinhos castelhanos, e ainda, eventualmente, enviados a Metrópole ou a outras Colônias do Império luso. Desse modo, ao contrário do que é geralmente suposto na historiografia digamos tradicional, não deveriam ser pouco significativos os ganhos auferidos pela comercialização dessas mercadorias, mesmo admitindo em princípio que estavam longe de constituir a principal fonte de sustentação dos colonos paulistanos, ao menos para a maioria deles.

Resta melhor conhecer, entretanto, o dinamismo dessas atividades produtivas e sobre tudo a frequência com que esses excedentes entravam em circulação. E também levar em conta a estrutura em que estariam apoiadas, distinguindo as propriedades rurais capazes ou responsáveis pela produção

⁴⁹ Em especial a obra já citada de John Manuel Monteiro.

desses excedentes nas circunvizinhanças de São Paulo de Piratininga, tanto no que respeita a extensão das propriedades quanto à mão-de-obra nelas existente.

Alcântara Machado perscrutou essa realidade e concluiu que é do “chão”, somente deste, podem os colonos tirar sustento e cabedais. Estes eram todavia escassos: “É nulo ou quase nulo o capital com que iniciam a vida. Distingue, porém, duas categorias de colonos: alguns se aparentam com a pequena nobreza do reino. ... Outros, a imensa maioria (grifo nosso), são homens do campo”. Havia, pois, hipoteticamente, uma pequena nobreza (pequena não somente em número de membros, mas especialmente na sua qualidade, de pouca estatura, situada originalmente na esfera inferior do estamento nobiliárquico, é o mencionado Autor que supõe). Se faltava “cabedal” a essa nobreza colonial, imaginem aos “homens do campo”! Mas não é apenas isso: também o acesso aos “chãos” se fazia de forma desigual. Aos primeiros eram-lhes proporcionadas extensas porções de terra – as **sesmarias** -, com obrigação de ocupá-las e povoá-las, e sobre tudo torná-las produtivas, com o propósito de gerar produtos de interesse comercial. Porém, a terra em si tinha pouco valor. É o que verifica nos inventários paulistas do século XVI e XVII, até ao menos 1650, quando “Passam os imóveis a constituir a parcela mais alta da riqueza privada”. Agrega-se à terra o valor das benfeitorias. Porém, apoiando-se em Oliveira Viana (**POPULAÇÕES MERIDIONAIS**), reconhece a “máxima” de que “a sesmaria, o domínio rural, a grande fazenda de criação ou cultura, aparece como o centro da gravitação do mundo colonial”. A grande propriedade fundiária é assim, desde o início, o fator de regulação da economia e da sociedade colonial: “Do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais; nele é que se traçam as esferas de influência; é ele que classifica e desclassifica os homens; sem ele não há poder efetivo, autoridade real, prestígio estável. ... E aqueles que não estão à altura de receber sesmaria e nem conseguem adquirir terras se acham como que deslocados no meio da sociedade em que vivem”. Torna, porém, a afirmar: “O lucro não é o único incentivo às explorações agrícolas”. Os paulistas, por ora separados da produção açucareira, pautam-se por outro critério: “O que se procura antes de tudo é a situação social que decorre da posse de um latifúndio, as regalias que dele provém, a força, o prestígio, a respeitabilidade”. E conclui: “Repete-se no Brasil o mesmo fenômeno observado na idade média européia. A propriedade territorial (escreve Chaisemartin) é então a base das relações entre os homens”.



A quais relações sociais se refere? Logicamente que não somente entre os iguais, os maiorais, os sesmeiros, os “latifundiários”, onde ocorre o conagraamento de ideias e interesses, os arranjos matrimoniais, e particularmente as festividades de cunho religioso, realizadas nas capelas, com missas, músicas e cânticos; e também a demonstração da autoridade frente aos subordinados, aos agregados, e à comunidade dos escravos, nativos ou africanos. Se na esfera dos iguais, entre as famílias dos potentados, os relatos de Pedro Taques são de certa forma elucidativos relativamente ao tratamento com que se relacionam, já destes para com os subordinados limitam-se às referências funcionais, que deles se espera, ou seja, de “servir” e trabalhar para os senhores.

Embora Oliveira Viana localize na propriedade da terra - na sesmaria que origina a grande propriedade rural, o latifúndio - a base das relações de produção e da divisão social sobre a qual emergem a sociedade e economia colonial, a dificuldade está em caracterizar essas relações de base escravista com o modo de produção que se constituiu no período, e também a algo que a análise não abrange ou não consegue identificar objetivamente, qual seja, o produto que emerge dessa estrutura. O que, afinal, a sesmaria ou o latifúndio constituído no planalto paulistano à época produz? É apenas uma produção de subsistência? Qual o real valor da terra, de cuja avaliação só se conhece os dados extraídos dos inventários seiscentistas onde se revela de pouca expressão monetária. Ao pouco valor da terra acresce o caráter “feudal” da sua posse (sujeita ao juízo discricionário que as autoridades exercem em nome do Rei suserano) que induz o analista a imaginá-la à semelhança das “propriedades Senhoriais” feudo medieval ainda existentes no mundo europeu e, por consequência, a massa indígena que o cultiva “reduzida” (no sentido de equivalência) à condição servil.

É o que lhe permitiu entrever a série documental examinada, embora resista à tentação de nomeá-las. A posse da sesmaria, do latifúndio, estaria na

origem das prerrogativas, da força, do prestígio, das regalias, da maneira aristocrática de viver de alguns. As relações no interior do latifúndio, embora condicionadas a regulações da tradição medieval, se não eram propriamente “de servidão” não podiam ser tomadas “declaradamente” escravagistas, face às restrições legais e à fiscalização jesuítica permanente, muito embora existissem, combatidas por esse último e ignoradas pelos “provedores” que faziam vista grossa à situação real dos índios. Fica-se a um meio-termo, nem cá nem lá! E isso confunde e embaralha o analista.

Luís Saia, como antes adiantamos, não fica neste meio-termo. Para ele não é a posse ou a propriedade da terra o fator preponderante visto que a economia é apenas de “subsistência”. O fator determinante é o indígena, mas não como força de trabalho e sim como força ou “instrumento de poder militar” que confere ao colono. Vê no planalto paulista da época uma “inversão do conteúdo” do conceito aplicado ao mundo europeu. Diz ele:

“Se é verdade que a ausência da propriedade imóvel desqualifica o colono, transformando-o num deslocado no quadro da sociedade, é também verdade que a simples posse de uma sesmaria não explica o poder do potentado paulista do segundo século. Tal poder lhe é principalmente conferido pelo número de peças escravas. Dá-se assim, em Piratininga, uma verdadeira inversão de conteúdo no conceito feudal da sesmaria, reduzindo à mediocridade a sua expressão tradicional e infundindo-lhe uma nova importância e um novo sentido ao estruturar uma situação econômico-social em cujo âmbito o potencial de produtividade não é apenas econômico, mas também militar. A mola da vitalidade bandeirista é o escravo índio, não como instrumento de trabalho para uma produção de consumo interno, mas principalmente como elemento de criação de capacidade militar, na qual o ‘potentado em arcos’ fundamenta a disputa de privilégios, direitos, soberania, prestígio político e força.⁵⁰

Estamos, pois, ainda em busca de uma imagem mais clara do que ocorria de fato nessas grandes propriedades, especialmente no que se refere à natureza da produção (de mera subsistência?, de gêneros para o Mercado interno?, ou de ambas, convivendo lado a lado? – uma voltada à reposição da força de trabalho, outra para o mercado?, e, este último, era eventual ou permanente?), e às relações de trabalho nelas existentes.

⁵⁰ A CASA BANDEIRISTA – in MORADA PAULISTA. Ed. Perspectiva. SP. Debates. 1972. p.122.



De qualquer maneira, há que se considerar aspecto que reputamos de crucial importância: o que é relevante para definir a natureza da economia (– se de mera subsistência ou se voltada ao mercado interno –) são os objetivos das atividades produtivas nela vigentes. E o fator diferencial que a nosso ver deverá esclarecer a questão será reunir dados que permitam responder se havia ou não, por parte dos colonos, em especial dos grandes proprietários rurais, não apenas a intenção de **criação de excedentes**, mas sobre tudo se existiam condições reais para tal. Produzir para abastecer mercados consumidores é tornar os produtos - criados pelo trabalho do indígena - de simples coisas úteis, diretamente consumíveis, em valor de troca, ou seja, em coisas “intencionalmente produzidas em excesso” para (ou com possibilidade de) serem vendidas, trocadas por dinheiro; em suma: **mercadorias**. Se é que podemos mesmo designar os **produtos do trabalho indígena** (submetido por “consentimento” deste – pela via do aldeamento jesuítico, teoricamente sujeito à remuneração e geralmente descartada pelos colonos – ou à força, através da subjugação física propriamente dita, como ocorria nas fazendas dos grandes potentados, donos de grandes “plantéis” de indígenas apresados em “Guerra Justa”) por este termo: **mercadoria**. Penso que sim, desde que a condição para que se realize, se consuma, exista. E essa condição era existir **mercado** para esses produtos – e este existia não só no interior da Colônia como externamente, em Angola ao menos.

E aqui chegamos a um ponto interessante: perscrutando as atividades dos colonos, ou de parte deles, vemos os analistas se esforçarem em captar o modo pelo qual os colonos conceberiam suas atividades. Mas talvez valha um alerta: não estaríamos, mesmo que inconscientemente, transferindo aos colonos, especialmente aos “potentados” bandeirantes, representações mentais que não eram propriamente as “suas”? Em outras palavras: ao buscarmos o “sentido” de

suas atividades, da maneira como expusemos acima, não estaríamos adotando estratégia já no seu princípio equivocada, na medida em que temos a presunção de apreender esse sentido valendo-nos de conceitual extemporâneo, impróprio ao que nos acostumamos a denominar economia colonial que, por sua vez, nem é feudal nem capitalista? Como então defini-la? Pré-capitalista? Conceito ainda mais vago. Aonde supomos haver “lucro”, melhor não seria dizer “renda”? Ou seriam simplesmente “ganhos”? Ganhos que – eis uma outra questão não menos importante - não se “capitalizavam” da maneira como hoje entendemos a absorção do “mais-valor”, consubstanciado em máquinas, equipamentos, tecnologias e especialmente em força de trabalho pelo Capital!

Não seria melhor adotarmos o caminho inverso? Partirmos das “representações mentais” (deles próprios, dos “potentados”), embora ainda insuficientemente conhecidas, para apreendermos o sentido de suas atividades? Representações mentais que, por “espelharem” o movimento real, pudéssemos captar melhor esse sentido (ou outro) que procuramos? Em outras palavras, os “escritos” de Pedro Taques, que tomamos como ponto de partida para essas reflexões, podem mesmo ser tomados como a maneira de pensar própria da “classe” dos potentados? Acreditamos que sim. Mesmo assim, desconfio que atingimos somente a superfície das coisas. De forma que preferimos até aqui, e o fizemos de forma abusada, utilizar o termo “Cabedal” porque não se equivale propriamente ao de Capital (na sua acepção atual) e nos parece indicativo da concepção que possuíam de... de que afinal? “Riqueza” de certo é a palavra correspondente, mas será a mais acertada? Era a época do “Metalismo”, da riqueza econômica quantificada em metais preciosos e em moedas que os inventários mencionavam, e que existiam nas mãos do Padre Guilherme Pompeo de Almeida e de seu pai. Riqueza que, aqui na Colônia, permitia-lhes “viver abastadamente” e ter a “copa mais primorosa que nenhum outro seu nacional” na maneira de dizer de Pedro Taques. Não há dúvida que o diferencia. Mas o que o linhagista pretendeu dizer com “nenhum outro seu nacional”? Parece estabelecer comparação apenas no âmbito dessa categoria de gente de mesma e elevada procedência e categoria – os filhos de algo. Disso também temos certeza. Mas, e esse “nacional”? Teria, por ventura, propósito de estabelecer diferenciação entre membros dessa categoria social apenas no âmbito da Capitania, ou mais largamente da Colônia, ou compreenderia toda a lusitana classe de gentis-homens?

Em alguns documentos pode-se estabelecer também relação com “Poder”; por exemplo, quando se referem aos “Serviços” que prestavam a El-Rey, declarando terem feito uso de recursos “próprios”, como armas e especialmente “seus” índios e escravos, para combater algum inimigo invasor.

Quem primeiro procurou investigar esse cenário sob a perspectiva dos elementos da superestrutura que moldavam a sociedade brasileira da época foi a Professora Laima Mesgravis⁵¹, mesmo considerando as dificuldades que tal investigação enfrentava face a estrutura econômico-social então vigente, em especial “A indiscutível predominância das relações escravistas de produção na sociedade colonial encobriu outros aspectos esquecidos ou mal interpretados das diferenças que separavam as camadas dominantes das subordinadas”.

Observa, todavia, a pesquisadora: “no que se refere ao sistema de dominação política, a liberdade e a posse de outros homens não era diferente para o exercício do poder ou gozo da estima social. / Para tal era preciso ser ‘homem bom’, ‘um dos principais da terra’, ‘andar na governança’, ‘viver à lei da nobreza’, ‘tratar-se nobremente’, ‘ser limpo de sangue’ e ‘não padecer de acidentes de mecanismo’”. E pergunta: “O que significam estas expressões? Formas pitorescas de descrever situações irrelevantes de currículos individuais? Ou seriam expressões significativas e descritivas de condições jurídicas para o exercício de posições de mando e prestígio?” Não eram apenas “expressões”, responde Mesgravis; eram “condições fundamentais para a compreensão dos mecanismos de monopólio do poder por um pequeno grupo de privilegiados, que conseguiu mantê-lo com poucas interferências e transformações até o fim do período colonial”.

Nem deixa de considerar a pesquisadora a “ascensão da mentalidade burguesa à época”, mas percebe nas relações entre os poderosos “a afirmação dos valores aristocráticos do ócio e da ostentação e a condenação dos burgueses como o trabalho e o comércio [o que] na prática revelava o predomínio da nobreza como estamento, mesmo quando a exploração de um vasto império colonial exigia a ativa participação dos comerciantes”. [grifos nossos]

Mas somos obrigados a reconhecer, há dificuldade ainda em se penetrar no real significado desses termos, dessas “representações mentais”, e de articulá-los aos elementos da estrutura econômica e social. Parte desses termos e expressões é encontrada em declarações feitas com o propósito de obter terras em **sesmarias**. É a expectativa de de ser recompensado pelos “serviços” prestados “a el-Rey”. E que se prestavam igualmente para pleitear **cargos públicos e títulos nobiliárquicos** – o que nos remete a uma outra ordem de coisas, de natureza e significados muito diferentes, que dizem respeito mais à estrutura do Estado monárquico e à inserção dos membros dos estamentos nele representados. Assim, não seria prudente perguntarmo-nos se, enquanto

⁵¹ MESGRAVIS, Laima – Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia in **ESTUDOS ECONÔMICOS 13 (Nº ESPECIAL)** : 799-811. São Paulo.1983, pp. 799-811.

“representações”, ao invés de expressarem interesses e aspirações, direta e facilmente reconhecíveis, reflexos da realidade, não seriam, ao contrário, formas “distorcidas” dessa mesma realidade, “fetiches” a ocultar significações ainda não reveladas? Deveríamos, então, voltarmo-nos novamente à sua análise, e tentar penetrar nos valores dessa elite? Dissecar a obra de Pedro Taques, efetuar uma análise semântica do discurso genealógico e histórico do linhagista de cabo a rabo?

Mais adiante retornaremos a essa questão.

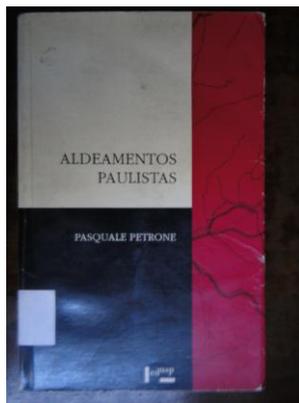
2. Produção de gêneros agrícolas e relações de produção: uso diversificado da força de trabalho indígena.

Dizíamos da dificuldade em penetrar no mundo do trabalho, compreender melhor as atividades, a sua organização, o uso do indígena no interior não apenas das grandes sesmarias como nas de médio e pequeno porte. Uma vaga ideia nos é oferecida por Paschale Petrone. Estudando a documentação sobre as funções dos aldeamentos jesuíticos concluiu que “o indígena exercia grande parte de suas atividades fora do núcleo, a serviço de moradores e da administração. Daí a distinção, necessária, entre as atividades exercidas dentro e aquelas exercidas fora do aldeamento.”

Ou seja, os colonos faziam largo uso dos índios aldeados, talvez maior do que prestavam à própria comunidade aldeã. Afora isso, eram utilizados para o transporte de cargas, inclusive para a administração pública, a mando dos camaristas. Mas a grande ocupação do indígena era a sua utilização como “lavradores” pelos colonos. Além dessa, diríamos fundamental, o Autor menciona outras funções igualmente exercidas pelo aldeado externamente: como o “aproveitamento de uma sua aptidão ou qualificação qualquer, com frequência exercida rotineiramente - louceiros, serradores, carpinteiros” - ofícios que, aliás, deviam aprender com os Jesuítas e de que se valiam os colonos.⁵²

E quanto aos produtos e seus equipamentos de produção?

⁵² PETRONE, P. - **ALDEAMENTOS PAULISTAS**. EDUSP, 1995. p. 277



Ernani Silva Bruno, em **O equipamento da casa bandeirista**⁵³, compulsando a massa enorme de inventários e testamentos (manuscritos) nos fornece uma relação desses produtos que nos permite ter uma ideia acerca da organização da vida econômica e social daquele período, em especial dos sítios e fazendas que existiam nos arredores de São Paulo de Piratininga, num raio de cerca de 50 quilômetros. Era então generalizada a produção da **mandioca**, com a qual era fabricada a **farinha**, arrolando os equipamentos utilizados (roda de ralar e diversos de prensa). O **milho** era outro gênero largamente cultivado. Assinala em seguida, o **arroz**, o **cará** e o **feijão**. Menciona também o **algodão**: “Planta mencionada com extraordinária frequência (citada em 93 documentos), a partir de 1595, é o algodoeiro, sítio com algodão, roça de algodão, pequeno algodoeal, pedaço de algodoeal, pedacinho de algodoealzinho, um pouco de algodão...” e os instrumentos utilizados para confecção de fio e tecido: descaroçador, fuso, tear e pentes. Os documentos também mencionam **lavouras de cana** e o instrumental para fabricação de aguardente e açúcar (moendas, trapiches e fornalhas). Refere-se também à fabricação de **água de rosas**. Depois de colhidas, diz Ernani S. Bruno, “dispunham os moradores do planalto de alambiques de chumbo ou de cobre (registrados em 51 inventários) de estilar água, de estilar flor, de estilar água de rosas ... com seu cano e capelo, com sua ceva de cobre...”

Por outro lado, confirma a produção de **trigo desde 1616**, mencionando que a Câmara concedeu “**várias licenças** a moradores para instalação de **moinhos**”, opinando que “Esse moinho para produção de trigo só podia ser o da tradição portuguesa, acionado por tração animal (atafona) ou de água (azenha).”

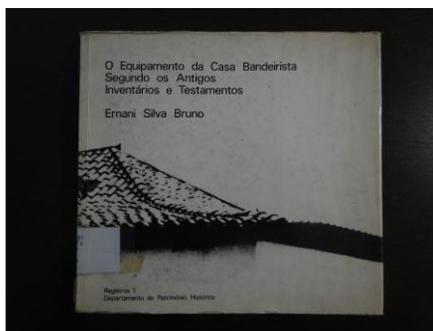
⁵³ BRUNO, Ernani Silva – **O Equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos**. Registros 1. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo. 1977.

Ernani também confirma a produção de **marmelo**, dentre inúmeras outras plantas frutíferas (limoeiros, limeiras, laranjeiras – citadas por vezes apenas como árvores de espinho –, bananeiras e parreiras (a partir de 1614, em 18 inventários). Sobre a marmelada, embora citada em apenas 8 documentos, diz:

“Lembre-se que à produção de marmelada em São Paulo, na época colonial, e à exportação para outras capitanias, referiram-se dois cronistas de fins do século dezesseis, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa.”

E sobre a pecuária, diz somente que

“São Paulo de Piratininga centralizava, na época a que se refere este levantamento [séculos XVI a XVIII], uma região de pequenas fazendas ou sítios onde se desenvolviam, ao lado de lavouras de subsistência, atividades de pastoreio voltadas para a criação de bois, de cavalos, de porcos, de ovelhas e de cabras’ [sendo que o] ‘rebanho mais volumoso (436 cabeças de gado) aparece em um inventário de 1701”, momento em que, sabemos por outros documentos e estudos, o interesse dos paulistas se volta também a obtenção de terras em direção a Curitiba que destinariam a criação de gado bovino e muar para atender o transporte e o abastecimento das áreas auríferas que estavam se povoando rapidamente. Os instrumentos citados nos inventários se restringem a “ferros” ou “marcas de ferrar gado”.⁵⁴



De todo o equipamento mencionado, não registra informação sobre o uso da força hidráulica, exceto nos mencionados moinhos para a produção de farinha de trigo. É de se supor que houvesse o aproveitamento dos cursos d'água, tal como os engenhos de açúcar, para a montagem desse aparato para a moagem do trigo.⁵⁵ Não seria fora de propósito supor também que as propriedades mais

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Recentemente, o jovem historiador Francisco Andrade deu notícia de uma importante descoberta: a localização de ruínas de um antigo moinho na região de Santana de

ricas fizessem uso de moinhos de vento, conhecidos em Portugal desde o século XIV, construídos com pedra e que utilizavam velas de pano semelhantes ao velame das embarcações. Fora dessas prováveis exceções, o restante das atividades teria um baixo nível tecnológico.

Produzia-se então no planalto paulistano (que compreendia cerca de um raio de 50 a 80 km no entorno da Vila de S. Paulo de Piratininga), no século XVII, segundo Ernani da Silva Bruno, muita mandioca, algodão, milho, marmelada e trigo também.

Mas como eram concebidas e distribuídas as tarefas, especialmente nas grandes propriedades? Qual a quantidade de braços utilizados? A quem era delegado o comando das tarefas, dos grupos de trabalhadores – a feitores? Nas grandes fazendas, os temíveis mamelucos por ventura se faziam presentes também no processo produtivo agrícola e artesanal? E num outro plano: como era feita a vigilância sobre a massa indígena dentro dessas propriedades? Nas horas da alimentação ou do descanso noturno eram confinados? De certo, eram-lhes permitido reunirem-se de acordo com a origem dos grupos, construir suas malocas, ogas e tijupás, formas de acomodação coletivas dos nativos e nelas procriarem...

São questões que dizem respeito à organização e controle da força de trabalho indígena, do escravizado sobre tudo. John Monteiro considera que nas grandes propriedades o trabalho inicialmente teria mantido a organização própria dos silvícolas - pré-colonial - para a cultura de gêneros agrícolas, na qual se destacariam as mulheres, reservando-se aos homens as tarefas do transporte.⁵⁶ Fora desse âmbito da produção, é de se perguntar, como seria a vida dos indígenas nas propriedades colonas? Nas fazendas e sítios, longe da vigilância dos jesuítas, na intimidade de seus “lares”, nos tijupás, noite adentro, algum pajé dissimulado entre eles ousaria realizar as cerimônias espirituais que lhes eram

Parnaíba, feito de pedra. No artigo intitulado **As ruínas do Sítio do Morro Um importante moinho de trigo da era das bandeiras**, Andrade garante que “são, realmente, restos de uma antiga casa de moinho hidráulico. Contudo, ao contrário do que se poderia supor, não se trata, nem de longe, de um simples moinho de fubá. **Estamos diante de uma máquina bem mais sofisticada, com capacidade operacional muitas vezes maior e cuja destinação era bem diferente: produzir farinha de trigo**”.(Revista Vitruvius ARQUITEXTOS 167, de 14,1br.2014). Suponho que Francisco esteja ocupado em identificar o proprietário originário desse moinho.

⁵⁶ MONTEIRO, J. M. – **NEGROS DA TERRA. ÍNDIOS E BANDEIRANTES NAS ORIGENS DE SÃO PAULO. CAPÍTULO 3 O Celeiro do Brasil**. SP. Cia. das Letras, 5ª. Ed., 2009, p. 67. Porém, com a intensificação do regime escravista, essa forma primitiva de organização “caminhou para o distanciamento do trabalho indígena de seus antecedentes pré-coloniais”.

próprias? E qual a atitude que tomavam os colonos ao descobri-las acontecendo bem debaixo de seus narizes?

Mas, não nos deixemos confundir. Uma coisa é a realidade das grandes fazendas, de propriedade dos chamados “Potentados”; bem diferente deveria ser a realidade vivenciada pela maioria dos colonos, pequenos proprietários de sítios, localizados nas freguesias mais distantes, e das chácaras dos arredores de São Paulo de Piratininga. Esses últimos, com suas médias e pequenas propriedades rurais, configuravam o quadro econômico “modesto” referido pelo geógrafo Paschale Petrone, predominante no planalto paulista, em razão do qual os índios aldeados eram de enorme utilidade, com o consentimento dos jesuítas, “repartidos” entre os colonos de maneira que nenhum deixasse de ser atendido. De vários deles também se valiam os “potentados”, como informa Taunay, independentemente do grande número que já possuíam. Especialmente daqueles que aprenderam algum ofício com os Jesuítas, supomos.⁵⁷

Complementando esse quadro inicial, caberia considerar as propriedades das Ordens religiosas sobre as quais, todavia, há pouquíssimas informações. Sabe-se, sem precisão de data, sobre a criação de gado nas propriedades dos Carmelitas, bem como a fabricação de telhas em fazenda dos beneditinos nas circunvizinhanças de Piratininga, propriedade originada de compra e doação feita por Fernão Dias Paes do “sítio de Tijucussú”, atual São Caetano, para patrimônio da igreja do mosteiro que ajudara a construir com os seus índios.⁵⁸ Quanto aos jesuítas, há uma referência datada (1640), importante: quando expulsos de São Paulo, em 12 de julho, o vigário da Vila, padre Manuel Nunes, foi designado administrador dos bens do Colégio de São Paulo, que incluíam aqueles que “serviam ao culto divino”, cabendo-lhe igualmente zelar pelas “casas, **fazendas, moinhos, [e] vinhas** da Companhia”,⁵⁹ fazendo-nos crer numa pluralidade de propriedades e equipamentos destinados à fabricação de farinha e vinho, o que pressupõe quantidades grandes desses produtos, evidentemente muito acima das necessidades do pequeno grupo de padres jesuítas que atuavam no planalto paulista, no Colégio, nos aldeamentos e nas visitas rotineiras às propriedades dos colonos. “Pão e vinho”, elementos que simbolizam a ressurreição de Cristo na eucaristia; mas não é crível que se destinassem somente aos serviços espirituais, mesmo se considerarmos o número relativamente

⁵⁷ Ver a respeito: **JESUÍTAS E BANDEIRANTES – História, Arte e Arquiteturas coloniais**. <https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>.

⁵⁸ TAUNAY, A. d'E. – História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo Quarto. Tip. IDEAL. S. Paulo. p. 36.

⁵⁹ TAUNAY, A. d'E. – História Seiscentista da Vila de São Paulo. Tomo Primeiro (1600-1653). Typ. Ideal. São Paulo. 1926. p 135.

elevado de índios por eles catequizados nas capelas de seus aldeamentos nas proximidades da Vila de São Paulo de Piratininga.

3. O potentado paulista e o senhor de engenho do Nordeste.

“Insolentes, altivos, independentes mas experientes sertanistas e igualmente amantes das honrarias e mercês, elementos fundamentais para a distinção social numa sociedade estamental-escravista, tanto o paulista em si, quanto a Câmara Municipal eram permeados pelo ideal de vassalagem, pois, afinal, no período estudado, o colono ainda era o colono-colonizador, o colono-vassalo e a empresa colonial, uma vasta empresa em conjunto”.
(Ilana Blaj)

Mas voltemos nossa atenção somente aos potentados, os donos das grandes fazendas que deram origem às capelas que nos interessam aqui.

Qual dos produtos citados recebia maior atenção por parte desses grandes proprietários – aqueles com maior potencial de comercialização, o trigo, o algodão, qual deles? Ou não havia nada disso. O que se produzia se consumia simplesmente; o excedente era destinado ao regalo do Senhor, família, agregados e para as festas e para o recebimento de convidados e hospedes? Afinal “viver abastadamente” não era a regra a ser seguida (?), “Viver a Ley da Nobreza”, com fartura, com índios e mesmo com alguns negros da Guiné, a lhes servir cotidianamente, no eito ou em casa?

Se pudéssemos estabelecer um paralelo com o Senhor de Engenho do Nordeste desse mesmo período – deixando provisoriamente de lado as enormes diferenças que derivavam do produto que aquele fabricava e que, em tese, deviam lhe proporcionar uma riqueza incomparavelmente maior da que obtinha o Potentado Bandeirante paulista –, ambos apresentavam algumas características que os tornavam semelhantes, especialmente no que se referia ao “estilo de vida”. Uma visão correspondente ao que aqui estamos a insinuar encontra-se em Vera Lúcia Amaral Ferlini:

“O centro desse mundo era o grande proprietário, o fidalgo do açúcar, o senhor de engenho, que guiava sua vida e as de todos que o cercavam por padrões aristocráticos. A ele se subordinavam familiares, agregados (negros alforriados, mulatos livres, pobres, que prestavam ajuda no engenho), escravos, lavradores de cana e o próprio clero. Entre eles, mais do que frias relações econômicas, desenvolveu-se intrincada rede de afeto, compadrio e poder. / Senhores do mundo do açúcar, os grandes proprietários procuravam ostentar poder em roupas, cavalos, arreios, móveis, louças, cristais, mesa farta, serviços...”

Mas ela mesma adverte:

“Essa riqueza, porém, não era real, e no dizer de um viajante, apenas ‘um véu de opulência que encobria a miséria geral’. Nas lides do açúcar os senhores obtinham pouco mais de 5% sobre o capital investido, mal dando para o sustento de sua família. Compravam fiado dos fornecedores metropolitanos, hipotecando safras e bens. Insolventes, apelavam às autoridades portuguesas”.⁶⁰

A explicação, encontra-a nos elementos que estruturavam a sua vida no mundo colonial, por sua vez apoiados em valores próprios da sociedade estamental (“*medieval*” diria Alcântara Machado) de que derivam:

“Seu objetivo não era o lucro ou a racionalidade empresarial, mas a acumulação de escravos e terras, fatores de honraria e poder”.

Essa mesma visão é amplamente corroborada em excelente estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva: “É um erro pensar que nobreza e riqueza se confundiam”, afirma a Autora, acrescentando que embora a riqueza auxiliasse a alcançar a nobilitação, “havia indivíduos nobres cujos bens patrimoniais eram insignificantes”. O que realmente contava era ter “um estilo de vida” e ostentar certos atributos diferenciados:

“tratar-se à ‘lei da nobreza’, como por exemplo ter criados (ou escravos), dispor de cavalo (ou seja, não andar a pé), trajar-se de acordo com a condição social, possuir uma espada ou uma arma equivalente”.

E reitera o anteriormente afirmado:

“O estilo de vida nobre tinha de ser mantido a todo custo, mesmo que os bens de fortuna não abundassem, pois só assim se evitaria a desqualificação social”.⁶¹

Ora, o Potentado paulista – o grande proprietário de terras e de indígenas por ele escravizados no século XVII – orientava sua vida por padrões igualmente baseados em valores aristocráticos, repetidamente mencionados por Pedro Taques, cujos estudos foram amplamente utilizados por esta mesma historiadora.⁶²

⁶⁰ FERLINI, Vera Lúcia Amaral: **A civilização do açúcar. Séculos XVI a XVIII**. Tudo é história 88. Editora brasiliense. São Paulo. O COTIDIANO DO AÇÚCAR. Pág. 81

⁶¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza – **SER NOBRE NA COLONIA**, 2005. Ed. UNESP, pp. 321-322.

⁶² A esse propósito, podemos acrescentar um dado concernente à família MEDELLA que comprova a vigência desses mesmos valores aristocráticos ainda ao final do Período Colonial. Os dados foram colhidos em pesquisa realizada sobre as origens da casa bandeirista hoje conhecida por Sítio do Padre Ignácio. Anna Leme de Barros era neta do Sargento-mor Roque Soares Medella, Sargento-mor de São Paulo e Guarda-Mor das

O que nos faz retornar outra vez ao universo das representações mentais. Detentores de grandes “cabedais” em terras e escravos, Potentados bandeirantes e Senhores de engenho, desfrutavam em vida o gosto do poder, da subserviência de familiares, agregados e escravos, da fartura de alimentos e bebidas em suas mesas a recepcionar convidados e hóspedes... Assim pautavam suas existências.



Minas, que construiu, cerca de 1721, a mais bela e requintada casa de morada de fazenda dos arredores da cidade de São Paulo em terras de sesmaria obtida na Freguesia de Na. Sra. do Montesserrat de Cotia logo após retornar das atividades de exploração aurífera em Mariana (MG). herdou de seu tio e padrinho, o Padre Raphael Antonio de Barros, a antiga sede construída por seu avô. Ao pleitear, em 1813, a renovação da concessão de “Oratório Particular”, antes conferido ao seu tio Padre Raphael Antonio de Barros, dirige-se às autoridades do Bispado paulista apresentando “o Breve incluzo de Oratório, o qual está munido Com beneplácito Real para cuja vigência precisavam justificar que vivem a Ley da Nobreza, o qual foi reconhecido e autorizado a manter em sua Fazenda [então] denominada de Nossa Senhora do Rozario sita na Freguezia dita da Cutia o mencionado oratório particular, onde se podia dizer MiSsa na presença da dita Suplicante e Seo filho e filhas”. Cerqueira, Carlos G.F. e SAIA NETO, José – **PESQUISAS EM TORNO DE UM MONUMENTO**. IPHAN/MinC, Projeto *Documentação de Bens e Monumentos Tombados*. 1997, pp. 43-44). Ratificando o que afirmou a Professora Nizza da Silva, as condições materiais de vida da mencionada neta do Sargento-mor Roque Soares Medella estavam muito aquém daquelas usufruídas por seu avô, e mesmo por seu tio, reduzida a propriedade original a um sítio, vale dizer uma parcela de terras da antiga sesmaria, e com pouquíssimos escravos para mantê-la produtivo. Por fim avaliávamos: “Apesar das aparências, não foi possível evitar a decadência. As missas que passaram a ser rezadas por seu primo, o Padre Ignácio, as rendas que delas auferiam, foram suficientes apenas para mantê-los com certa dignidade na casa-grande enquanto viveram”. (pp. 68-69.)

Próximos da morte, porém, alguns potentados paulistas se desfizeram de tudo. Em testamento conjunto, o casal fazia entrega das capelas que construíram e adornaram, às quais incorporavam as terras e mais benfeitorias e os próprios índios “descidos do sertão”; os contemplados por essas doações eram geralmente as “Religiões”, ou seja, as Ordens religiosas atuantes em São Paulo. Diz John Manuel Monteiro:

“Apesar de expulsos das aldeias reais pelos colonos, é importante observar que os jesuítas acumularam outras propriedades que acabaram funcionando como missões que abrigavam centenas de índios. Em várias ocasiões, durante os séculos XVII e XVIII, o Colégio de São Paulo recebeu doações significativas de colonos particulares. O primeiro caso ... ocorreu em 1615, quando Afonso Sardinha e Maria Gonçalves doaram a sua propriedade de Carapicuíba aos inacianos. A Capela de Nossa Senhora da Graça mostrava-se modesta em seus paramentos e prataria...”

Decorridos apenas nove anos e outro casal resolve fazer doação de todos os seus bens:

“A outra grande doação do século XVII foi da propriedade de Embu, passada por Fernão Dias (tio materno do homônimo Governador das Esmeraldas) e sua mulher Catarina Camacho, em 24 de janeiro de 1624. ... concentrava uma população indígena bastante expressiva. ... Estes foram doados “à dita casa de Santo Inácio [e] querem que os Religiosos [dela] os possuam logo e tomem posse deles”.⁶³

Ora, não há nessas atitudes nenhuma “racionalidade econômica”, no sentido que hoje entendemos; há somente o sentimento ou a esperança de “salvação da alma”, atitude muito própria da mentalidade da época, consoante ao modo de pensar, de agir e de conceber a existência humana. Desse “universo mental”, quantos outros, com maior ou menor “cabedal”, não partilharam do mesmo sentimento e atitude? Analisando à distância, diríamos hoje que não deixava de ser bastante egoísta a atitude: “Salvamo-nos e que se lasquem os outros, filhos inclusive”, comprometendo-os a obrigações pias e econômicas vida afora. Uma forma de pensamento, norteadas por valores religiosos, que almejava a salvação da “própria” alma, na crença de vida pós-morte. A influência da Igreja, muito mais significativa do que razões de outra ordem, econômica inclusive.

⁶³ MONTEIRO, John – Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Volume 1 – A CIDADE COLONIAL 1554-1822. Paz e Terra. São Paulo. 2004. p. 53.

Da mesma forma enfoquemos o significado do “Viver a Ley da Nobreza”, próprio também do Potentado Paulistano: um estilo de vida que pressupõe já de início a recusa ao trabalho manual, físico, privilegiando o intelectual. Pressupõe também, como descreve Pedro Taques, o “viver abastadamente”, com fartura, com gastos desmedidos em iguarias, roupas, festas, etc. Nada mais contrário à mentalidade empresarial, capitalista⁶⁴.

Outro “caso” pode ser lembrado neste sentido. Fernão Paes de Barros torna a capela de Santo Antonio, com terras e escravos de sua fazenda, “patrimônio vinculado” à realização de missas em sua “memória”. Qual o sentido de tudo isso? Depois de viver com fartura, ter desempenhado papéis importantes a serviço do Rei de Portugal, patrocinado expedições de pesquisas de metais preciosos, comprometer tudo à salvação de sua alma!?

Não é à toa que, quando dos debates travados no Parlamento Brasileiro, no período Regencial que resultaram na abolição do “morgadio”, o senador Nicolau de Campos Vergueiro argumentava que este era um instituto que desgraçava as famílias e, se fosse mantido, “impediria o desenvolvimento econômico do país”.⁶⁵

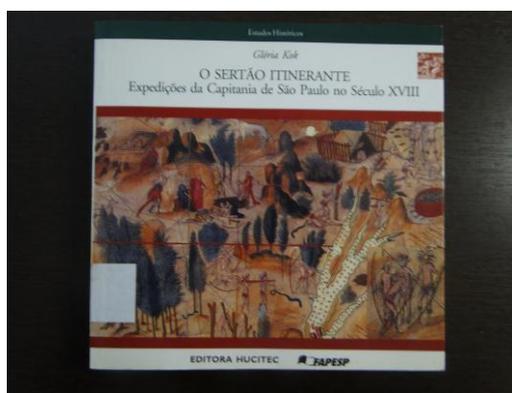
4. Bandeiras: montagem das expedições e repartição dos índios apreendidos

Mas como dizíamos, a fonte de riqueza primordial no tempo dos bandeirantes residia no índio; ou melhor, na forma de utilização dessa fonte. E essa forma seguia um caminho alternativo àquele configurado sob a influência das “Religiões”, especialmente da jesuítica; aquela que tornava possível a sua captura, sua escravização legal (ou seja, prevista em lei – a da “Guerra Justa”) e

⁶⁴ É interessante e ilustrativo observar o que Karl Marx disse a respeito da diferença entre o Capitalista e o Nobre, no Capítulo em que trata da Acumulação de Capital: “As mercadorias que o capitalista compra para seu consumo, com uma parte da mais valia, não lhe servem evidentemente de meios de produção e de criação de valor; também não é trabalho produtivo o que ele compra para satisfazer suas necessidades naturais e sociais. Ao comprar essas mercadorias e esse tipo de trabalho, consome ou despense a mais valia como renda, em vez de transformá-la em capital. **A concepção da velha nobreza ‘consistia em consumir o que existe’, segundo a acertada expressão de Hegel, e notadamente em ostentar luxo pessoal.** Para a economia burguesa, ao contrário, é da maior importância proclamar a acumulação de capital como o primeiro dever de cidadania e pregar incansavelmente que não se pode acumular consumindo-se toda a renda ...” **O CAPITAL (Crítica da Economia Política)** Livro 1: Processo de Produção Capitalista. Volume 2. 1971. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. p. 684.

⁶⁵ **Annaes do Parlamento Brasileiro** – 1835 (Sessão de 05/setembro: tramitação de projeto que extingue o Morgadio).

consequentemente a sua mercantilização. Essa forma que se configurava nas expedições de caça e apresamento indígena - as bandeiras - sobre tudo no período da dominação holandesa de parte do Império luso da América e da África (1630-1654), momento em que convergiram com os interesses dos “encomenderos” castelhanos, interessados tanto quanto os bandeirantes paulistas no apresamento dos indígenas aldeados pelos Padres castelhanos da Companhia de Jesus na região hoje compreendida entre o estado do Paraná (Guairá) e o Paraguai.



Obtido a custos só aparentemente baixos, pois que é preciso levar em conta quanto deviam somar as despesas relativas à compra de material (referimo-nos àqueles importados da Europa: armas, pólvora, balas, correntes de ferro), bem como aos gêneros alimentícios básicos (desde o cultivo e estocagem até a sua preparação para a viagem, que demandavam largo tempo), e ainda outros quesitos não menos fundamentais aos objetivos da expedição como os da confecção artesanal indígena (canoas, arcos, lanças e centenas de flechas), afora os custos de manutenção do contingente de pessoas durante todo o transcurso das expedições por largo tempo.

Há notícias de que concorriam para a organização das bandeiras somente pessoas que pudessem dispor desses meios, e sobre tudo aqueles que detinham a posse de “efetivos” de gente habilitada, o que significava dizer, de índios e de mamelucos, então considerados primordiais para o êxito das expedições. Assim, quanto maior fosse o percentual desses itens na formação das bandeiras, consequentemente maior deveria ser a participação na repartição dos índios capturados.⁶⁶ Pois afinal esse era o objetivo dos organizadores da bandeira

⁶⁶ ELLIS, Myriam – op. cit. pág. 279. “Tornou-se um negócio até. Aquele que não podia partir para o sertão, tratava alguém que fosse por sua conta, fornecendo-lhe os meios materiais necessários à empreitada: índios, correntes, armas, munições de guerra e mais

- fossem eles os protagonistas das expedições – os bandeirantes propriamente ditos – ou os “patrocinadores” (fornecedores apenas dos equipamentos e contingentes de índios disponibilizados às expedições) e que permaneciam, como Fernão Paes de Barros e o Capitão Guilherme Pompeu de Almeida, na retaguarda, digamos “bancando” o empreendimento. Este último, afirma a pesquisadora Glória Kok, citando Taunay (Na era das Bandeiras) - “fez grande parte de sua fortuna financiando expedições e realizando transações bancárias. Segundo Taunay, ‘dava e tomava avultadas quantias de juros de 8% a 10% ao ano’ ”.⁶⁷ A mesma pesquisadora acrescenta:

aviamentos, ou seja, a ‘armação’ de que o bandeirante era o ‘armador’. **Uma verdadeira sociedade estabelecida com o capital de uns e a coragem de outros, ou sociedade de capital e indústria. Os lucros eram depois repartidos proporcionalmente.**” (grifo nosso).

Também a Professora Laima Mesgravis, em artigo intitulado De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial, escreve sobre as dificuldades encontradas por historiadores como Afonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Jr., Orville Derby, Antonio de Toledo Piza, entre outros para o esclarecimento da questão da organização, funcionamento e objetivos das bandeiras: “Não poderia ser de outra maneira, porque a documentação oficial só se refere às bandeiras usando cuidadosos eufemismos, uma vez que era atividade ilegal e passível de penalidades severas”. Todavia, coletando dados em crônicas, genealogias, atas da Câmara de S. Paulo, testamentos e relatos dos jesuítas, logra formar uma idéia bastante sucinta a respeito de sua organização e funcionamento: “A formação de uma bandeira começava com a iniciativa de um colono mais abastado que precisava repor a mão-de-obra indígena morta, fugida ou vendida, e que procurava parentes, vizinhos e amigos com o mesmo projeto./ O organizador da bandeira assumia o comando geral... Todos deviam contribuir com algumas provisões (farinha de mandioca, milho e barras de marmelada), pólvora, arcabuzes (raros), espadas, lanças e correntes de ferro para algemar os índios. / ... Seu conhecimento dos hábitos indígenas e sua experiência guerreira tornavam-nos extremamente hábeis na “marcha paulista”, que era silenciosa, com observação cuidadosa da selva e dos animais, o que lhes facilitava os ataques de surpresa. / O modo de operação variava de acordo com a situação. Às vezes procuravam atrair os indígenas pacificamente com promessas de presentes e agrados. Preferiam apresar famílias inteiras para evitar os incentivos às fugas, e com isso havia grande mortalidade na jornada de retorno. / Muitos paulistas jamais participaram pessoalmente das expedições, mas foram os ‘armadores’ de bandeiras, fornecendo recursos consideráveis e participando dos lucros do apresamento. ... / A venda [dos índios apresados] para outras partes da colônia sempre existiu, sendo o Rio de Janeiro o grande mercado para uso local e revenda para o Nordeste”. **HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – A CIDADE COLONIAL 1554-1822** / volume I - organização Paula Porta – São Paulo : Paz e Terra. 2004. p 119.

⁶⁷ KOK, Glória - **O SERTÃO ITINERANTE Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII**, Ed. HUCITEC, SP, 2004, pp. 44-45.

“As bandeiras eram empreendimentos vultosos e lucrativos... Sérgio Buarque de Holanda coletou um documento, provavelmente atribuído ao Padre Fernão Cardim, que alude à colaboração de três ou mais pessoas no negócio, sendo cada um responsável por uma cota. Dessa forma, a organização da bandeira tornava-se mais eficaz e os lucros, maiores. Firmados em termos do contrato, os contratantes ‘aliciavam bandos de aventureiros, por vezes cinquenta ou sessenta homens com armas, índios de arco em grande número, livres ou cativos, e todo o aviamento preciso para a expedição’.⁶⁸

Dois coisas chamam a nossa atenção: a existência de **dinheiro** financiando as expedições que, como tal, criava ou resultava em mais dinheiro ao seu possuidor na proporção citada, “de 8% a 10% ao ano”, razão apontada por Taunay para o enriquecimento do doutor Guilherme (o mesmo que fundou a capela de Na. Sra. da Conceição do Voturuna em meados do século XVII, depois restaurada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ocorresse no século XIX, seria certamente chamado de ‘capitalista’. Qual a origem desse dinheiro? Presumimos que constituísse parte de sua fortuna particular gestada em momento anterior, talvez trazida de Portugal. Outra: a escrituração de **contrato** fixando o que ou com que cada um contribuía para a organização da bandeira - homens, armas, “índios de arco”, aviamentos – estabelecendo, portanto, a “cota”, ou a parte proporcional a que lhe caberia do “produto final” da expedição: a quantidade de índios a receber. Não é por outra razão que a historiadora Myriam Ellis denominou “empresa” a expedição de apresamento.

Desse modo, não deixa de soar estranho ouvir que não havia dinheiro em São Paulo de Piratininga naquela época; levando-nos a imaginar que essa área da Colônia vivesse de tal forma isolada que aqui os colonos, além de conviveram com os índios levassem também “uma vida de índio”, com uma economia baseada no escambo, pura e simplesmente. Se havia dinheiro a financiar a organização das expedições bandeiristas e essas se constituíam mediante a participação de interessados, em “cotas”, por sua vez firmadas em contrato, há que se convir que a sociedade bandeirante do século XVII regulava-se de forma algo mais complexa do que certa corrente historiográfica supõe.⁶⁹

⁶⁸ O estudo citado de Sérgio Buarque de Holanda por Glória Kok é Caminhos do sertão. Revista de História, nº 57, jan.mar. de 1964, p. 86.

⁶⁹ Ilana Blaj adverte neste mesmo sentido: - “Nas últimas décadas, observa-se todo um movimento de regionalização dos estudos coloniais, buscando-se, não mais partir das grandes sínteses e generalizações, mas, através do apontamento das particularidades locais e regionais, refletir sobre o que seria a colônia brasileira. Acompanhando esse movimento, as análises acerca do passado colonial paulista têm revelado aspectos extremamente distantes das antigas imagens cristalizadas ou pelos escritos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - a de uma vila pujante, autosuficiente, democrática

No mais, cabe lembrar que a colonização se fazia mediante uma política mercantilista, sendo uma de suas concepções econômicas a acumulação de metais e seu entesouramento, mediante as quais as nações tornar-se-iam ricas e poderosas. Por que haveriam de ser diferentes os membros da elite colona paulistana, alguns dos quais nomeadamente oriundos da aristocracia metropolitana, razão pela qual aqui ocupavam postos na Administração Colonial, entre os quais encontrava-se o próprio Pedro Taques.



Detalhe do **Monumento às Bandeiras** de Victor Brecheret.
(foto Sílvia Hashimoto Cerqueira - 2013)

Alcançado o objetivo, seguia a divisão dos índios capturados proporcional a essas “cotas”, ao “Cabedal” investido por cada um⁷⁰, em razão do

e de um paulista destemido, valente e rebelde - ou pelas obras de uma historiografia fortemente marcada pelos debates cepalinos - de uma área extremamente pobre, tendente à auto-subsistência, sem grandes articulações com o nordeste exportador ou mesmo com o Antigo Sistema Colonial”. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana.**

⁷⁰ MONTEIRO, John – op cit. “De tamanho e alcance dos mais variados, as viagens para o sertão rapidamente introduziram uma nova população indígena ao Planalto para substituir a população tupi. Com ênfase no apresamento dos Carijó, esses

qual seu possuidor podia dispô-los como melhor lhe conviesse: uma parte como mão-de-obra a ser empregada em suas propriedades e outra para a venda que, na conjuntura criada na segunda quadra do século XVII, ao tornar-se opção única de abastecimento dos engenhos de açúcar nordestinos, foi amplamente vantajosa aos patrocinadores das bandeiras. Este foi o período de maior incremento e lucratividade da empresa bandeirista de caça ao índio.⁷¹

5. Grandes e pequenos bandeirantes

Por outro lado, tais considerações fornecem uma visão interessante e relativamente segura de “quem era quem” na chamada sociedade bandeirante paulistana. Dentre as duas centenas de colonos moradores na Vila de São Paulo de Piratininga no início do século XVII (às quais podemos somar a população da vizinha Santana de Parnahyba, vila que também se notabilizou na organização dessas expedições) quantos de seus moradores reuniriam as condições que lhes possibilitassem participar com cotas maiores na organização de bandeiras de caça e apresamento indígenas; aqueles capazes de “bançar” a sua penetração, manutenção e permanência por tempo indeterminado nos sertões e, ao final, terem muita força de trabalho escrava para utilizar ou vender? Tudo indica que somente uma parcela reduzida desses moradores reunia efetivamente tais

empreendimentos atingiram o seu ponto mais alto nas primeiras quatro décadas do século XVII, com as grandes “bandeiras” capitaneadas por Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares, André Fernandes, Fernão Dias Paes e vários outros. Cada um desses colonos concentrou um número considerável de índios sob o seu controle pessoal, sendo distribuídos muitos outros em proporções menores para os demais membros das expedições.” (grifo nosso)

⁷¹ Neste momento (das lutas pela expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro que dominaram o segundo quartel do século XVII), os bandeirantes paulistas foram fortemente estimulados a uma dupla participação na vida da Colônia: de um lado, a combater o invasor holandês com seus exércitos de índios e mamelucos, e, de outra parte, como fornecedores de mão-de-obra indígena escrava aos engenhos do Nordeste. Foi esse o período de maior estímulo às expedições de caça e escravização indígenas, potencializadas pela supressão das fontes de fornecimento africanas, temporariamente nas mãos dos mesmos invasores. Essa dupla participação do bandeirante paulista o retirou do relativo isolamento a que estava relegado, inserindo-o definitivamente na esfera militar e política da Colônia, bem como, momentaneamente, na esfera econômica, como fonte alternativa de suprimento de escravos, em socorro à atividade de maior relevância para o Império luso.

condições; e provavelmente corresponde àqueles personagens que a literatura histórica tradicional consagrou.⁷²

De certo, esse “Cabedal” prévio, disponibilizado à formação e desenvolvimento das bandeiras, poderia ser constituído não necessariamente por dinheiro amoeado apenas. Mas, se o armamento do indígena que figurava em grande número nas expedições era fruto do seu próprio trabalho (os arcos e as flechas) – presumindo-se daí um custo menor -, o mesmo não se pode imaginar quanto aos itens que compunham o armamento de seus principais protagonistas; estes vinham do Velho Mundo, trazidos pelos comerciantes da Metrópole e, portanto, não deveriam ser baratos, muito pelo contrário. E essa forma de organização e de divisão do produto das bandeiras se manteve inalterada durante todo o século XVII. Não nos permitimos supor, a despeito da alegada “pobreza da terra” que, em pleno desenvolvimento da política Mercantilista, as trocas entre Bandeirantes e Comerciantes lusos fossem realizadas na forma de escambo, trocando diretamente “os produtos de sua fazenda” por armamentos fabricados na Europa. Havia certamente dinheiro envolvido; e a figura do Bandeirante que aqui estamos considerando, que patrocinava a “armação” das expedições e as comandava, capaz de conquistar centenas de índios, havia de ter, além de dinheiro, terra suficiente para confiná-los e torna-los produtivos.⁷³

Tudo isso nos leva a restringir bastante o número dos colonos que usufruíam **de fato** das condições acima mencionadas (dinheiro e terras); as quais, por sua vez, constituem pressupostos lógicos de sua participação ativa, tanto na organização como no produto dessas expedições bandeiristas.

⁷² Outra facção da elite paulista deveria, a nosso ver, (de forma semelhante a todas as demais regiões da Colônia), ser constituída pelos elementos ligados à Administração colonial – aos cargos de Justiça, militares, funcionários graduados do Governo, afora os relacionados às organizações da Igreja Católica. Todavia, a que se considerar que tais “facções” não deviam ser autônomas e estanques, e muito menos que não se relacionassem em virtude das oportunidades que se ofereciam no mundo colonial. Entre os “negócios” possíveis, os casamentos entre membros dessas facções deviam de ser relativamente frequentes, aproximando “cabedaes” e viabilizando o alcance de “status nobiliárquicos”.

⁷³ O colono para receber grandes porções de terra devia demonstrar “capacidade” para beneficiá-la, ou seja, torna-la produtiva e rentável para seu próprio benefício e para a Coroa. Isso exigia recursos materiais e dinheiro e, na falta deste, de “títulos de crédito” e não apenas de “Nobreza” - muito embora a “fidalguia” fosse merecedora de especial atenção e privilegiamento quando dos pedidos de sesmarias. Como se sabe, a colonização do território brasileiro não foi realizada por meros camponeses. Ao povo das aldeias portuguesas, pobre e dependente dos grandes senhores de terra, via-de-regra, não era autorizada emigrar para a Colônia.

Por outro lado, devemos trazer à reflexão a informação de que um número considerável dos índios apresados não era vendido aos engenhos nordestinos, permanecendo sob o domínio dos grandes proprietários rurais, que, por sua vez, figuram entre os maiores empreendedores das expedições sertanistas.⁷⁴ Ao índio, embora lhe reste a alternativa da fuga, se vê imediatamente obrigado a seguir os colonos.⁷⁵

Ilana Blaj, em **A Trama das Tensões**, reúne a respeito dados colhidos por três diferentes estudiosos:

“Alfredo Ellis afirma que, entre os proprietários, era raro o indivíduo que tivesse mais que cem indígenas; todavia Belmonte nos fala dos ‘potentados em arco’ e dos ‘senhores de grande séquito’, arrolando Valentim de Barros, Diogo Coutinho de Melo, Sebastião Paes de Barros, Maria Ribeiro, Francisco Cubas, Pascoal Leite Paes. Martim Rodrigues e Antonio Paes de Barros como exemplos de proprietários com muito mais de cem indígenas cada. John Monteiro afirma que Pedro Vaz de Barros tinha mais de quinhentos indígenas no

⁷⁴ Adverte porém a prof. Ellis: “Quanto às vantagens materiais auferidas pelas incursões bandeirantes, até hoje não foi possível uma avaliação concreta, pela inexistência de dados elucidativos, pois as ‘peças’ trazidas do sertão eram consideradas nos atos públicos quase sempre como forras ou como tendo-se agregado aos povoados por livre e espontânea vontade, não podendo, portanto, ser avaliadas, nem constar dos inventários”. Idem. op. cit. p. 279.

⁷⁵ Sou tentado a fazer uma consideração que talvez venha a merecer aprofundamento de gente mais capaz; porém parece-me que se verifica aqui fenômeno **inverso** àquele constatado na Inglaterra pré-capitalista no que respeita ao **destino** dado à massa de trabalhadores, ou seja, a constituição da força de trabalho disponibilizada ao Capital quando da desapropriação das terras comunais até então nas mãos dos camponeses, os quais, uma vez expropriados, se veem “libertos” da “servidão” feudal e disponibilizados à nascente manufatura urbana. Aqui, o indígena é também expropriado da terra, mas aprisionado e disponibilizado aos colonos, cada qual com a sua “cota” equivalente aos insumos que contribuiu para a organização da “bandeira”. Embora a terra onde vivia seja em seguida abandonada pelo bandeirante (ao contrário da Inglaterra onde é alocada pelo Senhor Feudal ao Fazendeiro empreendedor que lhe auferirá “renda” pela produção futura) servirá aqui como “reserva” para ocupação e colonização posteriores. Contudo, a expropriação das terras nativas coloca a massa indígena, repentina e violentamente, diretamente nas mãos dos colonos que irão explorar sua força-de-trabalho como lhes convier, inclusive alienando-a como mercadoria. Por que razão? Porque, ao contrário do antigo camponês, ainda lhe resta a alternativa da fuga propiciada pelo **espaço geográfico** que o colono ainda não domina. Assim ele se vê expropriado também de sua **liberdade** que “formalmente” (jurídica e economicamente) o trabalhador europeu irá a “desfrutar” embora sob o jugo do Capital, e que propicia a condição de vender a única mercadoria que lhe resta – sua força de trabalho –, condição que aqui o indígena escravizado (e sobre tudo o negro africano) não terá.

final da década de 1680 e que, em 1652, Antonio Pedroso de Barros contava com um plantel de cerca de seiscentos gentios”.

Que uso faziam esses poderosos fazendeiros de tão grande número de índios? A resposta estaria na atividade agrícola, especialmente no cultivo e beneficiamento do trigo no planalto paulista. Atividade que, segundo John Monteiro, explica o interesse dos paulistas pela organização das grandes expedições no período de 1628 a 1641:

“Nesse importante momento do desabrochar de uma lavoura comercial, as expedições de grande porte se mostraram como um eficiente modo de constituir uma força agregadora de mão-de-obra indígena.”⁷⁶ Suas pesquisas o levaram também a verificar que, após arrebanharem considerável contingente, abandonam as expedições apresadoras e tornam-se grandes fazendeiros, agricultores – o que vem demonstrar a grande importância da mão-de-obra cativa (e de certa forma também a **dependência** que dela tinha o agricultor colonial) para os empreendimentos de maior escala.

6. Produção para o mercado interno

Diz Ilana Blaj em **A Trama das Tensões**:

“John Monteiro, em seu livro, nos dá o histórico da produção de trigo na região planaltina, apontando as famílias Taques, Pedroso de Barros e Arzão como grandes produtoras, juntamente com os Pires, Camargos e Buenos, estes nos bairros rurais ao norte da vila; considera o período de 1630-80 como os anos de ouro da produção do trigo na região de São Paulo e acentua sua articulação ao mercado do litoral brasileiro com vendas para a Bahia, Pernambuco e Angola e, principalmente, para o Rio de Janeiro.”⁷⁷

⁷⁶“É de se notar que muitos, se não a maioria, dos participantes das expedições do Guairá encerraram suas carreiras de sertanistas ao retornarem ao planalto, voltando-se nas décadas de 1630 e 40, para a atividade mais sedentária da triticultura”. **Os Guarani e a história do Brasil Meridional; séculos XVI-XVII**, p. 494, citado por Ilana Blaj – op cit. p. 139.

⁷⁷ Vale observar que a informação é importante pois vem diretamente de encontro ao objeto desse trabalho – a **capela rural** – especialmente por citar as famílias Pedroso de Barros e Taques de Almeida entre as “grandes produtoras” de trigo na região planaltina; como vimos Fernão Paes de Barros e o Capitão Guilherme Pompeo de Almeida estão entre os Potentados fundadores de capelas em suas propriedades agrícolas, respectivamente a de Santo Antonio e a da Senhora da Conceição, edificadas no período assinalado por John Monteiro, as únicas que permaneceram, graças a ação restaurativa do SPHAN, até os nossos dias.

Assim, a resposta às questões que anteriormente expusemos relativamente ao uso que fazia a parcela mais rica dos colonos paulistas – os grandes proprietários rurais, os patrocinadores e os protagonistas das expedições bandeiristas de caça e apresamento indígena, os “potentados” com seus exércitos de “índios em arco”, enfim a elite paulistana – com o avultado número de índios que vivia sob a sua tutela nas grandes fazendas, encontra no estudo de John Monteiro uma explicação convincente na medida em que demonstra que estava em curso o desenvolvimento de uma economia agrícola (especialmente a triticultura) orientada ao abastecimento do mercado interno (áreas próximas a São Paulo de Piratininga e capitanias vizinhas, alcançando inclusive a Colônia africana), para a qual havia a necessidade de grande quantidade de mão-de-obra para demanda-la; daí o bandeirante, em final de carreira, tornar-se agricultor. A venda do índio aos engenhos do Nordeste, desse modo, constituiu apenas uma variante, certamente interessante, porém conjectural e não a razão principal da atividade do bandeirante paulista. Por outro lado, esse bandeirante, de acordo com o exposto, desde meados do século XVII já seria ou teria se transformado num fazendeiro pródigo que, nas bordas do sistema de produção implantado para atender aos interesses do mercantilismo lusitano, encontrara uma maneira eficiente de inserir-se nos quadros da economia colonial: produzir gêneros alimentícios, especialmente o trigo, para as populações que, por razões que ainda merecem maior investigação, não tinham os meios necessários para produzi-los ou não se interessavam em produzir.

Sobre a extensão desse mercado, tinham os paulistas consciência. Um documento também transcrito por Serafim Leite nos oferece uma visão diríamos senão exagerada, algo otimizada quanto a sua amplitude. Trata-se de uma Carta da Câmara de S. Paulo ao Papa Urbano VIII, escrita logo após os eventos que culminaram na expulsão dos Padres Jesuítas da Vila de Piratininga, em 1640, na qual explicam os motivos que os levavam a pedir a suspensão do Breve “*Commissum Nobis*”, de 22 de abril de 1639 que restabelecera “em todo o seu vigor o Breve de Paulo III de 1537”, **proibindo a escravização do indígena** em todo o “Brasil, Paraguai, Rio da Prata e outras quaisquer regiões e lugares que estão nas Índias Ocidentais e Meridionais”, publicada na Vila de São Paulo cerca de vinte dias antes da expulsão (13/07/1640). Interessa-nos inicialmente destacar o trecho que explicam as razões da necessidade do braço indígena para as atividades produtivas no planalto e a importância desses produtos:

“... que estando os ditos Índios no serviço dos homens brancos dentro das Vilas e Lugares, onde cada um dos brancos tem cuidado dos que estão em seu serviço ... / No detrimento temporal o ficará tendo muito grande toda esta Capitania e ainda todo o Estado do Brasil, se guardando-se o dito Breve, não puderem os Índios em seu serviço, porque eles cultivam as terras, usando de

enxadas, por não poderem admitir arados. Com os mesmos granjeiam as farinhas, as carnes e legumes para o seu mantimento ordinário, e para socorrerem com ele a muita parte do Estado do Brasil, porque desta Vila e povoação, vão todos os anos muitos mil alqueires de farinha de trigo e muita quantidade de carnes e legumes para socorros do dito Estado e ainda para a Conquista de Angola.”

Os camaristas continuavam sua argumentação alertando para os perigos que a falta do braço indígena acarretaria:

“E tudo isto faltará não estando os Índios no dito serviço, e não somente ficarão os moradores padecendo extremas necessidades e se não poderão sustentar as Religiões [as Ordens secular e monásticas], que aqui estão, exercitando-se no serviço de Deus e das almas; mas também faltarão os dízimos, que se pagam a Deus dos frutos da terra, e faltarão de todo as rendas das fazendas de El-Rei e dos particulares, com que se sustentam os ministros da Justiça para o governo da paz, e os Soldados, para a defesa da terra, ...”⁷⁸

O documento também permite avançar a análise de aspectos que antes tocamos, entre eles o do próprio **trabalho** realizado pelos índios: em que consistiam e aonde se realizavam os “serviços” que prestavam? – nas “Vilas”, mas sobre tudo nos “Lugares” onde sobressaia o **cultivo das terras** por meio do único instrumento “admitido” e que assinala o **nível tecnológico rudimentar** da produção dos gêneros citados: a **enxada** com a qual também “granjeiam as **farinhas**, as **carnes e legumes**”. Quem se **beneficiava** desses produtos e serviços? – evidentemente os **próprios colonos**, todos sem distinção de nível ou status (“onde **cada um** dos brancos tem cuidado dos que estão em seu serviço”),

⁷⁸ LEITE, Serafim – **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI, pp. 264 e segs. John M. Monteiro cita a mesma missiva, transcrita de ARSI, Missiones 721/I, porém com redação pouco diferente, o que pode levar a entendimento distinto não só quanto ao momento e a conjuntura em que foi escrito, sobretudo em relação a Angola estar ou não já submetida ao domínio holandês, mas especialmente no que se refere à extensão desse mercado dos produtos paulistas. Enquanto numa transcrição se lê “todo o Estado do Brasil, noutra a muita parte do estado do Brasil”. A se conferir em **NEGROS DA TERRA**. p. 113. Quero também deixar registrado aqui em rodapé o que me parece haver nessa missiva dos camaristas paulistanos, quer seja, uma insinuação para com as organizações religiosas de que se valiam igualmente do indígena para o sustento de suas comunidades em seus diferentes conjuntos residenciais, inclusive os próprios jesuítas, por meio do qual produziam tal como os colonos grandes quantidades de trigo e de vinho, como vimos anteriormente, deixando entrever que as “Religiões” também praticavam essa atividade com vistas a obter vantagens econômicas – vale dizer “renda” ou “lucro” – com a venda de excedentes para os mesmos mercados apontados, quer sejam “parte do Estado do Brasil e ainda para a Conquista de Angola”.

mas também “**as Religiões**” (“os dízimos [pagos pelos colonos] que se pagam a Deus dos frutos da terra”) e o próprio **Estado** (com as “**rendas das fazendas de El-Rei** e dos particulares, com que se sustentam os **ministros da Justiça** para o governo da paz, e os **Soldados**, para a defesa da terra”). Em outras palavras: os **tributos** pagos pelos colonos sobre os gêneros produzidos pelo trabalho indígena dessa região contribuíam grandemente para o sustento do Estado e das instituições,⁷⁹ inclusive da própria Igreja, alertavam os camaristas. Assim a reaplicação do Breve de Paulo III de 1537, cerca de um século após a sua edição inicial, no entender dos camaristas consistiria para a própria Igreja um erro, seria como dar um tiro no próprio pé.

A ênfase dos Camaristas paulistanos parece, todavia, recair sobre a importância, digamos, estratégica dessa produção no sustento da **economia colonial** como um todo, quer no que respeito ao seu **abastecimento interno** (“porque desta Vila e povoação, vão todos os anos muitos mil alqueires de farinha de trigo e muita quantidade de carnes e legumes para socorros do dito Estado”) como de parte importante do Império (“para a **Conquista de Angola**”) de onde provém os escravos africanos fundamentais para a indústria açucareira – ainda a principal riqueza à época.

Assim, a se acreditar nas palavras dos membros da câmara paulistana, o **mercado** dos produtos da economia do planalto piratiningano se estendia, já em meados do século XVII, por “a muita parte do Estado do Brasil”, ultrapassando-o até, pois grandes quantidades de farinha de trigo, carnes e legumes também eram levadas para Angola, a maior fornecedora de escravos aos engenhos de açúcar brasileiros, insinuando os camaristas prejuízo ao próprio **tráfico negreiro** caso houvessem de obedecer o Breve papal de 1573. Note-se que essa missiva é enviada cerca de um ano antes da ocupação de Angola pelos holandeses, que já ocupavam o nordeste brasileiro desde 1630. O “Estado do Brasil” havia sido diminuído de sua parcela territorial mais importante para a economia lusitana, restando apenas os engenhos da Bahia, aos quais não deviam as autoridades medir esforços para a sua sustentação.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota apontam para a importância que a guerra contra a ocupação do nordeste pelos holandeses provocou, desde a questão da necessária redistribuição dos habitantes para o agenciamento de combate ao inimigo e sobre tudo para o solucionamento da crise de

⁷⁹ As próprias instituições faziam largo uso dos serviços do índio, a começar pela própria Câmara utilizando-o para o envio de correspondências, nas viagens de funcionários e autoridades quer para a sua “proteção” quer para o transporte de suas cargas; e bem assim as “Religiões”, a começar pelos Jesuítas, mas incluindo os padres seculares, e os das ordens monásticas, no cultivo de terras, fabricação de farinha e vinho, etc.

abastecimento, com a mais absoluta falta de víveres para o que se viram obrigadas as “autoridades sediadas na Bahia a solicitar [auxílio] dos produtores de alimentos das ‘capitanias de baixo’”, o que levou a Vila de São Paulo a se tornar “um dos principais centros produtores de mantimentos da colônia”.⁸⁰ Em adendo, acrescentam informação de Luiz Felipe de Alencastro: “As praças do Norte e Angola importam de São Paulo cal, farinha de mandioca e de trigo, milho, feijão, carnes salgadas, toucinho, linguiça, marmelada, tecidos rústicos e gibões de algodão à prova de flechas”.⁸¹

Como desdobramento das guerras de reconquista, eram os paulistas conclamados a concorrer não apenas com o contingente militar bandeirante, com seus “exércitos de índios em arco e flecha”, mas com os produtos de sua economia. Se essa situação era apenas circunstancial, “conjuntural” diríamos hoje ou, antes, resultado de um processo iniciado anteriormente, é o que interessa investigar. Pois há quem proponha que esse processo se iniciara já nos últimos anos do século XVI, sob o estímulo da economia açucareira, para cujo atendimento São Paulo já concorria desde 1596, estruturando-se ainda no primeiro quartel do século XVII.⁸²

De qualquer forma, como assinala John Monteiro, embora gestado sob os governos de Dom Francisco de Souza (1602-1611), foi na década de 1640 que ganha importância para o desenvolvimento da economia paulista. Mesmo parcialmente alcançado, pois que os objetivos principais – o descobrimento e a exploração de metais preciosos teriam que esperar quase um século para serem atingidos –, o projeto, três décadas depois de iniciado, transformou São Paulo no “Celeiro do Brasil”.

Ainda sobre o projeto de Dom Francisco de Souza, vale observar um outro aspecto que nos interessa sobremaneira. Referimo-nos aos “estímulos” que

⁸⁰ LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme – **HISTÓRIA DO BRASIL – UMA INTERPRETAÇÃO**. Ed. SENAC de S. Paulo, 2008, p. 156.

⁸¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de – **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. S. Paulo, Cia. das Letras, 2000. pp. 194-5.

⁸² French, John – Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625 in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 195, citado por Ilana Blaj - Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana – Revista Brasileira de História. V. 18 n. 36. São Paulo 1998 (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200012>) Diz o citado Autor: “O desenvolvimento da produção para o mercado introduziu em grau cada vez maior diferenças na acumulação de riquezas entre os residentes locais. Tal riqueza, como na maioria das economias pré-capitalistas, acumulou-se nas mãos de um incipiente grupo mercantil que aumentava seu poder através das novas relações de dependência criadas pelo comércio”.

para a sua consecução lhe foram assegurados pelo Rei Dom Filipe III. A esse respeito, diz Affonso Taunay que para dar cumprimento aos propósitos de “entabolamento e administração das minas descobertas e por descobrir”, el-Rey lhe conferira, por alvará,

“poderes para atribuir foros de fidalgo a quatro pessoas que tivessem servido nas minas três anos cumpridos, **tendo as ditas pessoas as qualidades que se requeriam** [grifo nosso]. E mais, o novo alvará permitia-lhe ainda nomear até cen cavaleiros fidalgo da casa real e moços da Real Câmara mais cem. Como requisitos especiais exigiam-se dois anos de serviço na mineração para os primeiros e um para os segundos. ... Mas o que havia de mais apetitoso vinha a ser o aceno de dezoito hábitos da Ordem de Cristo, doze de vinte mil reis e seis de cinquenta. ... eram fortunas nos princípios do século XVII.”⁸³

Como acrescentou Taunay, “eram os meios de estímulo grandes”. Mas tinham que obedecer aos usuais **critérios seletivos**, próprios do ordenamento jurídico-ideológico da época, requerendo de Dom Francisco de Souza a sabedoria para conciliar os cargos disponibilizados às “qualidades” das pessoas, ou vice-versa.

Mas, enquanto Taunay deduz que os salários propostos seriam “grandes”, o historiador H.R. Trevor-Roper, analisando a Europa do século XVII, escreve:

“Em toda a Europa, nessa época, os salários pagos aos funcionários do estado eram baixos, eram pagamentos comuns cujo valor real diminuía em época de inflação; o grosso dos ganhos de um funcionário advinha de oportunidades particulares para as quais um cargo público era uma porta aberta”.⁸⁴

⁸³ TAUNAY, A. d'E. – **História Seiscentista da Vila de S. Paulo**. Tomo Primeiro (1600-1653). Typ. Ideal – S. Paulo. 1926. pp. 28-29.

⁸⁴ TREVOR-ROPER, H. R. – A CRISE GERAL DO SÉCULO XVII in **CAPITALISMO Transição**. Livraria ELDORADO TIJUCA Ltda. Coleção Leituras – História. (org. Theo Araujo Santiago). E segue informando: ‘Os lucros destes dois grandes cargos, o Chanceler e o Tesoureiro’, escreveu um bispo inglês, ‘certamente eram muito pequenos, se analisarmos os antigos honorários e subsídios, pois os príncipes antigamente davam pouco, para que seus funcionários e servidores dependessem mais deles para suas recompensas’. O que o Bispo Goodman disse da Inglaterra jacobina era verdadeiro para todos os países europeus. ... Todo funcionário, em toda corte, em todo país, vivia pelo mesmo sistema. Recebia um ‘honorário’ ou salário trivial e, para o resto, fazia o que pudesse no campo que o cargo lhe possibilitava. Uma parte desses lucros era considerada perfeitamente legítima, pois não se esperava que um homem vivesse apenas de seus ‘honorários’: aceitava-se perfeitamente que ele cobrasse uma soma razoável por

Difícil, pois, avaliarmos ao certo, a despeito do elevado interesse do projeto, o tamanho e a extensão dos incentivos colocados à disposição de Dom Francisco de Souza; o que, porém, é certo é o uso de instrumentos cuja concessão era baseada em critérios de privilegiamento, dirigidos via-de-regra aos membros do estamento dominante na consecução dos projetos de Estado nessa época, seja do período da União Ibérica seja de outro qualquer da Europa do Antigo Regime.

De qualquer forma, serviriam tanto para atrair gente fidalga da Metrópole como também dar emprego e acomodar melhor os já estabelecidos por aqui. O que não deixava de ser de utilidade, sobre tudo para animar a economia de uma região considerada pouco monetizada. Os cargos, assim remunerados, alimentariam um pouco as relações de troca por ventura existentes. Não cremos, porém, que o dinheiro fosse de tal modo escasso.

7. A disputa pela terra; os critérios seletivos de concessão.

Do que até aqui foi exposto, é possível discernir que por detrás da cena principal – cujos holofotes em geral se voltam exclusivamente às expedições de caça ao índio e aos seus principais figurantes – ocorria concomitantemente uma outra ordem de acontecimentos que podemos entender como disputa, entre os próprios colonos, pela posse da terra. Pois, em nosso entender, é a **terra** o elemento indicativo da posição ocupada por cada uma das categorias de colonos que habitavam o planalto paulista; por sua vez discriminada de acordo com os “critérios seletivos” próprios da sociedade estamental e que determinavam a sua distribuição, bem como a sua extensão, qualidade e localização.

Assim, a terra, disponibilizada aos colonos, não era resultante unicamente dos combates ao indígena inimigo, de sua expulsão e da conseqüente conquista de parcelas cada vez mais extensas do território. Os avanços territoriais, ao Sul e a Oeste da Vila de Piratininga, foram se consolidando lentamente. E as terras assim “conquistadas”, eram gradualmente anexadas ao território “dominado”, mas tratadas como terras d’El Rey – incorporadas aos “domínios do Império luso” –, cujo usufruto era transmitido em seu nome pelas autoridades aos colonos que, dessa forma, detinham a sua “posse”, com a condição de que as beneficiassem, podendo ser transmitidas aos descendentes.

audiências, favores, assinaturas, que ele se aproveitasse do cargo para fazer bons negócios, que ele investisse em dinheiro público, enquanto em suas mãos, para o seu próprio lucro”. (p. 139). E depois se diz que o “**jeitinho**” é só brasileiro! Mas aí estão, nas benesses do regime aristocrático, as origens da corrupção daqui e de alhures.

Embora não se tratasse propriamente de “propriedade” da terra; sua utilização e os benefícios resultantes das atividades produtivas constituíam uma forma de “renda fundiária”, mesmo considerando o regime de trabalho escravista mediante o qual era explorado o indígena, amealhada parte pelo sesmeiro parte pelo governo, através dos tributos que recaiam sobre a venda dos produtos.

De outro lado, as terras (e as aldeias indígenas) devastadas pelos bandeirantes, as mais longínquas, não resultavam na sua imediata apropriação; ao contrário, eram deixadas para trás. Mesmo assim, os sucessos das expedições, ao impedir o avanço castelhano sobre as terras que lhes pertenciam de direito (Guairá), resultavam na consolidação cada vez maior do território luso, dominando e ampliando áreas possíveis de povoamento futuro. De outra parte, o conhecimento sobre as terras do “sertão” – do “continente adentro” –, em todos os quadrantes, vai permitir aos colonos, ainda no século XVII, dar início a processos de ocupação novos, em áreas muito além de Piratininga. (É o que veremos mais adiante relativamente ao povoamento do vale do rio São Francisco.)

Às terras assim conquistadas não seguia, porém, uma imediata e “democrática” distribuição entre todos os participantes das expedições sertanistas; antes, obedecia a critérios determinados pela legislação transplantada de Portugal (Ordenações); esta, por sua vez, pautava-se por critérios seletivos e discricionários, nem sempre explícitos, em conformidade com a posição de cada indivíduo: fundados por sua vez no “status” social – nos títulos, nos privilégios derivados da origem, enfim nos direitos próprios da sociedade organizada em estamentos – e também nos “cabedaes” próprios, sobre tudo nos plantéis de índios apresados, os quais já estavam por sua vez configurados desde as “armações” das bandeiras, nas bem-sucedidas aventuras sertanistas, que nos auxiliam a explicar a riqueza inicial de parte dos bandeirantes. “Status” e “Cabedaes” que, tal qual a uma moeda, representavam as faces da diminuta elite colona dos primeiros séculos. Exemplo do que estamos aqui considerando pode ser encontrado na própria **Nobiliarchia Paulistana**. Pedro Taques inicia o Capítulo referente à família ALMEIDAS CASTANHOS informando que essa nobre família teve sua origem na vila de Monte-mor o Novo, em Portugal, e em São Paulo teve continuidade com a vinda de Antonio Rodrigues de Almeida, cavaleiro fidalgo da casa do Senhor Rei Dom João III, chegado a S. Vicente em 1547. Este nobre fidalgo, depois de prestar diversos serviços a el-Rey, encaminha solicitação para ser agraciado com sesmaria para que pudesse “fazer fazenda”. Eis os termos da carta que lhe conferiu a sesmaria:

“Francisco de Moraes, loco-tenente do capitão e ouvidor, com alçada n’esta capitania de S. Vicente pelo Sr. Governador Martim Affonso de Sousa, capitão e governador d’esta capitania (...) Faço saber que Antonio Rodrigues de

Almeida, **cavaleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, escrivão da ouvidoria d'esta capitania de S. Vicente**, e n'ela morador, novamente, de três anos, a esta parte, (...) andando ele suplicante com terra, pedra e madeira ás costas, por muitas vezes, na fortaleza da Bertioga, com suas armas por terra como na guarda do mar, tudo por bem, e guarda e vigia d'esta capitania, assim no bergantim e canoas, e na dita fortaleza; .. e que por ora estava esperando que no primeiro navio que ora vinha de Portugal lhe vinha sua mulher para na terra viver, e por ora outro sim, nenhum capitão d'esta capitania lhe tem dado terra alguma para ele dito suplicante fazer fazenda, me pedia que, havendo respeito ás cousas acima alegadas, e que em nome do Sr. Martim Afonso de Sousa lhe desse um pedaço de terra no **campo para fazer fazenda**, conforme as especificações seguintes ...”⁸⁵

A sesmaria lhe foi concedida em 22 de janeiro de 1560. Obteve duas outras sesmarias no espaço de mais sete anos, todas na baixada santista.

Outro exemplo encontramos na própria família do linhagista, citado por nós em outro texto recente, porém em nota de rodapé, que, dada sua relevância para o tema agora tratado, tornamos a mencioná-lo aqui. As terras eram pleiteadas pelo grupo familiar capitaneado pelo seu tio, então Capitão-mor da Vila de São Paulo, apresentada a petição em 19 de março de 1704, com o propósito de nelas criar gados que, naquele início do século XVIII, já se tornava atividade de grande interesse e com perspectivas excelentes de lucro em face do mercado consumidor que se desenvolvia nas áreas mineradoras recém-descobertas.

Eram signatários da petição o próprio Pedro Taques de Almeida” e seus filhos e genros, o provedor da fazenda Real Themoteo Correa de Goez com trez filhas e hum filho Josepho de Goez e Moraes, Ignácio de Almeida Lara Dona Thereza de Araújo Dona Catarina de Siqueira, D. Angella de Siqueira, D. Apolônia de Goez casada com o Cap. Martinho de Oliveira, D. Maria de Araujo casado com o Cap. D. Francisco Rendon com quatro filhas e dois filhos, D. Branca de Almeida casada com Antonio Pinto Guedes com uma filha, D. Leonor de Siqueira casada com Bartholomeo Paes de Abreu”, os quais chamavam a atenção para a “posição e origem” que provinham:

“Todos moradores da V^a de S. Paulo que eles supes. [suplicantes] são cazados com filhas das **principais famílias da d^a V^a e nella nobres, e republicanos**”.⁸⁶

⁸⁵ ALMEIDA, Pedro Taques de - **Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica**. Tomo I p. 220.

⁸⁶ Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo. V. LI, pp. 237-240.

Se atentarmos para os termos dessas petições, vemos que obedeciam aos requisitos seletivos que aventamos acima: origem, status e “cabedaes”, acrescidos dos “serviços a el-rei”.

Todavia, esses dois exemplos não se referem ao fenômeno bandeirista: as primeiras sesmarias destinadas às malogradas atividades de **produção açucareira**, intentadas no litoral paulista no século XVI; e a segunda, à **pecuária** que decorre da formação do mercado interno nas áreas de mineração recém-descobertas no final do século XVII e início do XVIII.

Porém é a sesmaria concedida a Amador Bueno, em 1627 - cujos feitos e lealdade para com el-Rey é bastante conhecida – a que se insere melhor no quadro da época que estamos a buscar. Diz ele em sua petição:

“Amador Bueno morador na vila de São Paulo que ele em todas as ocasiões que se ofereceram do **serviço de Sua Magestade e defesa desta Capitania** em ocasiões de **inimigos acodiu com seus índios e escravos** assistindo nesta vila de Santos a sua custa e ora está **servindo de ouvidor** desta dita Capitania de São Vicente por provisão do Conde donatário dela acodindo a todas as obrigações do dito **cargo** indo de umas vilas para outras com (...) todos de sua fazenda sem haver ordem de novo nem estipêndio algum com o dito cargo e é casado na dita vila de São Paulo e tem muitos filhos e filhas sem ter **terras** onde os poder acomodar e fazer seus **mantimentos** e trazer suas **criações** e no termo da dita Vila nos campos de Juquiri e há alguns capões e restingas de matos ao longo do rio e ribeiros que dão neles, e terras de matos maninhos devolutos para banda do sertão. Pede a Vossa mercê ...”

Amador Bueno identifica-se em sua petição inicialmente pelos serviços já prestados a Sua Majestade contra invasores estrangeiros à Vila de Santos, acudindo-a “com seus índios e escravos ... a sua custa”, e depois com o desempenho do **cargo de ouvidor** da Capitania que lhe foi concedido por “provisão” do Conde de Monsanto donatário da Capitania, um dos cargos geralmente reservado a membros da aristocracia. Aliás, é de notar haver quase sempre uma correlação entre ocupar cargos importantes da Administração na Colônia e ter ascendência nobiliárquica ao ser beneficiado com extensas sesmarias. Afinal, o que haveria de se esperar desses nobres indivíduos, senão prestarem serviços a El-Rey nos episódios assinalados? A quem caberia tomar as iniciativas militares senão os membros da nobreza, a casta guerreira, com seus homens e armas (entenda-se por aqui, nos domínios lusos da América, os “índigenas com arco e flecha”) –, em defesa dos interesses de El-Rey? À falta de tropa de soldados, eram igualmente úteis os “exércitos” de índios de arcos e flechas dos bandeirantes. Os próprios invasores – franceses e ingleses – também

procuraram se valer da inimizade existente entre as tribos indígenas, utilizando-os da mesma forma.

Mais exemplos poderiam ser destacados neste sentido.

Pré-requisitos que afunilavam a disputa pelas sesmarias a uma camada seleta do colonato, por meio das quais se fazia distinguir cada vez mais do restante dos colonos. Qual a origem dessa desigualdade? A resposta só pode estar na “posição” de cada colono na sociedade estamental trasladada para a Colônia, com todo o seu “ordenamento jurídico-ideológico”. Assim, a concorrência pela posse da terra, um direito estendido em princípio a todos e arbitrado pelas autoridades reais, se fazia de maneira “legal” ou “legítima”, mas “desigual” – como desdobramentos “naturais” do que determinavam as “Ordenações do Reino”.

Enquanto um Antonio Rodrigues de Almeida, “cavaleiro fidalgo”, ou um Bueno ou Taques de Almeida, igualmente “membros da nobreza lusitana”, ou oriundos dela, obtinham uma, duas ou mais sesmarias, as quais povoavam com dezenas ou centenas de índios apresados no sertão, aos demais colonos cabiam porções significativamente menores de terras, no beneficiamento das quais podiam também alocar alguns braços indígenas, sacados “democraticamente” dos aldeamentos jesuíticos ou Reais, todavia destinados a uma produção menor, de poucos excedentes, e cuja mercantilização devia depender de terceiros. Quanto mais pobre e desqualificado o colono, menor o acesso à terra e ao braço indígena; daí o produto de suas atividades econômicas, lavoura e criatório basicamente, de pequena monta, prestarem apenas à sobrevivência do seu grupo familiar e aos poucos índios e índias – “o remédio de sua pobreza” – que conseguira alocar.⁸⁷

Assim, é correto afirmar que era na posse da sesmaria, da “fazenda” (termo distintivo também utilizado nas petições de sesmarias), que estava fundada a “riqueza” e, conseqüentemente, as possibilidades de ampliá-la no vasto território da Vila seiscentista de São Paulo de Piratininga; tal como ocorria nas demais áreas coloniais. Sendo a posse terra a condição real de geração e de reprodução de riquezas, constituía fator tanto de composição como de disputa bem como de desentendimentos e conflitos entre os membros da própria elite dominante.

Nessas disputas estavam compreendidas não só a “extensão” das terras, mas também a “qualidade” delas. A professora Adriana Romeiro ao prefaciar

⁸⁷ Quanto à “qualificação” dos colonos, ver mais adiante o pleito de Antonio Fernandes, chamando a atenção para a sua condição de “barbeiro e cirurgião”, ao requerer sesmaria no vale do rio São Francisco.

estudo de Márcio Santos chama a atenção para uma importante contribuição do já mencionado estudo de John Monteiro: as melhores porções de terras do planalto paulistano, ainda na primeira metade do século XVII, boa parte delas já havia sido ocupada por meio de “sesmarias” e mesmo por “datas”, porções de terrenos municipais menores cuja concessão estava à carga da Câmara. Não havia mais terras de boa qualidade para a lavoura em meados do segundo século de colonização nos arredores de São Paulo de Piratininga. Adiciona a essa informação as palavras do bandeirante Domingos Jorge Velho “que, em fins do século XVII, condicionaria sua participação na guerra contra Palmares à concessão de sesmarias, alegando a intenção ‘de convocarem outros muitos moradores seus patrícios, que desejam de enxamear’, posto que ‘em São Paulo já não há aonde lavrem e plantem’. Acrescentava ainda [o bandeirante] que ‘os suplicantes tem muita parentela na capitania de São Paulo, na qual já não tem terras para se estenderem, e se querem vir ajuntar com os suplicantes’”.⁸⁸

As mesmas razões tiveram, nessa mesma época (por volta de 1688, portanto em data muito próxima às primeiras notícias de descoberta do ouro) os bandeirantes Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira ao se deslocarem para a região do médio rio São Francisco na confluência do rio Verde Grande, nos sertões mineiros, informa-nos Márcio Santos no mesmo estudo, tendo, todavia, como objetivo a criação de gado.

Quarenta e seis anos antes, Antonio Fernandes, morador de Santos, apresentara petição a Câmara de São Paulo, dizendo que

“queria também ser dos povoadores do rio de São Francisco e levava sua mulher e família de casa e ele dito ser barbeiro e cirurgião e entendia ser de gente para o bem comum dos mais povoadores e da villa que se fizer pedindo-lhe lhe dêsse uma légua de terra de sua data”, ao que recebera de João Luiz Mafra, “cavaleiro fidalgo da casa de Sua Magestade capitão-mor e ouvidor nesta capitania de São Vicente e nella alcaide-mor sesmeiro” o qual acrescentou em seu despacho que por “ser barbeiro e cirurgião será de muito efeito naquela nova povoação ... Dada em Santos ... aos vinte e nove dias do mez de novembro do anno presente de mil e seiscentos e quarenta e dois annos.”⁸⁹

Assim esse Antonio Fernandes, acompanhando um número indefinido de outros colonos paulistas, já em meados do século XVII, na condição de “povoador”, seguia para o vale do rio São Francisco, em busca de terras,

⁸⁸ ROMEIRO, Adriana – prefácio (p.13) à obra de SANTOS, Márcio – **Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco. Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734**. EDUSP. 2009.

⁸⁹ **SESMARIAS DE 1602** – 1642. Archivo do Estado de São Paulo. Vol. 1, pp. 486-488.

demonstrando a dificuldade de obtê-las na então Capitania de S. Vicente.⁹⁰ Curiosamente (admitindo que o atendimento desta petição de sesmaria se consumou), o estabelecimento de colonos santistas (o citado Antônio Gonçalves Figueira viera também de Santos) no vale do rio São Francisco faz recuar em quase meio século a época estabelecida por Márcio Santos para início de seu efetivo povoamento. Mas, por outro lado, antecipa a hipótese defendida por ele e Adriana Romeiro relativamente à “mobilidade” da população paulista (desde a metade do século XVII) e reforça a visão de um processo mais dinâmico de ocupação e povoamento – vale dizer, das atividades econômicas encetadas pelos bandeirantes e colonos paulistas para áreas situadas muito além do território original. E, mais ainda: revela que uma parcela dos colonos, aquela “não pertencente a qualquer categoria dentre os fidalgos” (sempre melhor agraciados com terras de qualidade), procurou o “remédio” para a sua situação em áreas distantes, mas potencialmente promissoras relativamente à produção de gêneros voltada ao abastecimento de mercado interno, que, neste caso, pela maior proximidade, destinar-se-ia à cidade de Salvador, Capital da Colônia.

Adriana Romeiro e Márcio Santos fazem parte de uma safra de novos historiadores comprometidos em questionar a visão da sociedade bandeirante dos primeiros séculos de colonização caracterizada, segundo palavras de um de seus melhores representantes, pela “Pobreza, isolamento, autonomia, homens rebeldes, uma tendência maior à democracia, mas sempre uma “nobreza guerreira”, são algumas das visões sobre São Paulo colonial até fins do XVII que foram sendo tipificadas, entrecruzadas e cristalizadas”⁹¹, empenhando-se, a partir de novas perspectivas de interpretação, na análise de documentos ainda inéditos e na releitura crítica das fontes em que se baseavam as gerações anteriores de historiadores, de maneira a explicitar processo mais **dinâmico** da sociedade bandeirante.⁹²

⁹⁰ A respeito da situação desses “barbeiros” e “cirurgiões” é bastante ilustrativa a leitura do artigo da Prof^a Daniela Buono Calainho – Curas e hierarquias sociais no mundo-luso-brasileiro do século XVIII in **RAÍZES DO PRIVILÉGIO Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**, pp 483-506. Explica Calainho, citando Mariz Beatriz Nizza da Silva (**Ser nobre na colônia**) que “Por ser uma arte manual, prática, diferentemente da formação teórica dos médicos, era considerada próxima às profissões mecânicas, nivelando o cirurgião num ‘status’ social bem inferior ao dos médicos. Ele se encaixava no que Raphael Bluteau, ... considerou como o ‘estado do meio’, nível intermediário entre os nobres e os plebeus.”

⁹¹ BLAJ, Ilana – **A TRAMA DAS TENSÕES**, p. 28.

⁹² “Resgatar o dinamismo interno da vila de São Paulo em fins do século XVII e inícios do XVIII, perceber o seu próprio movimento, detectar a dinâmica de um processo de mercantilização crescente, perscrutar a articulação e tensões que envolvem esta sociedade, acompanhar a consolidação no poder de determinada elite e suas relações com

*

Mas não percamos o foco. As informações sobre os pedidos de sesmarias no vale do São Francisco corroboram a presunção aqui defendida de que a terra constituía elemento de disputa vigorosa entre os colonos, e reforça o argumento de que no embate entre os colonos deviam ser decisivos, numa sociedade regida por princípios nobiliárquicos, os privilégios de origem ostentados pelas elites, prevalecendo frente aos demais na obtenção das melhores porções de terra.⁹³

E, antes de deixarmos o vale franciscano (onde, aliás, hoje se faz um bom vinho bastante consumido pelos paulistas), consignemos a informação, sacada por Márcio Santos do **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**, de que a fazenda fundada por Antônio Figueira, depois vendida a José Lopes de Carvalho, sofreu “transformação”, com a construção de uma nova sede e de “uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição e São José”.⁹⁴ Fazendas e arraiais, explica, constituíam núcleos de futuros povoamentos, sendo as capelas elementos de agregação social importantes no processo de colonização: “A fundação da capela era um eco distante dos hábitos paulistas nas zonas agropastoris das vilas vicentinas e, mais, da própria tradição colonizadora ibérica, encontrável em toda a América”.⁹⁵

a metrópole são os objetivos maiores deste trabalho e que representam, ao mesmo tempo, uma postura crítica historiográfica”. BLAJ, I. – op. cit. p. 30.

⁹³ Talvez aí esteja uma das razões do autor da **Nobiliarchia Paulistana** ter atraído tantas inimizades que lhe valeram os dissabores narrados por A. Taunay no final da vida e que lhe subtraiu parte substancial de suas posses.

⁹⁴ SANTOS, Márcio – **Bandeirantes Paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734**. Coleção Ensaios de Cultura. EDUSP. 2009. p. 122.

⁹⁵ Idem, ibidem. Pág. 125. Comenta Santos informação extraída de “Arquitetura Religiosa do Século XVIII em Minas Gerais...”, de Miranda: “o uso de taipa de pilão no templo ... [é] sinal indicativo da presença paulista, ressaltando a semelhança entre essa técnica construtiva e a que foi utilizada nas edificações da capitania vicentina e a sua dissimilitude com os recursos construtivos aplicados na região central das Minas Gerais.” E aponta ainda mais uma característica paulista: “Ao analisar a composição da fachada da igreja [de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas na região do rio das Velhas], retratada numa fotografia antiga, a pesquisadora ressaltou a marca inconfundível da arquitetura jesuítica, o que para ela, seria mais um sinal da presença paulista, já que as construções vicentinas teriam sido fortemente influenciadas pelos padrões arquitetônicos da Companhia de Jesus”.

Por outro lado, lembremos uma vez mais, a quantidade de índios que cada um detinha em sua propriedade era, conforme expusemos antes, geralmente resultado das expedições de caça e apresamento, nas quais havia sido estabelecida em percentuais sobre a “produção” ainda quando da organização e montagem das bandeiras, de acordo com os “cabedaes” investidos (em dinheiro, em homens, em mamelucos, em armamentos, em índios em arcos, em mantimentos e equipamentos).

De um modo ou de outro, o que caracterizava os potentados paulistanos era esse duplo domínio: a “grande propriedade” e o “número sempre elevado de índios” que nela alocava, trabalhando e vivendo sob a sua tutela e para o seu próprio proveito.

Ao analisarmos mais a fundo os desdobramentos desse duplo domínio podemos esboçar a seguinte proposição. Havia duas lógicas encarnadas num mesmo personagem: de um lado, como protagonista das expedições – “**bandeirante**” –, sua participação parece ocorrer de maneira similar à de membro de uma empresa fechada, “ltda.” aonde investe de formas diversas – em dinheiro, em armas, em equipamentos, em homens e índios, etc. – extraindo do resultado obtido por essas expedições, a quantidade de índios apresados a que tinha direito; já como grande proprietário de terras, em razão de sesmarias obtidas – como “**fazendeiro**” –, o proveito que delas extrai, ou seja, os produtos da lavoura, da pecuária, e artesanais criados pelo uso extensivo do indígena, pode ser considerado “renda fundiária” pura e simples, ou mesmo “lucro” visto ocorrer por meio da produção de excedente comercializável, obtido na venda desses gêneros nos mercados vizinhos, pois podem ser tomados como “mercadorias” visto que produzidos não como “coisas úteis” apenas (para o consumo próprio), mas objetivamente como “valores de troca”. O que equivale a dizer que desde ao menos meados do século XVII havia no Brasil uma economia de mercado interno.⁹⁶

Renda, lucro, seja qual for a designação que se dê aos “ganhos” do potentado paulistano, eram eles obtidos, ou melhor seria dizer extorquidos através do trabalho compulsório do indígena, mesmo que reconhecemos as

⁹⁶ Diz John Monteiro: “Resumindo, o acesso ampliado a terras e à mão-de-obra indígena constituiu, ao longo do século XVII, fator de peso no desenvolvimento econômico da região do planalto. Entretanto, faltava um elemento crítico para transformar a agricultura em fonte de renda: sua comercialização. Ao corresponder a um crescente mercado de gêneros de abastecimento no litoral, os colonos de São Paulo envolveram-se numa experiência de lavoura comercial fortemente amarrada a um sistema de exploração do trabalho indígena, experiência que se mostrou significativa para a evolução da sociedade paulista”. **NEGROS DA TERRA**, p. 113.

dificuldades de adequar esses ganhos à teoria do valor na qual buscamos nos orientar.

Nesse plano de especulação, é plausível supor que havia também a possibilidade de intercâmbio entre os grandes e os médios e pequenos proprietários. Por exemplo, diante da eventualidade de excedentes na produção de algodão ou de algum gênero alimentício (favorecida pela condição climática, p. ex.), fosse mais conveniente aos pequenos e médios proprietários oferecerem-nos aos grandes do que encaminhá-los diretamente ao mercado. Aos grandes proprietários de certo seria de interesse manter esse tipo de relação com os médios e pequenos, na medida em que, seja do ponto de vista estritamente do consumo interno (a “sua” grande comunidade indígena alocadas nas fazendas) seja para a mercantilização e conseqüente ganho que poderia obter com sua venda.

Devia haver também médios produtores de trigo de que os grandes acabavam se valendo em vista de serem eles os donos de moinhos cuja construção para o seu beneficiamento não estaria ao alcance daqueles. Nesse sentido, parece-nos, essa atividade encerrava estrutura semelhante a açucareira, tanto na organização da produção (agroindústria) como nas relações entre produtores de diferentes calibres, com o diferencial apenas da origem da força-de-trabalho escrava utilizada, exceto no período da dominação holandesa do Nordeste brasileiro e de Angola.

Há de se considerar também a relação dos colonos com os comerciantes, como aponta Ilana Blaj – já “descolados” da estrutura agrária básica desde o último quartel do século XVII, executando a ligação entre os produtores e os mercados regionais, portanto entre os fazendeiros e demais lavradores e as populações urbanas, em suma: a “relação campo-cidade”. Na medida em que se estende a colonização pelo território adentro, a ocupação e exploração de áreas territoriais interiores, localizadas a maiores distâncias dos mercados localizados na área litorânea (Rio de Janeiro especialmente), mais e mais se faz necessária a intermediação dos comerciantes, e sua importância tanto será maior quanto maior for a autonomia desses agentes, responsáveis por essa função.⁹⁷

⁹⁷ Sobre a importância do Comércio no período Colonial ver artigo de Renato Pinto Venâncio e Júnia Ferreira Furtado – COMERCiantES, TRATAntES E MASCATES in **Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História**. PRIORE, Mary Del (org.). Rio de Janeiro. Campus, 2000. Embora a pesquisa seja circunscrita ao século XVIII, apontam para a importância do Comércio no interior da Colônia e descortinam o universo dessa atividade que se realizava por meio de três categorias de agentes: “Primeiramente, identificam-se homens brancos, de origem portuguesa, que tinham hegemonia sobre os setores de maior capital ou especialização: dominavam o ‘comércio por grosso’, eram proprietários dos estabelecimentos mercantis de maior

Autonomia que confere a esse grupo também função econômica específica e que lhe permite operar o fluxo dos produtos efetivamente como “valores de troca”, ou seja, como equivalentes consubstanciados em “dinheiro”. Mesmo a presença do Estado, com o estabelecimento do “estanco”, típico desse período, monopolizando ramos de negócios (como na distribuição de sal ou no abastecimento de carne) – instrumentos próprios da concepção “mercantilista” que privilegiavam alguns negociantes em troca do pagamento adiantado dos contratos de fornecimento por tempo determinado –, ou ainda cobrando taxas ou pedágios nos “Registros”, embora restringissem significativamente a liberdade e a ação dos mercadores em geral, ao que parece não impediam o desenvolvimento das atividades mercantis. É, todavia, hipótese interessante de se aprofundar.

Quantos desses comerciantes terão formado grandes fortunas no século XVII (?); quais deles tiveram seus capitais iniciais originados das atividades agrícolas desenvolvidas em terras de sesmarias depois direcionadas para a atividade mercantil (?); ou derivados de atividade pecuária (?); seriam esses comerciantes aqueles que vamos depois, no século XVIII, encontrar nos “maços de população” como aqueles que “Vivem de seus Negócios”, de “Suas Agências” e, mais tarde ainda, no século XIX, conhecidos como “Capitalistas” (?); mas estes, como Nicolau de Souza Vergueiro, desdobravam suas atividades entre a produção agrícola (açúcar/café), o agenciamento de mão-de-obra imigrante, investimentos em meios de transporte, conciliando desse modo funções tanto produtivas, imigrantistas, financistas, mercantis e, no seu caso, também políticas. Vergueiro está entre os políticos que mais atuarão no Parlamento Brasileiro em favor da supressão dos instrumentos que impediam o desenvolvimento da economia Capitalista do país.

A transformação dessas funções ou, em alguns casos, a reunião delas pelos agentes históricos pontifica a evolução desses personagens na história das elites paulistas ao longo dos três primeiros séculos de colonização – desde os “sertanistas”, os potentados paulistanos dos séculos XVI e XVII, até os senhores de engenho de menor lustro de meados do XVIII, pioneiros da inserção de São Paulo nos quadros da Economia Colonial, alcançando finalmente, e mais plenamente, os fazendeiros de café desde o início do XIX. Todos se caracterizaram por formar uma elite latifundiária e escravagista, que se faziam

importância e financiavam a atividade de pequenos comerciantes. Em segundo, tem-se outros homens também brancos, originários da terra, que se dedicavam ao comércio interno, ligando os portos ao interior da Colônia, e a região dos currais do nordeste e do sul aos grandes mercados consumidores de Minas e Rio de Janeiro. Finalmente, havia negros, mestiços e forros, especialmente mulheres, que eram numerosos no comércio ambulante e nas vendas da periferia dos núcleos urbanos, comerciando gêneros alimentícios e bebidas”. (p. 95).

distinguir pelo poder e “cabedaes” que ostentavam e que, ao longo do processo histórico, se desdobram em funções de acordo com os interesses e as oportunidades que se descortinam em cada período.⁹⁸

Diz Taunay, citando trechos da Nobiliarchia: “Exatamente como em meados do século XVIII, se aferia a grandeza dos “potentados paulistas’ pelo número de ‘arcos de índios’ conquistados no sertão que haviam penetrado em entradas, ‘estabelecendo-se os sertanistas nas vizinhanças da Piratininga em grandes fazendas que contavam, às vezes, mais de mil agregados e onde ‘todos os dias reinava a profusão e bom gosto’, como a Pedro Vaz de Barros, Fernão Paes de Barros, Fernão Dias Paes, Lourenço Castanho Taques, Guilherme Pompeu de Almeida, etc.”⁹⁹

Um dos citados – Fernão Dias Paes – descendia dos primeiros povoadores da capitania e, com cerca de vinte anos, inicia sua carreira pelos sertões, desbravando o território hoje compreendido entre Paraná e Uruguai. Em sua fazenda, às margens do rio Tietê, em Parnaíba, chegou a possuir cerca de cinco mil índios que, de certo, constituía uma parte substantiva de seus “cabedaes”. Perto dos setenta anos de idade, aspira ao descobrimento das esmeraldas que, anos depois, talvez já turvada a visão pela malária que o levaria à morte, traz turmalinas cujo brilho o iludiu, imaginando as verdes esmeraldas.

*

Por outro lado, o acesso ao indígena não se restringia apenas a tão seleta estirpe de pessoas. Como recurso aos “deslocados” (retomando termo de Alcântara Machado), a terra era mais facilmente facultada aos colonos que já possuíam índios, próprios (ou seja: obtidos no sertão) ou “administrados”, como

⁹⁸ Neste sentido, aproveitando a referência aos Fazendeiros de Café, vale notar a preservação da mentalidade nobiliárquica entre aqueles mais ricos e poderosos; bem como seu comprometimento com o Poder, tanto para com os Monarcas lusitanos (a lavoura do café no Brasil nasce como resultado de iniciativas oficiais do Governo português encetadas nos dois últimos decênios do século XVIII) como depois para com os Imperadores no período Monárquico; o gosto pelos títulos honoríficos (os “Barões do Café”); e a manutenção das práticas religiosas domésticas, tanto nos seus casarões urbanos como nas sedes das fazendas, as quais voltam a acolher a capela num dos cômodos internos dessas residências, que nos séculos anteriores havia se desprendido delas. A riqueza que agora brota dos grãos de café volta a proporcionar belos e requintados ornamentos consubstanciados em altares, imaginária, pinturas, alfaias, embora seja de um outro tempo e de uma outra Arte. Mas nada falta para a realização do culto. Até mesmo o sacerdote ganha um lugar “seu” na sede da fazenda: o “quarto do padre” que, dizem, na Fazenda Pau d’Alho, em São José do Barreiro/SP, fica próximo à varanda, do lado oposto à capela.

⁹⁹ Taunay – op cit. p. 110.

se observa na documentação publicada pelo Arquivo Público de São Paulo. Alguns desses documentos comprovam que os colonos, ao alegarem possuir indígenas sob a sua tutela, servia de argumento ao pleito à obtenção de terra, como se pode ler na petição de Francisco Jorge o moço, de 15/11/1639: “... ele era neto e filho de povoadores e conquistadores desta capitania e que tinha família e índios e índias que sustentar e que não tinha terras bastantes para fazer suas roças e lavouras para sustentar essa gente”.¹⁰⁰

O mesmo argumento havia apresentado Anna Pires e seu filho Vicente Bicudo dias antes (Idem. p. 390-92), bem como Antonio Pedro de Alvarenga justificara em sua petição que “tinha alguns índios e não tinha terras onde lavrar para seu sustento” (petição de 28/08/1638). Deve-se observar, porém, que declarações como essas, admitindo “ter” ou “possuir” índios e índias, não eram comumente explicitadas em documento, embora fosse fato inegável à época.

Em suma, os colonos de uma maneira geral possuíam indígenas, seja por participarem de alguma maneira nas expedições de caça e apresamento, seja por obtê-los nos aldeamentos tanto jesuíticos como os administrados pela Câmara, seja ainda por adquiri-los de terceiros. Mas, como bem assinalou John Monteiro: “o acesso desigual às forças de produção – sobretudo ao trabalho indígena – determinou profundas diferenças nos níveis da riqueza entre a própria população não cativa”.¹⁰¹

Da mesma forma em relação a terra; a maioria dos colonos tinha acesso, porém em parcelas menores e de qualidade inferior. Examinando esse quadro a partir das listas do “donativo real” de 1679-82, conclui o mesmo Autor que “grande parte da população rural da região de São Paulo caracterizava-se pela pobreza, desfrutando de condições materiais pouco superiores às da massa de escravos índios.”¹⁰²

Pobreza essa que, apreendida por alguns historiadores, foi sobrevalorizada em seus estudos, da mesma forma como a leitura da **Nobiliarchia Paulistana** por outros sobrevalorizou a riqueza e o poder do bandeirante, protagonista ou agenciador das expedições sertanistas, criando a imagem mítica da “raça de gigantes”.¹⁰³

¹⁰⁰ **SESMARIAS de 1602** – 1642, p. 378-380.

¹⁰¹ MONTEIRO, John M. - **NEGROS DA TERRA** ... p. 190.

¹⁰² O que nos leva a perguntar se as condições vividas pela maioria do colonato do Brasil, reduzida à pobreza, seriam melhores ou piores àquelas a que estava submetido o campesinato da Metrópole, pois embora tivesse ainda acesso às terras comunitárias das aldeias, lá não dispunha do braço auxiliar do indígena. Op. cit. pág. 207.

¹⁰³ “Para diante está todo um século [o XVII] de audácias inauditas e de vitórias obscuras de uma ‘raça de gigantes’ – frase cunhada por Saint-Hilaire e recuperada por Teodoro

Na verdade, tratava-se da dicotomia própria da sociedade estamental-escravagista colonial; “própria”, mas não “natural”, pois que a distribuição desigual das terras era originada por um duplo processo: em parte pela “conquista” e “assenhamento” das terras indígenas, transformadas em terras de El-Rey a quem cabia distribuí-las a seus vassalos, e, de outra parte, da transplantação das ordenações jurídico-ideológicas do Velho Mundo para a Colônia, por meio das quais se procedia à repartição das terras segundo critérios discricionários que privilegiavam os membros das camadas mais abastadas e aristocráticas em detrimento da maioria comum. Desculpem-nos a insistência na argumentação, mas é necessário frisar que esses critérios espelhavam diferentes posições sociais, os quais, por sua vez, aplicados à realidade colonial, explicam em boa medida a “fortuna” de uns poucos e a “pobreza” de todos os demais. Elemento da “superestrutura” da sociedade estamental que, transplantado ao Brasil, visava reproduzir na Colônia a estrutura social vigente na Metrópole, adaptando-se à condição colonial que apresenta uma realidade totalmente distinta no que respeita à “força de trabalho”, a qual, no entanto, sob o domínio da elite colona, era suficiente para assegurar a reprodução dos privilégios dessa mesma camada aristocrática, aqui representada pela elite do colonato, cujos principais protagonistas em São Paulo de Piratininga eram os “potentados” bandeirantes do século XVII.

Por outro lado, essas mesmas ordenações jurídico-ideológicas sedimentavam a disputa entre os próprios membros dessa camada privilegiada pelas melhores e maiores porções das terras conquistadas, nas quais eram alocados grandes contingentes de índios, seja como força de trabalho nas atividades agrícolas, artesanais e de transporte, seja como força militar, resultando daí as disputas pelo controle político local e os conflitos entre abastadas famílias, tais como os patrocinados pelos Pires e Camargos, as duas mais poderosas facções da elite paulistana.

Vimos também que é possível distinguir no interior dessa elite colona origens nobiliárquicas e caminhos alternativos para se alçar a essa condição em São Paulo seiscentista, pela via do enriquecimento. O próprio bandeirismo de apresamento indígena constituía uma das maneiras de enriquecimento, embora desde o início já determinadas as possibilidades maiores ou menores para tal em vista do “cabedal” disponibilizado por cada um na “empresa” bandeirante. É fato também que o enriquecimento se tornava possível a partir da posse de um plantel grande de indígenas apresados na medida em que “justificava” o acesso a terras de qualidade e de dimensões exigidas para a lavoura extensiva. Da mesma forma

Sampaio em “S. Paulo de Piratininga no Fim do Século XVI”, citada por Márcio Santos – op. cit., p. 31.

o dinheiro, a posse dele em quantidade, também criava condição de pleitear terras para cultivar. E vimos também, através dos trabalhos citados, especialmente de John Monteiro, que a lavoura comercial, em especial a triticultura foi fator preponderante de enriquecimento dos colonos paulistanos, sobre tudo daqueles que reuniam “cabedaes” aliados à origem nobiliárquica – caso dos dois Guilhermes, pai e filho, Capitão e Padre. O que, enfim, determinava a riqueza? Os “cabedais” ou a fidalguia? Ambos, a nosso ver; constituindo esta fator de desequilíbrio entre os mais poderosos, por ser elemento distintivo entre os membros da elite colona.

Se com as elites as coisas se davam dessa maneira, no lado de baixo, onde estavam situados os “deslocados”, os colonos “comuns”, a situação era bem outra.

Mas, se questionarmos um pouco sobre qual era a condição de existência dessa maioria de colonos, especialmente se a compararmos à da qual devia ser originária, ou seja, a dos camponeses das aldeias portuguesas, aos quais adicionamos os artesãos mecânicos dos vilarejos lusitanos, que permaneceram por essa mesma época em Portugal, concluiremos por “viverem” aqui uma situação díspar, algo melhor, porém não muito fácil de definir. Porque há de se assinalar primeiramente uma importante distinção, somente possível ao camponês ou artesão português que, deixando sua terra natal, aqui conseguia se estabelecer, tendo acesso a **duas** coisas que lá lhe eram impossível alcançar: um **pedaço de terra**, por menor que fosse, mas “**seu**” para viver com sua família, e mais ainda: também **índios**, escravos ou administrados, para trabalhar para ele, produzir para ele. Eis o dado novo no cenário da época, resultante unicamente das condições que emergem do “viver na Colônia”. O antigo camponês, o aldeão que em Portugal não possuía terra e trabalhava ele próprio para um Senhor feudal ou em domínios de ordens religiosas, ou ainda em aldeias dependentes de um desses senhorios, aqui na Colônia acaba conseguindo um pedaço de terra para se estabelecer e também acesso a índios que trabalhem para ele, ou melhor seria dizer: que trabalhem por ele.

E isso explica várias coisas, quer na maneira como organizava sua vida cotidiana – as tarefas da lavoura e do pequeno criatório, e mesmo as de âmbito doméstico, do preparo da comida ao fabrico de vestimentas – quer no respeitante à forma como passa a conceber o próprio trabalho, tendo o índio a executar senão todas a maior parte das atividades (produtivas ou não), invertendo seu sentido, levando-o ao desmerecimento, assacando ao trabalho desvalor, imputando-o ao outro (ao índio) por ele (colono) subjugado, tornando-o assim atividade exclusivamente escrava e que, assim concebido, torna-se ao invés de atributo meritório de quem o realiza, desqualificação permanente. “Este é trabalho de índio”, da mesma forma que “o trabalho de negro” nos engenhos

representava tudo o que, à época, dizia respeito ao “trabalho produtivo”, que todavia gerava a riqueza, extraída mediante a coação e violência.

John Manuel Monteiro se apercebeu disso e, de certa maneira, mostrou as consequências que essa maneira de conceber o trabalho acarretava para os próprios colonos comuns, chamando a atenção para as condições objetivas vivenciadas por essa “camada desprivilegiada” – terra pouca e de má qualidade e a dificuldade de ter índios em quantidade – que lhe determinou em boa medida seu destino, definindo o “quadro de pobreza” vivenciado no planalto paulista no século XVII. Pobreza que convivia, por vezes, ao lado de largas sesmarias de terras, concedidas a membros das camadas privilegiadas, detentoras de grandes “plantéis de índios” – os verdadeiros cultivadores do trigo que, em seguida à colheita, o transformavam em farinha, nos moinhos que também ajudaram a construir.

*

Quanto aos indígenas, o que possuíam mesmo de valor e que lhes poderia ser computado entre os fatores favoráveis à preservação de seu modo de vida – entre outros a “tradição guerreira” –, acabou por constituir a sua principal fraqueza e servir mesmo de arma nas mãos dos adventícios (tanto no Brasil como em toda a América), que a utilizaram largamente para destruir grande parte dos próprios povos nativos. Assim como os “civilizados” europeus, inimigos que se confrontavam entre si nas áreas do Novo Mundo a disputar o território, os nativos americanos se deixaram envolver em guerras alheias, caindo na lábia dos mais bem equipados (militar e culturalmente) a manipular suas consciências e seus interesses imediatos.

Afora outros recursos utilizados pelos europeus, como a destruição dos seus valores religiosos pela catequização, souberam se valer de costume que parece ser inerente ao todo homem. A luta, cultuada entre todos os povos como prática ou elemento de formação do indivíduo e valorizada como fator de solidariedade e defesa para com o grupo ao qual pertence, torna-se, em situações de ameaça ou de interesse para o seu progresso, recurso a que os grupos sociais, ao longo da existência da humanidade, fizeram e continuam fazendo uso, colhendo os resultados inevitáveis dessa conduta, sem se aperceberem que constitui um dos ingredientes mais poderosos das disputas fratricidas entre os povos e que alimenta a discórdia e justifica a dominação de uns sobre os outros. À época, a despeito de quem advogasse o “humanismo cristão e civilizatório” de um dos protagonistas da contenda frente ao nativo “inculto e bárbaro”, foi atitude recorrente, aceita e justificada como medida punitiva, todavia “perdoável”, pois que a ‘Verdade’ não havia ainda percorrido o caminho que possibilitaria emergir da superação dessa contradição; o “vir a ser” dialético

ainda não encontrara as condições históricas que permitiria ao filósofo Hegel enuncia-la dois séculos após. Todavia, quando esse momento chegou à Europa, o curso da História por aqui continuaria o mesmo; não havia forças sociais interessadas em alterá-lo. A mudança verificada era unicamente a substituição do nativo pelo negro africano. Não representava a “superação” de nada.



Luta de índios Kaiapalo – Victor Brecheret
Foto cedida pelo Museu de Arte Contemporânea-USP

8. Bandeiras de pesquisas e descobertas de metais preciosos.

De meados do século XVII em diante, as bandeiras passam a se organizar também com o objetivo da descoberta de pedras preciosas. Os requisitos para a sua organização devem ter sido os mesmos, acrescidos muitas vezes da participação de especialistas enviados pelo Governo Metropolitano que, com o declínio da economia açucareira, estava enormemente interessado em encontrar outra fonte de riqueza que permitisse a Portugal se manter entre as principais potências colonialistas européias. O êxito dessas expedições vai ocorrer somente na última década do século XVII e com ele dá-se início a um processo longo de transformações que, numa primeira fase, irá alimentar por mais três, quatro décadas o desenvolvimento das expedições bandeiristas, agora com o objetivo voltado aos metais preciosos, sem no entanto abandonar de todo a “colaboração” do índio, não somente por precisar ainda dele como guia e conhecer do território, inclusive para as tarefas de localizar e identificar os sítios favoráveis à existência do ouro, bem como para ajudar a combater as tribos que viviam nessas regiões que se opunham à presença do homem branco. O “exército

de arcos e flechas” do bandeirante revela-se ainda primordial para a conquista e exploração dessas extensas áreas.¹⁰⁴ Consideração que se pode estender a Mato Grosso e Goiás. A seguir, consolidadas as áreas de exploração, inaugura-se uma segunda fase de transformações, ainda sob o protagonismo de alguns bandeirantes, na substituição das antigas trilhas de penetração pela abertura de caminhos, por vezes refeitos e alterados, ou mesmo substituídos por outros economicamente mais viáveis e mais adequada à atuação do “fisco”, bem como na retificação dos itinerários mais complexos que compreendiam longas viagens por terra e pelos rios até atingirem as minas do Centro-Oeste.

Mas é aí então que se cristalizam elementos e aspectos que antes estavam apenas insinuados, aparentemente dissimulados a nos ocultar, pelas diferenças de linguagem daquela para outra época ou pelo modo de representar a realidade que, todavia, vai se alterando, sem grande impacto, aparentemente mantendo o curso natural da história, deixando para trás porém aquele clima que caracterizava a sociedade bandeirante. A riqueza advinda da mineração quer logo se manifestar e o faz ainda sobre o elemento que estamos a tratar, e sobre o qual Pedro Taques nos propiciou boas informações: a Capela de Na. Sra. da Piedade, de Araçariguama, construída por Francisco Rodrigues Penteado.¹⁰⁵

Outro sinal de mudança que passa quase despercebido pelos historiadores, mas é significativo: a população da Vila de São Paulo de Piratininga observou atenta e curiosa elevar-se uma nova **torre** na igreja do Colégio jesuítico, visto apresentar uma novidade, pois mandada fazer toda de **pedra**, a primeira construção feita com esse “material nobre”.

Mas, se na vila a torre de pedra anuncia o início de um novo tempo, é no campo que se vai notar, com o decorrer dos anos, uma mudança mais significativa na paisagem: a presença cada vez maior de um elemento raro até então – o escravo negro – e, com ele, a “senzala” tomando o lugar do “tjupá”, da choça indígena que imaginamos ter sido transplantada do interior da mata para as fazendas dos potentados bandeirantes.

¹⁰⁴ Mesmo nos momentos que se seguiram aos descobrimentos, a figura do índio foi importantíssima “na primeira fase da ocupação das Minas Gerais, seja na mineração seja no atravessamento de gêneros alimentícios”, informa John Monteiro – **Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo**. p. 56.

¹⁰⁵ Ver **Parte I** deste texto, item 8.1.

9. Economia de mercado interno na sociedade colonial-estamental-escravista

Ilana Blaj, analisando esse mesmo período de fins do século XVII e início do XVIII, chama a atenção para a diversificação e aumento dos negócios mercantis (iniciada uma década antes quando das primeiras descobertas auríferas), por sua vez decorrentes do desenvolvimento anterior das atividades sertanistas, agrícolas e pecuárias realizadas nas grandes propriedades rurais estabelecidas no planalto desde o início dos seiscentos. Baseando-se também no citado estudo de John Monteiro a Autora afirma que

“o desenvolvimento da agricultura comercial e da escravidão [indígena] moldaram os contornos mais amplos da organização social nesta região [São Paulo] no século XVII (...) a sociedade local e a economia repousavam em um sistema escravista bem articulado e em unidades produtivas orientadas para o comércio.”

Assinalando que esta economia decorria de uma sociedade “extremamente hierarquizada, suas pesquisas nos vários bairros rurais revelam **uma pequena elite que detém em suas mãos a maior parte de bens e riquezas da região**”, cuja produção destinava-se ao atendimento das capitânicas vizinhas, reforçando desse modo a base “escravista e comercial” que sustenta “uma formação social hierarquizada, estratificada, com alto grau de concentração de riquezas nas mãos de uma elite produtora e mercantil”.

Essas atividades produtivas (agrícola e pecuária) davam sustentação e estimulavam um comércio inter-regional que, a partir das descobertas auríferas, ganharam maior expressão ainda, e assim continuaram sob o controle dessa mesma elite paulistana:

“Grande parte destes comerciantes eram paulistas, filhos da tradicional elite local, que ao receberem sesmarias nas principais rotas que levavam às vilas mineiras, acabavam por integrar a produção de gêneros agrícolas, a criação de gado e muares, atividades que suas famílias já realizavam em São Paulo e Curitiba, com o comércio de abastecimento para as minas. / Todas estas atividades mercantis promovem o investimento de parte ponderável deste capital acumulado na região paulista,” o qual, num prazo de uma ou duas gerações, nos ajuda a explicar as transformações que conduziram os antigos bandeirantes a tornarem-se agricultores/criadores de gado e comerciantes voltados ao mercado interno e, em seguida, “já na segunda metade do XVIII, transformam-se em

fazendeiros bem situados, voltados não apenas à produção para o abastecimento interno mas, igualmente, de gêneros agrícolas para a exportação...”¹⁰⁶

Outra questão difícil de investigar decorre dessas considerações de Ilana Blaj. Sua interpretação sugere a evolução do agricultor/pecuarista em comerciante, ou seja, a riqueza fundiária desdobrando-se em Capital comercial nas mãos de um mesmo agente e este, em sequência, ganhando certa autonomia, embora não se separe do que lhe deu origem. Quem comanda o processo econômico nesta fase? – caberia perguntar. Se a resposta pender para a suposição de já estar o comando nas mãos do mercador, este por sua vez – seria plausível perguntar em tese – influi decisivamente sobre o agricultor ditando-lhe o que produzir face as demandas do mercado interno? E mais ainda: esse mercador, interessado nos ganhos adicionais que a produção agrícola lhe poderia conferir, além de ditar o que produzir, chegaria já ao ponto de arrendar terras (sesmarias subutilizadas que, uma vez arrendadas pelos sesmeiros, cumpririam papel correspondente ao seu similar europeu – para usar expressão de David Harvey – “feudalista”¹⁰⁷) para ele próprio (mercador) encarregar-se da produção de gêneros (agrícolas e pecuários)? E assim aplicar parte de seu Capital na produção – Capital que se constituiria, além de equipamentos, em força de trabalho ... **cativa**, evidentemente.¹⁰⁸

Por essa altura (primeira quadra do séc. XVIII), o enriquecimento advém dessas atividades produtivas e do comércio inter-regional, que logo se estabelecem e são dominadas, em boa parte, por paulistas, que estendem suas ações até o extremo Sul, arrebanhando primeiro o gado disperso e depois estabelecendo unidades criatórias para abastecimento das cidades mineiras, goianas e mato-grossenses de cuja criação participava intensamente. Mas a atividade pecuária, embora requeira pouca mão-de-obra, mais estende e dispersa a gente paulista pelo espaço geográfico, desde os campos do Viamão, atravessando os Campos Gerais até retornar ao interior paulista, na região de Itapetininga e Sorocaba; ao lado desta região, decorrido mais um quarto de século, os paulistas ingressam efetivamente nos moldes da economia colonial, com a monocultura do açúcar que exige terras e escravos em quantidade consideráveis.

¹⁰⁶ BLAJ, Ilana - **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36. São Paulo. 1998. On-line version ISSN 1806-9347.

¹⁰⁷ HARVEY, David – OS LIMITES DO CAPITAL. Boitempo Editorial. SP. 2013. II Teoria da Renda.

¹⁰⁸ Ao contrário do que ocorria por esse mesmo período na zona rural inglesa, com a expulsão dos camponeses e sua transformação em força de trabalho “**livre**” tanto para o capitalista urbano como para o arrendatário rural.

O “negro da terra” começa então a dar lugar ao “negro africano”.

Retornando à questão das origens desse processo de geração e acumulação de riquezas que lastrearam o modo de vida da elite paulistana, vemos que, no decorrer do século XVII, não importa a denominação que se dê ao colono paulista – bandeirante caçador, escravizador e vendedor de índios; fazendeiro/mercador de gêneros para o mercado interno (trigo principalmente, e gado); e bandeirante descobridor de pedras preciosas – teve como objeto primordial para o desempenho dessas funções o indígena. Ele é antes de tudo “mercadoria” – mercadoria cuja utilidade e valor definem-se pelo potencial de produtividade que encerra; e, como tal, é “criador” de produtos que se destinavam, sob o comando do “potentado”, ao “mercado”, a não apenas ao consumo dele próprio, de sua família, agregados e de seus hóspedes, por mais que sejamos assim iludidos a imaginar a partir dos escritos de Pedro Taques e da historiografia tradicional que nela se baseou. Mesmo assim, é por intermédio desses escritos que se constata que todo o valor criado, não importa qual – trigo, algodão, mandioca, água de rosas, etc. –, provinha do trabalho do índio, de sua força de trabalho utilizada **intensivamente**, maneira pela qual, em vista do primarismo da tecnologia existente (sobretudo agrícola), seria difícil gerar produtos e obter “ganhos” significativos e, por consequência acumular “cabedaes”.¹⁰⁹

Há, contudo, um aspecto importante a assinalar: o potentado, o grande fazendeiro, embora disponha da terra, esta não é “per se” suficiente para sujeitar a força de trabalho; esta lhe escapa porque não depende da terra do colono-fazendeiro ou de quem quer que seja para sobreviver. Sem a violação de sua liberdade, sem a violência da vassalagem forçada, da escravidão imposta, o colono não dispõe de sua força de trabalho a seu bel-prazer como a disporá o capitalista industrial do trabalhador dela espoliado. É preciso caçá-la e sujeitá-la física e moralmente. Razão porque, a despeito de todo esse progresso descrito,

¹⁰⁹ A esse respeito informa John Monteiro: “Embora a formação de uma unidade agrícola requeresse o **acesso à terra** e à **mão-de-obra**, esses dois fatores de produção, ainda que sofrendo uma distribuição bastante desigual, permaneciam **abundantes no século XVII**. Salvo no caso dos donos de moinho, fazia-se necessário pouco capital para inaugurar uma fazenda. A foice de segar, única ferramenta especializada, ... na realidade representava pouco avanço técnico em relação aos implementos indígenas. / Quando comparados à lavoura canavieira, com sua exigência contínua de trabalho intensivo, o plantio e a colheita do trigo envolviam relativamente pouco trabalho. Mesmo assim, a escala de produção podia ser aumentada proporcionalmente à expansão da força de mão-de-obra, ...” E mais adiante conclui: “Portanto, uma força pequena de mão-de-obra limitava a quantidade de trigo plantada e colhida”. MONTEIRO, J. M. obra citada, Capítulo 3. S. Paulo. Cia. das Letras, 5ª ed., 2009. p. 117.

que estabelece já no século XVII uma embrionária relação campo-cidade, com algum grau de articulação, não é possível falar ainda em Capitalismo.¹¹⁰

Lembra o professor Alfredo Bosi que tal concepção seria considerada uma “anomalia”¹¹¹, se vista sob o pleno domínio do Capital. Todavia, mesmo no período anterior, de gestação desse modo de produção, considerando as regiões periféricas, vale dizer, as áreas de colonização, cabe lembrar a importância que tiveram na formação “primitiva” do Capital e os métodos utilizados para tal, especialmente em relação à exploração da força de trabalho. Assim nos alerta Alfredo Bosi:

“Sem entrar aqui na questão espinhosa dos conceitos qualificadores da economia colonial (feudal? Semifeudal? Capitalista?), não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas, portuguesa e espanhola. Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança, o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. ... Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial,

¹¹⁰ É preciso cuidado para não nos iludirmos com a importância desse comércio, por mais interessante que ele se revele para a historiografia sobre tudo paulista. Embora traga à cena colonial uma dinâmica social e econômica antes ignorada, a atividade comercial não representa uma força nova, nem um caminho aberto ao Capitalismo no interior da Colônia. Pois o **comércio** não é, por si só, um fator transformador da sociedade colonial; **é, antes (assim pensamos), um de seus elementos constituintes, que agora se revela com maior clareza.** E, considerando o quadro desenhado por Blaj, tanto a figura do lavrador-comerciante (vinculado à antiga elite bandeirante) como a de parte dos novos comerciantes que passaram a atuar no século XVIII com as áreas mineradoras, cabe atentar para o fato de que ambas se valem da mesma base de relações sociais de produção. Todo o transporte de mercadorias é realizado por escravos índios e, depois, por africanos. Se havia alguma diferença, esta se encontrava na origem da força de trabalho prevalecente no século XVII que vai, pouco a pouco, sendo substituída pela outra que, a partir de um dado momento já na segunda metade do XVIII supera a anterior – momento que deve ser coincidente com a sua introdução nos trabalhos da lavoura canavieira no “quadrilátero do açúcar” paulista. Não há, portanto, nada de novo na base das relações sociais de produção. Pelo contrário, o próprio artesanato urbano foi “contaminado” pela força do regime escravocrata no período aqui considerado.

¹¹¹ BOSI, Alfredo – **DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO**. São Paulo. Cia. das Letras. 4ª edição. 2010: “É o que diz [Karl Marx em] um trecho sugestivo das Formações Econômicas pré-capitalistas: ‘Se falarmos, agora, dos proprietários de plantations na América como capitalistas, e que eles sejam capitalistas, isto se baseará no fato de eles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre’”. (págs.22-23).

assanha com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas do cotidiano vivido pelos dominados.”¹¹²

Dentre os primeiros a “enrijecer” encontram-se os Potentados Paulistanos, não só como apresadores e escravizadores de índios, mas também na brutal exploração desses índios, negros e mestiços na lavoura comercial desenvolvida nas fazendas do planalto paulistano.

Outro instrumento típico da economia política dessa época, peça-chave do Mercantilismo ou do chamado Capitalismo Comercial, lembremos, era o “monopólio”, importantíssimo para a acumulação originária do Capital. Ora, o instrumento correspondente utilizado no interior da Economia Colonial foi o “estanco”, que assegurava ao seu contratante o privilégio de explorar um ramo de atividade por determinado período de tempo. Aliás, o estanco não era instrumento unicamente utilizado pelo Estado para questões econômicas; a Igreja, a ele vinculado pelo “Padroado”, fazia uso do estanco para privilegiar maestros e professores de música para o exercício da função de mestres-de-capela nas igrejas matrizes.¹¹³ Vemos, portanto, que a realidade, a “condição colonial”, é ainda mais complexa de se apreender.

Pois não havia só gente poderosa - a que é sempre referenciada e que parece conduzir sozinha **toda** a história. Entre os Senhores de Engenho e os Bandeirantes existiam, como vimos, colonos de menor sorte e em número muito maior do que os primeiros que formavam a elite colonial. Mesmo assim, esses também se valiam dos mesmos expedientes de exploração dos dominados. Desse modo, na São Paulo seiscentista, o colono comum, com os meios de produção de que dispunha - menor porção de terra e reduzido plantel de índios -, mesmo se fizesse uso do braço indígena no limite máximo de sua força física, por horas a fio, e com as técnicas produtivas existentes ou disponíveis - a **enxada** simboliza bem esse sistema de produção -, conseguiria extrair de seus índios (escravos ou administrados) uma quantidade de produtos muito aquém daquela produzida pelos colonos fazendeiros com plantel de índios muito maior trabalhando em porções de terras bem maiores e melhores. De modo que o acesso ao braço escravo indígena - em tese disponível a qualquer colono, independentemente de sua origem - era para o colono ‘comum’ suficiente apenas para que se mantivesse como tal. Esses colonos constituíam o quadro da pobreza retratada em alguns estudos sobre a história colonial paulista do período bandeirante, mas que revelavam, digamos, apenas um dos lados da moeda, o da camada inferior

¹¹² BOSI, Alfredo - op cit. p. 21.

¹¹³ Ver a respeito: DUPRAT, Régis - **A música na Matriz e Sé de São Paulo Colonial 1611-1822**. São Paulo. Paulus. 1995.

da sociedade colonial – estratificada, é importante frisar, em princípios de “privilegiamento” – aos quais (os índios) tinham um menor acesso.

Desse modo, o índio – quer o tomemos como “objeto” quer como “produto”, seja das expedições sertanistas seja da ação catequética dos padres jesuítas – escravizado e/ou “administrado” –, articula-se ao sistema de produção de gêneros voltada ao abastecimento dos mercados internos e à sua base física – a terra – e “justifica” as ações dos colonos paulistas no século XVII quanto ao pleito por novas porções de terra, apresentando-o como argumento ou justificativa por constituir a condição (enquanto força de trabalho) para torná-las produtivas, o que privilegiava aqueles que eram detentores dos maiores plantéis de índios aos olhos das autoridades, tendo em vista a política deliberada do governo de promover a produção de gêneros alimentícios e especialmente de trigo para atender à demanda existente no interior do próprio sistema econômico – cujo mercado era constituído pelas populações urbanas portuárias, especialmente do Rio de Janeiro, estendendo-se até os centros urbanos do Nordeste.¹¹⁴ A nosso ver, caberia acrescentar como potenciais consumidores desses produtos também as camadas rurais mais ricas e abastadas da Colônia, os Senhores de Engenho do Nordeste, certamente com igual ou superior capacidade de consumo.

Por outro lado, pelo que podemos concluir a partir do excelente estudo desenvolvido por John Monteiro, os maiores responsáveis pela produção e mercantilização desses gêneros (do trigo especialmente) não foram outros senão essa parcela dos colonos mais abastada do planalto que tinha na Vila de São Paulo de Piratininga o seu centro irradiador, estabelecendo suas fazendas agrícolas no seu entorno onde detinham as maiores e melhores porções de terras trabalhadas por grande número de índios, escravos e administrados. Os demais colonos, agraciados com porções menores de terra em localidades de baixa fertilidade, que detinham pequenos plantéis de índios, se não conseguissem negociar seus pequenos excedentes, amargavam uma pobre vida com a cultura de subsistência.

10. Potentado: revisão ou reiteração de significado?

De modo que a elite colona paulistana, mesmo após o bem-sucedido esforço historiográfico revisionista que de certa forma a redefiniu ao ampliar seu papel anterior, demonstrando sua inserção na economia interna da Colônia através da lavoura mercantil, não logrou alterar, contudo, de modo significativo,

¹¹⁴ MONTEIRO, John M. – **NEGROS DA TERRA ...** Ver especialmente capítulo 3. **O celeiro do Brasil**, pp. 99-128.

o caráter que já lhe fora atribuído na literatura histórica anterior. O potentado paulistano, no nosso entender, se mantém ainda com as características delineadas na **Nobiliarchia Paulistana**, e que a historiografia dita “tradicional” lhe tomou e se alimentou largamente, quer sejam: oligárquica – “gente muito nobre e distinta, de grande respeito”, com “fazenda” e “postos e cargos da república”, detentora de imensas riquezas “em grossos cabedades, assim em dinheiro cunhado, como em móveis e copa de prata ou de ouro”, e ainda “grossas fazendas de gado vacuns e cavaleares”, que se haviam “feito opulentos para conservar o respeito e o tratamento de pessoa potentada”, que “vive a ley da Nobreza” – e ainda também de amante da “aventura”, gente poderosa mas “cordial”, escravagista – portanto, transgressora das “Leis Divinas e humanas”,¹¹⁵ mas “patriarcal” no trato para com os subalternos, e, sobre tudo, como “fidalgos vassallos d’el Rey” prontos para lhe prestar serviços próprios de sua “classe”.

Ao que se deve acrescentar agora, ao menos a uma parte de seus membros, como fica demonstrado pela historiografia mais recente, o seu envolvimento com a lavoura mercantil, afora a atividade comercial¹¹⁶ conseqüente, da mesma

¹¹⁵ Diz Frei Gaspar da Madre de Deus, numa passagem em que reconhece que “os moradores da Capitania de S. Vicente, principalmente os de Serra acima, se esqueceram algumas vezes das Leis Divinas e humanas, respectivas à inteira liberdade dos índios” mas que tinham “a esperança moralmente certa do perdão”, a qual lhes era geralmente concedida pelas maiores autoridades da Colônia: NOTA 169: “A primeira cousa que faziam os Governadores Gerais nas muitas ocasiões em que chamavam aos paulistas para algum serviço importante, era perdoarem em nome d’El-Rei o crime das entradas no Sertão, quando estavam proibidas, especialmente quando estava envolvido interesse do Estado, principalmente de Descobrimientos de ouro, sumariamente recomendados pela Corte aos paulistas”. **MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE**. Livr. Martins Ed. São Paulo. 1954 p 135.

¹¹⁶ A mudança de enfoque provoca uma alteração substancial no perfil dos personagens analisados, transformando em alguns casos radicalmente o conceito que deles se fazia a partir da literatura histórica anterior; é o caso, por exemplo, de Padre Guilherme Pompeu de Almeida, tratado por Affonso Taunay à maneira como fora definido por Pedro Taques – um potentado bandeirante de linhagem “**nobre**”, enquanto este mesmo eclesiástico é visto por John Monteiro como “um dos **comerciantes** mais ricos do Sul do Brasil na época” (Ver Nota 68 do capítulo 2 do **NEGROS DA TERRA**). Vimos, na Parte I deste artigo, que podemos também incluí-lo, como muitos outros da época, entre aqueles que exploraram jazidas de ouro em Minas Gerais (no seu caso em Sabará), o que de certo modo está implícito em Pedro Taques que, todavia, o apresenta entre os figurantes da mais alta nobreza do Brasil, que se valeu da fortuna provinda da exploração aurífera para aumentar e reformar a sua “copa” para deleite seu e de seus ilustres convidados e hóspedes. Enfim, o que se apresenta, aparentemente, como contrário e oposto cada vez mais nos convence tratar-se na verdade de uma **relação dicotômica**, própria do período onde o avanço das atividades comerciais (no âmbito colonial, inclusive), e a extração

maneira como será acrescentado o da mineração no século XVIII, atividades em princípio “não muito nobres” mas que, no contexto colonial, enriqueciam e constituíam por assim dizer maneiras que possibilitavam a alguns, os de “nobre estirpe”, aumentar os seus “cabedaes” e a outros, os “negócios” – próprios de “mercador” – mas que lhes permitiam enriquecer e aspirar e, às vezes com êxito, ascender na escala social, e “cercar-se por serviçais e escravos”, passar a “se vestir e se portar com fidalguia”, “fazer-se acompanhar por gente subalterna”, filiar-se a corporações religiosas de mais restritas relações, apresentar papéis, por vezes forjicados, atestando origem e limpeza de sangue, e, àquele que se fez mais abastado, mandar o filho mais capaz e propenso aos estudos a Lisboa para bacharelar-se em Artes e Direito, o outro, que revelou desde cedo pouco interesse e afeição ao gênero feminino, a interessar-se pela vocação sacerdotal, e um terceiro, meio chucro, que nunca nada revelou, a cuidar das terras que obteve em sesmaria, da gestão das lavouras e criações, feitorar os escravos e, parafraseando Luís Saia, “produzir mamelucos” que para tais coisas ele haveria de servir, e quem sabe aproximá-lo da filha do fazendeiro vizinho, decadente mas que ostentava título de nobreza, e que aceitaria de bom grado associar-se a gente promissora e emergente; enfim passar a viver e desfrutar das regalias e privilégios que a “Ley da Nobreza” lhes conferia: um conjunto de valores e práticas originadas do Velho Mundo, consolidadas e franqueadas pelo Antigo Regime, e trasladadas para o Brasil, que lhes permitia tornarem-se também membros da “aristocracia da terra”.¹¹⁷

aurífera depois, vão permitir a inserção de seus representantes no estreito e privilegiado mundo dos aristocratas de origem.

¹¹⁷ Os organizadores da excelente coletânea de pesquisas reunidas em **RAÍZES DO PRIVILÉGIO – Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**, introduzindo os leitores a uma das seções de textos (pp. 9-24), escrevem: “No cume da sociedade, ... situava-se a nobreza, ... Das intermináveis e irresolutas discussões sobre o que seria levado em conta, em primeiro lugar, na promoção dos letrados em suas carreiras – a nobreza, a antiguidade da entrada na instituição ou a prática real do ofício” (e este era o caso específico do nosso próprio escritor genealogista Pedro Taques de Almeida) “vê-se como a origem familiar estava no centro das disputas por reconhecimento naquela sociedade fundamentada na ideia de privilégio”. Contudo esclarecem que pretendem “estudar alguns [outros] aspectos inerentes à problemática das hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime”, e para tanto retomam e ampliam a investigação de fontes como os registros genealógicos, testamentos, epístolas, processos judiciais e textos de cunho literário. Noutra seção onde procuram “dar conta de algumas dimensões das hierarquias no Antigo Regime que tiveram no mundo luso-brasileiro”, chamam a atenção para o que consideram “**especificidades da ‘nobreza colonial’**”, entre outras as formas de ascensão social de “certas categorias socioprofissionais”, às quais estão consideradas a dos comerciantes, “a uma estirpe de homens honrados, abastados, bem classificados, cuja mobilidade social foi evidente”. Ora, essas linhas de pesquisa e forma de analisar têm, a

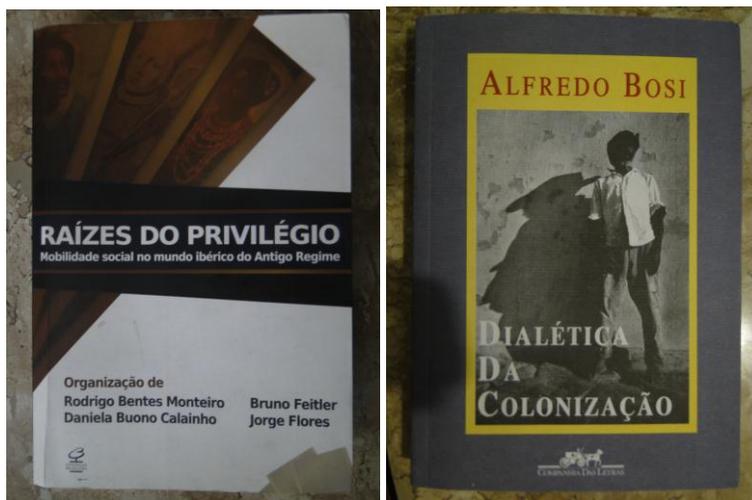


Imagem que ainda perdura e resiste reiteradamente na historiografia brasileira não por outra razão senão por haver-se de fato formado, ao menos, parte das elites nacionais com base nesses princípios e práticas desde a época bandeirante. Somente a crítica de Alfredo Bosi ao tratamento que lhe conferiu o Autor de **Raízes do Brasil**, embora a realize pela perspectiva da interpretação literária e ideológica, é mais destruidora da figura “sublimada” do Bandeirante paulistano, fazendo-nos refletir sobre a importância e o atualismo do tema.¹¹⁸

Com isso não queremos dizer que as coisas, apesar de se alterarem, continuaram as mesmas. Muito pelo contrário. John Monteiro em **OS NEGROS**

nosso ver, alguma correspondência com o que acabamos de ver nos estudos de John Monteiro e Ilana Blaj acerca do caráter mercantil da lavoura de gêneros alimentícios empreendida pelos colonos paulistas, especialmente por aqueles detentores das grandes propriedades rurais e maiores plantéis de escravos índios – a maior parte obtida nas expedições sertanistas – e que, por sua vez, se destacavam pelo poder e riqueza que ostentavam, os mesmos que Pedro Taques chamava de Potentados e que dizia terem-se feito “opulentos para conservar o respeito e o tratamento de pessoa potentada”. Vale também observar que a ascensão de comerciantes e fazendeiros à condição fidalga também acontecia em Portugal e servia à sobrevivência da própria nobreza lusitana, tendo sido objeto de regulação mesmo no período de Marquês de Pombal. A este respeito, ver O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias, de Maria de Fátima Coelho. *Análise Social*. Vol. XVI. 1980. A Autora cita entre outros trabalhos o de Armando Castro – Morgados in **Dicionário de História de Portugal**, direção de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1960-70.

¹¹⁸ BOSI, Alfredo – op cit. pp. 27-30.

DA TERRA forneceu uma imagem da sociedade e da economia paulistana do século XVII muito mais dinâmica e interessante do que fazíamos ideia: revelou um projeto de governo e uma função de importância fundamental desempenhada por São Paulo; tirou, digamos assim, da inércia o colono comum (aquele percebido e analisado por Alcântara Machado), mas captou e explicou as razões de sua pobreza; e ainda redefiniu os papéis que couberam às elites paulistanas desenvolver naquele período.¹¹⁹

11. Capelas – em busca de sua significação.

Diríamos ainda mais: a imagem que passamos a fazer de tal sociedade abre novos horizontes de pesquisa e nos incita a pensar num cenário, ainda por perscrutar melhor, mas que nos parece possível de ter realmente existido que, por sua vez, requeria a participação maior e mais constante de **categorias de profissionais** que respondessem pelas tarefas exigidas na construção das sedes dessas grandes propriedades rurais – **residências** como a do Sítio Santo Antonio edificada por Fernão Paes de Barros em meados do século XVII que tanta fartura ostentava em suas mesas e copas – e na fatura das demais **benfeitorias** exigidas pelas culturas (como o moinho de pedra para fabricação de farinha de trigo como o recentemente localizado em Santana do Parnaíba) e criações, e especialmente na edificação das **capelas** – marca distintiva dos “potentados paulistanos” – com seus equipamentos de culto e rica ornamentação, aos quais se incluíam, por que não, os artistas que abrihantavam o culto e as festividades religiosas.

Afinal, nem tudo devia ser feito pelos índios! Uma gama de profissionais que iam desde arquitetos, mestres carpinteiros e taapeiros, pedreiros e marceneiros, pintores e escultores, músicos e cantores, artífices esses em parte vindos de fora, da Metrópole (como aqueles que concorreram para a fatura dos altares da Capela de N. Sra. da Piedade), ou de outras áreas mais desenvolvidas da Colônia (Bahia e Pernambuco), talvez até das regiões hispânicas, e, por que não incluímos os já radicados na própria São Paulo de Piratininga, entre brancos, escravos índios e mamelucos, uns poucos negros e mulatos, e ainda

¹¹⁹ Esta imagem contrasta com a que predominava na historiografia. Vejamos, por exemplo, Richard M. Morse - **FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO PAULO** (DIFEL. São Paulo. 1970) - que, embora admita a existência de comércio com outras áreas da Colônia e mesmo com a região platina, menospreza sua importância: “No começo do século XVII, a Capitania de São Vicente possuía um modesto comércio de exportação, constituído de carne salgada, couros, conservas de fruta e farinha, com que abastecia tanto as cidades costeiras do Norte do Brasil, quanto Buenos Aires, ao Sul. ... Todavia, o planalto paulista estava longe de ser um empório comercial e a sua base econômica era essencialmente a agricultura de subsistência”. (pág. 33).

aqueles religiosos-artistas e artífices, jesuítas e de outras Ordens conventuais que por aqui viviam. Profissionais cuja **presença** será sempre difícil de comprovar, seja qual for a sua procedência, dada a total ausência de documentação, mas que a perscrutamos e podemos pressenti-la ao apreciar o pouco que restou dos produtos de suas atividades. Esse cenário, que pode ser imaginado a partir da informação da existência de mais de quarenta capelas (seriam semelhantes às de Santo Antonio e da Senhora da Conceição?), nos faz refletir, e lamentar, sobre o quanto de **Arte** nelas existia, de que restou quase nada. Talvez muito dos fragmentos de retábulos e imagens que se desprenderam dos nichos originais dessas capelas desaparecidas, hoje ainda circulem pelos antiquários, oferecidos nos leilões de arte paulistas e cariocas, passando de mão em mão, mas já definitivamente perdida a áurea que motivou a sua criação, restando, porém, ainda, incontestemente, o seu valor artístico.



Capela de Santo Antonio, fundada por Fernão Paes de Barros em 1681 – São Roque/SP. Foto de 1940. IPHAN/SP

Mais adiante, depois das descobertas das minas de ouro, essas funções e papéis se ampliam e se diversificam, o quadro colonial torna-se mais complexo, e são criadas as condições que inserem os paulistas, fazendeiros e comerciantes, nos moldes da economia colonial de produção de “gêneros agrícolas para a exportação”, como explicou Illana Blaj. E se a essa época (a do açúcar) Pedro Taques menciona um número menor de fidalgos e não designa nenhum potentado como outrora, lembremos que, pouco depois, com a produção do café, reaparecerá com todo vigor essa “aristocracia da terra”, com centenas e centenas de “barões”; o regime monárquico brasileiro mantendo viva a tradição nobiliárquica e a base escrava que a sustentava.

A obra de Pedro Taques situa-se a meio caminho dessa trajetória, tendo escrito a maioria dos estudos genealógicos na segunda metade do século XVIII, da qual nos chegou menos da metade. Nela procurou remontar esse longo processo que foi também a sua maneira de contar a história da capitania de São Paulo! Uma obra de caráter memorialista, que privilegiou as origens, contendo narrativas que permitiam reviver e enaltecer uma época que já ficava para trás, e escrita num momento em que já se havia alterado significativamente o modo de viver do paulista. Aquele que Luís Saia enalteceu, privilegiando o poder militar do bandeirante: “O paulista já não é aquele tipo façanhudo que os documentos antigos retratam: ‘metido com sua escopeta pelos matos ..., nem todos os exércitos da Europa parece serão bastantes para o impedirem que entre, e saia por onde quiser’ ”.¹²⁰ E dentre os inumeráveis personagens biografados, sobre os quais foi possível abordar uma gama de aspectos bastante curiosos, somente cerca de uma dúzia deles o Autor assinalou terem sido “fundadores de capelas particulares”, das quais a maioria construída no século XVII.¹²¹

¹²⁰ SAIA, Luís – op. cit. p. 136.

¹²¹ Vale insistir, todavia, na advertência feita por Taunay a respeito dos estudos realizados por Pedro Taques de que somente uma quarta parte, se tanto, foi reunida e publicada na Nobiliarchia Paulistana. Ou seja, as 12 capelas correspondem somente a uma quarta parte dos potentados por ele biografados.



Morada e Capela de Santo Antonio – São Roque/SP. Vê-se à direita da varanda da casa (construída em meados do séc. XVII) o cômodo originalmente destinado a cumprir função de capela. Cerca de 30 anos depois (1681), Fernão Paes de Barros manda construir a graciosa capelinha que vemos ao lado da casa – a **única** dentre todas as fundadas no século XVII – 45 segundo John Monteiro – que restou (em condições de ser restaurada) daquele recuado período. Foto: Julio Moraes (1992)

No início deste texto fizemos uma distinção entre a capela que existia na Morada Bandeirista, situada no alpendre da residência, e a capela rural propriamente dita, como edifício autônomo. Porém, as duas eram equipadas para cumprir as funções de templo religioso. Padre Manoel Fonseca relatou as visitas que os padres jesuítas faziam às fazendas e a utilização daquela capela para a assistência espiritual.¹²² As informações que o IPHAN conseguiu reunir a respeito das capelas das moradas bandeiristas pressupõem a existência de altares, imagens e, ao menos num caso, atestam a existência de uma porta-confessionário (Sítio Padre Ignácio), além de um forro pintado (Sítio Querubim). Assim, embora a capela da morada não fosse propriamente uma igreja, nem por isso

¹²² Os documentos referentes ao “Oratório Particular” de Padre Rafael Antonio de Barros (1757) e de sua sobrinha e herdeira Anna de Barros (1838) também são a comprovação disso.

deixava de constituir um recinto religioso que se diferenciava de um simples oratório doméstico.

Já as capelas de Santo Antonio e de Na. Sra. da Conceição do Voturuna ostentavam equipamentos e ornamentos para todos os sacramentos – equipamentos que existiam igualmente nas demais capelas descritas por Pedro Taques na **Nobiliarchia Paulistana**.

A capela rural, construída pelo potentado em sua fazenda, embora pudesse ser equiparada a uma pequena igreja¹²³ – e de fato constituía um templo religioso completo (capela-mor, nave, sacristia e, por vezes, torre-sineira e alpendre) –, não tinha vínculo direto com nenhuma organização da Igreja. Ela era propriedade privada do potentado bandeirante que, todavia, ao provê-la dos equipamentos e alaias requeridos pelo ritual religioso, tornava possível a realização de missas e demais ofícios os quais, todavia, deviam ser realizados por membro da Igreja, de qualquer das ordens da Igreja.



Retábulo e arco-cruzeiro. Capela de Santo Antonio.
Foto: Irene Tsueko Hashimoto Cerqueira. 2013.

¹²³ Isso evidentemente não é válido para algumas capelas de engenho do Nordeste açucareiro, devido ao porte, equivalente por vezes às capelas de irmandades urbanas do século XVIII.

Assim essas capelas constituíam instrumentos, utilizados pelas elites paulistanas daquele período, para “privatizar” o culto religioso, ainda que realizado por membro do clero, secular ou regular. A capela rural não retirou do clérigo, do padre jesuíta ou de outra ordem qualquer, o que lhe era próprio – a faculdade de ministrar os sacramentos. O potentado paulista, assim como o senhor de engenho, embora altivos e poderosos, não tinham autoridade para suprimir a presença deles. Mas esse é o aspecto de menor interesse.

Se, como era o nosso propósito, conseguimos demonstrar que é possível admitir ao menos uma relação entre as **fortunas dos grandes potentados** – originadas pelas maneiras descritas anteriormente, e, com elas, ter uma vida luxuosa, estabelecer um estilo requintado de viver, próprios da nobreza lusitana e reproduzidos em terras paulistanas nos segundo e terceiro séculos de colonização por seus reais ou supostos membros e descendentes, em os quais as práticas religiosas constituíam parte importante da celebração desse modo aristocrático de ser – e a **fundação de capelas** em seus domínios territoriais – onde estavam representados não apenas a posse particular desses espaços religiosos assim configurados, como também toda a ritualística que encerravam os atos nelas realizados, quer na privacidade de sua família quer coletivamente nas festividades –, então chegamos bem próximo ao que acreditamos tenha sido a **significação** desse elemento (que hoje tomamos por monumento histórico) para os próprios protagonistas: os potentados bandeirantes.



Capela de Santo Antonio. Foto: Irene Tsueko Hashimoto Cerqueira. 2013.

Pois, as capelas desses potentados assim querem-nos parecer, também constituem, refletem ou representam uma **ordem de valores** que assinalam, na paisagem rural dos séculos XVII e XVIII, um elemento diferenciador, “distintivo” de seus possuidores; representam “status” e notabilidade no panorama sócio-cultural inclusive sobre as demais esferas da própria camada dominante; e, desse modo, assinalavam um “símbolo” do modo de viver peculiar da **facção mais rica e distinguida da própria camada dominante da sociedade bandeirante** – nobre de origem ou enobrecida pelas maneiras que assinalamos.



Elementos ornamentais da nave da capela. Em destaque o painel das águias bicéfalas que decoram o púlpito.

Foto: Irene Tsueko Hashimoto Cerqueira. 2013.

Ou seja, ter capela não era para qualquer um! Não bastava ser rico. O que os diferenciava entre os demais membros da aristocracia que aqui se fazia representar? A “abastança”, o tamanho da riqueza, a disponibilidade dos bens consumíveis existentes em suas “fazendas”, como a de Pedro Vaz de Barros onde esse Potentado podia dar “a sua maior assistência”, e onde seus convidados “hospedes, amigos, parentes e estranhos” podiam ser “todos agasalhados com grandeza e muita profusão”. Bem assim, a fazenda de Padre Guilherme Pompêo d’Almeida, em Araçariguama, onde por ocasião das festividades a Senhora da Conceição, padroeira de sua capela, de “São Paulo concorria a maior parte da nobreza”, a qual recebia em sua casa que mais parecia, no entender de Pedro Taques, “n’aquelles dias uma populosa villa, ou corte, pela assistência e concurso dos hospedes”.

Se era o tamanho da riqueza dos Potentados que os distinguiu frente aos demais, por outro lado o que aproximava seus hóspedes ao seu convívio era o fato de pertencerem todos aos estamentos privilegiados, ser ou ter alçado à condição de fidalgo, ser nobre de origem ou por ter obtido reconhecimento do Rei por serviços prestados, pela “conquista” e “domínio” de silvícolas, pela “riqueza” assim amealhada, enfim por se tornar merecedor de benefícios em razão de ações efetuadas em proveito do Império luso e da Igreja Católica. Em outros casos, por ter títulos, pertencer a alguma Ordem religiosa, ou ocupar Cargos Públicos na Administração do Império. A tais atributos parcela da camada dominante paulistana tinha acesso ou conseguia alcançar. Mas construir capelas em seus próprios domínios, nem todos! Só a elite da sociedade bandeirante do século XVII. Elite que se fazia presente, entre outras coisas por possuir sesmarias, ter fazendas, planteis de índios e grande produção de trigo, moinhos para fabricar farinha que era vendida pela Colônia afora e também pela fundação das 45 capelas de que nos deu conta o historiador John Monteiro.

Ser nobre na Metrópole deveria de ser certamente coisa bem diferente. O “viver na Colônia” alterava bastante as coisas. As ações que acabamos de apontar evidentemente eram muito próprias da “condição colonial”. A começar porque pertencer a essa “classe” tão diferenciada exigia coisas bem mais difíceis de ter ou de se obter por aqui. Educação, por exemplo, restrita quase tão somente aos Colégios jesuíticos; aquela que hoje chamamos, por vezes, de forma pedante, exibindo uma superioridade que não existe, de “acadêmica”, somente se houvesse recursos para ir à Metrópole – o que nem todos os ricos conseguiam.¹²⁴

¹²⁴ Embora se refira já ao século XVIII, vendo por exemplo os filhos de Roque Soares Medella, parece que o único que se tornou magistrado foi o primogênito, Ignácio. O caçula, que herdou a sede de sua fazenda, tornou-se Padre e conseguiu tornar a capela da morada construída por seu pai um “Oratório Particular” por um breve papal concedido em 1758. Outro filho, Francisco, auxiliava o pai em seus negócios mercantis e assim

Mas, o que mais importava era ter riqueza. E aqui pudemos constatar, com base numa historiografia recente, as origens dela. E, lógico, havia como até hoje há, certos hábitos que os distinguiam, entre outros o de manter distância de atividades – dos ofícios mecânicos especialmente – e de relacionamentos “comprometedores”. Todavia, a condição colonial não impedia que se fizesse uso das terras e da escravaria, nativa ou negra, com propósitos mercantis. Agricultura e pecuária eram atividades entre as quais era possível recorrer, estavam entre aquelas “condições” para se fazer e manter as fortunas na Colônia. Se era permitido aos colonos do nordeste lavrar a terra recebida em sesmaria, formar imensos canaviais e transformá-los em açúcar nos engenhos, auferindo ganhos que lhes permitia “viver abastadamente”, possuir **Casa Grande e Capela**, esta por sua vez ainda maior e mais ricamente ornada,¹²⁵ porquê não seria consentido aos colonos das Capitanias do Sul, especialmente de São Paulo, igualmente beneficiados com grandes sesmarias, produzir outros gêneros que pudessem oferecer vantagens senão iguais ao menos suficientes para enriquecer e ter vida semelhante ao dos Senhores de Engenho da Bahia e Pernambuco com quem mantinham mais estreitas relações desde as invasões holandesas?

O propósito de Dom Francisco de Souza no início do século XVI fora desenvolver um projeto oficial, ou seja, da política econômica de el-Rey Dom Filipe e, como se viu, contou com “estímulos” bastante para atrair e contentar gente fidalga a nele se engajar. A lavoura comercial desenvolvida no planalto paulista era estratégica para o êxito do projeto. A essa política podiam aderir pessoas da confiança das autoridades metropolitanas, como Fernão Paes de Barros e Pedro Vaz *Guassú*, filhos do Capitão-mor e Governador de São Paulo, de nobre origem, que, além do apoio material e financeiro que ofereceram, também se envolveram diretamente nas atividades produtivas planejadas, através de suas propriedades rurais e seus grandes plantéis de índios.

Embora não se conheça ainda outros vestígios da existência de moinhos nas demais áreas ocupadas por essas grandes propriedades no século XVII, é de se supor, tal como o agora descoberto em Santana de Parnaíba,¹²⁶ que vários potentados paulistanos os tenham possuído e igualmente capazes de beneficiar grandes quantidades de trigo colhido seja nas suas fazendas seja em atendimento

prosseguiu até falecer. Juiz, padre e negociante, foram as atividades que permitiram-lhes manter uma certa maneira de ser, sustentada pelas terras e escravos que herdaram, vivendo a “Ley da Nobreza”, como se dizia então.

¹²⁵ Que aqui em São Paulo talvez só a Capela de N. Sra. da Piedade fundada em Araçariguama por Francisco Rodrigues Penteado, agraciada pelo ouro de Minas Gerais, tenha sido correspondente em tamanho e riqueza.

¹²⁶ Vide Nota 49 a respeito referido no artigo: **As ruínas do Sítio do Morro Um importante moinho de trigo da era das bandeiras**, de Francisco Andrade.

a demandas de propriedades vizinhas, de médio e pequeno porte, de forma semelhante ao que ocorria com os plantadores de cana no Nordeste que se serviam dos engenhos à custa de uma porcentagem que era deduzida do produto final. De tal modo que a produção e o comércio de trigo tornaram-se realidade no planalto paulistano em meados do século XVII, garantindo o abastecimento das Capitâneas do Rio e do Nordeste e servindo também de insumo ao Tráfico Negro. Eis a explicação da fortuna desses potentados do século XVII em São Paulo. Riqueza proveniente da renda extraída da lavoura e beneficiamento do trigo e de outros gêneros agrícolas, e não apenas daquela resultante da caça e venda do índio escravizado aos Senhores de Engenho da Bahia como antes se suponha. Riqueza que também explica a fartura e garante o modo de viver “abastado”, próprio da fidalguia paulistana, de que as capelas, com o seu ritual e forma peculiar e requintada de exibir obras de variada qualidade artística, em nosso modo de entender, constituem **símbolo** inequívoco.

A capela, de início, quando ainda lotada num cômodo da residência rural típica da elite do planalto paulistano, guardava as práticas religiosas nos limites da zona particular e familiar; constituía um espaço de orações domésticas. Somente em determinadas ocasiões se via obrigada a estender suas funções a um público maior, nas festividades do oráculo da capela ou nas “visitas de assistência espiritual” realizadas pelos jesuítas – quando eram realizados ofícios que tinham por finalidade atender o contingente diferenciado dos trabalhadores da fazenda, índios administrados ou escravos, mamelucos e agregados. O recurso de confessionário móvel bem como de pia batismal de madeira, permitindo o fácil transporte para fora do recinto da capela já na varanda da morada, ou mais tarde, depois de edificada a capela independente da residência rural, no alpendre dela – como ocorreu no Sítio e Capela de Santo Antonio construídos por Fernão Paes de Barros – indicam uso discricionário no atendimento espiritual dessa gente, ao menos para os sacramentos da eucaristia e batismo. O espaço que lhe cabia ocupar, nas cerimônias, limitava-se a entrada dessas capelas, na varanda ou no alpendre.¹²⁷

¹²⁷ É lógico que a limpeza da capela exigia o ingresso dos escravos domésticos; serviços que deviam ocupar bom tempo de trabalho, especialmente dos elementos de sua paramentação artística, a começar pelo retábulo, imagens, tocheiros e as alfaias, os quais, por exigir atenção e cuidado maiores, exigiam “serviçais” preparados. Talvez a presença deles fosse consentida noutras circunstâncias como nos dias de forte calor, para abanar as senhoras, ou nos ofícios noturnos empunhando tochas ou velas para iluminar o ambiente. Quem sabe daí não nasceu a ideia da confecção dos tocheiros antropomorfos – os “**Negrinhos de Santo Antonio**” (<https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>) que figuraram na capela de Fernão Paes de Barros e hoje se encontram no Museu do Ipiranga?

A capela constituía um meio privado e privilegiado de diálogo com Deus e os Santos da devoção do potentado,¹²⁸ de negociação futura de sua alma, em ato de remissão dos pecados da carne e dos muitos abusos de autoridade cometidos para com aqueles que lhe serviam. Essa conversa íntima, difícil, titubeante, que mantinha com Deus e consigo mesmo, por vezes pensava em torná-la mais incisiva; tais pensamentos lhe ocorriam quando um jesuíta batia à sua porta, declarando-se em visita pastoral à comunidade dos índios, e lhe oferecia assistência espiritual, propondo-lhe ato de confissão, que chegava a admitir, ensaiava, mas acabava adiando para outro momento, talvez mais próximo à hora derradeira. Enquanto esta não se anunciava resolveu construir uma capela em separado, próximo à morada, e provê-la de tudo quanto fosse necessário. Contribuía desse modo com a Igreja Católica com mais um templo que o recompensaria com a benção e a prestação dos serviços espirituais em sua própria fazenda, de maneira que não precisasse ir mais a Vila semanalmente. Mas o que mais o animou foi pensar no quanto esse empreendimento o faria se projetar entre os seus pares, concorrendo com eles na fatura esmerada de seus equipamentos de culto, na ornamentação artística da capela e na promoção das festividades religiosas. Proveu-lhe, desse modo, do que pode providenciar de melhor: assim mais um par de castiçais, agora de prata que os de madeira e de ouro já os tinha bastante, e mais adiante, indo à Vila, consegue autorização do Reitor do Colégio para que um padre pintor, que viera da Bahia, ou de Portugal, não sabe ao certo, antes de retornar, lhe pinte a capela. Quem sabe não seja essa a origem das pinturas de algumas daquelas quarenta e cinco capelas que existiam então nas circunvizinhanças de São Paulo de Piratininga? Ou devemos insistir em procurar os artistas por aqui mesmo? Que importava ao potentado de onde viera o pintor (essa é uma questão nossa); o que lhe interessava era que pintasse sua capela com a perfeição que se exigia do artista! A ânsia por decorá-la, por vezes causou algum exagero que um crítico de Arte hoje lhe perdoa, e mesmo agradece, por acomodar no espaço da nave obras entre rústicas, de sabor popular, e aquelas mais bem elaboradas, de refinado gosto, só encontradas nas melhores igrejas de Portugal. Assim, viu-se obrigado acomodar a imagem de um santo de sua devoção feito de madeira e primorosamente pintada que encomendara a dois artistas na Vila em um retábulo que um padre jesuíta lhe confiou ter sido obra de um índio que, depois de convertido à fé Cristã e revelado dotes artísticos promissores, declarou-se insatisfeito, recusando praticar o ofício que aprendera, e sem mais razão abandonou tudo, fugiu, retornando à mata, em busca de sua gente.

¹²⁸ e obviamente aos demais membros da família; eventualmente facultado aos hóspedes e, nas festividades religiosas, aos convidados.

Entretanto, quando voltamos a **Nobiliarquia**, Pedro Taques, apesar de descrever sumariamente o espaço interior das capelas, narra uma ordem de acontecimentos que as tornava palco privilegiado de representações consubstanciadas numa prática carregada de simbolismo, próprias do ritual religioso, mas entremeada por considerações de ordem moral sobre aqueles que delas participavam, denotando maneiras de agir e pensar cujo sentido parece ser o de reproduzir, nas plagas paulistanas, o modo de viver da aristocracia metropolitana, “palaciana” ou própria da “Corte”, sobre o qual ainda nos indagamos se se reportava a fatos que reconstituía ou era também fruto da imaginação do ilustre genealogista.



Capela de Santo Antonio tendo ao fundo a **Casa de Morada** de Fernão Paes de Barros.
(Foto: Irene Tsueko Hashimoto Cerqueira - 2013)

Se, entretanto, em nossa exposição conseguimos ao menos captar o simbolismo que o seu discurso encerra, não tememos concluir que a capela rural do potentado paulista (assim como a do coetâneo Senhor de Engenho nordestino) era a expressão maior, a mais completa e a mais requintada da condição nobiliárquica colonial entre nós; embora ainda persista, tal como ao pintor que introduziu o tema, a sensação de tarefa inconclusa, ainda por melhor se realizar.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de – O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. S. Paulo. Cia. das Letras, 2000.

AMARAL, Aracy A. – A Hispanidade em São Paulo da casa rural à Capela de Santo Antonio. Livr. Nobel. EDUSP. 1981.

AMARAL LAPA, José Roberto do - ECONOMIA COLONIAL. São Paulo: Ática, 1994.

AMARAL LAPA, José Roberto do - O Antigo Sistema Colonial. Editora Brasiliense. São Paulo: 1982.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO – 1835.

ANDRADE, Francisco – As ruínas do Sítio do Morro. Um importante moinho de trigo da era das bandeiras. Revista Vitruvius ARQUITEXTOS 167, de 14,1br.2014.

ANDRADE, Mário de - A Capela de Santo Antonio in Revista do SPHAN. Nº 1. MES. Rio de Janeiro. 1941.

ÁVILA, Affonso – Igrejas e Capelas de Sabará in BARROCO 8 ANO 1976. 10º FESTIVAL DE INVERNO. Univ. Fed.de Minas Gerais.

AZEVEDO, Paulo Ormino de - Alpendres na Arquitetura Religiosa: Revendo as Teorias in BARROCO 12. Anos 1982/3. UFMG. Belo Horizonte. Imprensa Universitária.

BAZIN, Germain – A ARQUITETURA RELIGIOSA BARROCA NO BRASIL. Ed. Record. Rio de Janeiro. 1983.

BLAJ, Ilana - Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36. São Paulo. 1998. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200012>)

BOSI, Alfredo – DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO. Cia. das Letras. São Paulo, 2010. 4ª edição.

BRUNO, Ernani Silva – O Equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos. Registros 1. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo. 1977.

CADERNOS DO PATRIMÔNIO DE ITU. Prefeitura da Estância Turística de Itu – Secr. de Cultura. Ano 1 – Nº 1 – 2015.

CALAINHO, Daniela Buono – Curas e hierarquias sociais no mundo-luso-brasileiro do século XVIII in RAÍZES DO PRIVILÉGIO Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime, pp 483-506.

CERQUEIRA, Carlos G.F. e SAIA NETO, José – PESQUISAS EM TORNO DE UM MONUMENTO. 9ª SR/IPHAN/MinC, Projeto *Documentação de Bens e Monumentos Tombados*. 1997.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez – Documentos comprovam Roque Soares Medella como construtor da morada rural hoje conhecida por Sítio Padre Ignácio, e dão ensejo a novas perspectivas de pesquisa. In (<https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>)

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez – JESUÍTAS E BANDEIRANTES – História, Arte e Arquitetura Coloniais. in (<https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>)

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez – JOSÉ PATRÍCIO DA SILVA MANSO in José Patrício da Silva Manso (1740-1801): UM PINTOR COLONIAL PAULISTA RESTAURADO. *Documentação de Bens Culturais e Monumentos Tombados*. 9ª SR/IPHAN. MinC. São Paulo. 2007. pp 20-21.

COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. Análise Social. Vol. XVI. 1980.

COSTA, Lúcio – Arquitetura Jesuítica no Brasil in Revista do SPHAN. Nº 5. MES. Rio de Janeiro. 1945.

Dicionário de História de Portugal. Direção de Joel Serrão. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1960-70.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Vol. LI. Arquivo do Estado de São Paulo. 1930.

DUPRAT, Régis - A música na Matriz e Sé de São Paulo Colonial 1611-1822. São Paulo. Paulus. 1995.

ELLIS, Myriam – AS BANDEIRAS NA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL in História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I Volume I DIFEL. São Paulo Rio de Janeiro. 1976.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral: A civilização do açúcar. Séculos XVI a XVIII. Tudo é história 88. Editora brasiliense. São Paulo. 1994.

FONSECA, Padre Manoel - Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus... composta pelo padre ... da mesma Companhia, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, Ano de MDCCLII. Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1952.

HARVEY, David – OS LIMITES DO CAPITAL. Boitempo Editorial. SP. 2013.

KOK, Glória - O SERTÃO ITINERANTE Expedições da Capitania de São Paulo no Século VIII, Ed. HUCITEC, SP, 2004.

LANGE, Francisco Curt - A MÚSICA NA VILA REAL DE SABARÁ: Editora Estatutos Históricos, 1970.

LEITE, Serafim – História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI. Ed. Nacional do Livro. 1945.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes – NOBILIARCHIA PAULISTANA HISTORICA E GENEALOGICA. Tomo I. Publicação Comemorativa do IV Centenário da cidade de São Paulo.

LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme – HISTÓRIA DO BRASIL – UMA INTERPRETAÇÃO. Ed. SENAC de S. Paulo, 2008.

MACHADO, José de Alcântara – Vida e Morte do Bandeirante. Livraria Martins. São Paulo. 1929.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da - MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE. Livr. Martins Ed. São Paulo. 1954

MÁRIO DE ANDRADE: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). (Introdução e Notas: Lélia Coelho Frota). MEC.SPHAN. pró-Memória.1981.

MARX, Karl – Cultura, arte e literatura: textos escolhidos / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. 1ª ed. – São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2010.

MARX, Karl – O CAPITAL (Crítica da Economia Política). Livro 1: O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. Vol. 2. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1971.

MEGIANI, Ana Paula Torres - Dicionário das antiguidades de Portugal: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto in HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Volume 1 – A CIDADE COLONIAL 1554-1822. Paz e Terra. São Paulo. 2004.

MESGRAVIS, Laima, De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial in HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – A CIDADE COLONIAL 1554-1822 / volume I - organização Paula Porta – São Paulo : Paz e Terra. 2004.

MESGRAVIS, Laima - Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia in ESTUDOS ECONÔMICOS 13 (Nº ESPECIAL) : 799-811. São Paulo.1983, pp. 799-811.

MONTEIRO, John Manuel – NEGROS DA TERRA – ÍNDIOS E BANDEIRANTES NAS ORIGENS DE SÃO PAULO. São Paulo. Cia. das Letras, 1994.

MONTEIRO, John M. – Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Volume 1 – A CIDADE COLONIAL 1554-1822. Paz e Terra. São Paulo. 2004.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes, CALAINHO, Daniela Bueno, FEITLER, Bruno e FLORES, Jorge – RAÍZES DO PRIVILÉGIO. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.

MOOG, Vianna – BANDEIRANTES E PIONEIROS. Paralelo entre duas culturas. 3ª edição. Editora GLOBO. RJ – PA – SP. 1956.

MORSE, Richard M. – FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO PAULO. DIFEL. São Paulo. 1970.

MOTTA, Márcia Maria Menendes - Minha casa, minha honra: morgadios e conflito no império português in RAÍZES DO PRIVILÉGIO – Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime, org. de Rodrigo Bentes Monteiro e outros. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.

MOURA FILHA, Maria Berthilde – Arquitetura e Arte no Brasil Colonial – Uma miscigenação de Formas e Fazeres. www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de - Populações Meridionais do Brasil. 1920. Introdução de Antônio Paim. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

PETRONE, P. - ALDEAMENTOS PAULISTAS. EDUSP. 1995.

ROMEIRO, Adriana – prefácio à obra de SANTOS, Márcio – Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco. Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734. EDUSP. 2009.

ROPER, H. R. – A CRISE GERAL DO SÉCULO XVII in CAPITALISMO Transição. Livr. ELDORADO TIJUCA Ltda.. Coleção Leituras – História. (org. Theo Araujo Santiago). Rio de Janeiro. 1975.

SAIA, Luís - A CASA BANDEIRISTA – in MORADA PAULISTA. Ed. Perspectiva. São Paulo. Debates. 1972.

SAIA NETO, José e Cerqueira, Carlos G.F. – Sítio e Capela de Santo Antonio – Roteiro de Visita. Publicação da 9ª Coordenadoria Regional do IPHAN. Projeto: *Implantação de Programas de Uso em Bens Tombados*. São Paulo. 1997.

SANTOS, Marcio - BANDEIRANTES PAULISTAS NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Povoamento e expansão Pecuária de 1688 a 1734. Coleção Ensaio de Cultura. EDUSP. 2009.

SESMARIAS. 1602 – 1642. Archivo do Estado de São Paulo. Vol. 1

SILVA, Maria Beatriz Nizza – SER NOBRE NA COLONIA, Ed. UNESP. 2005.

SILVA TELLES, Augusto Carlos – ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DO BRASIL. MONUMENTA / IPHAN. 2008.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole – História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo Quarto. Tip. Ideal. S. Paulo.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole – História Seiscentista da Vila de S. Paulo. Tomo Primeiro (1600-1653). Typ. Ideal – S. Paulo. 1926

TAUNAY, Affonso d'Escragnole – PEDRO TAQUES E SEU TEMPO (estudo de uma personalidade e de uma época). S. Paulo. Oficina Diário Oficial. 1923.

TREVOR-ROPER, H. R. – A CRISE GERAL DO SÉCULO XVII in CAPITALISMO Transição. Rio de Janeiro. Livraria ELDORADO TIJUCA Ltda. Coleção Leituras História. (org. Theo Araujo Santiago). 2ª. Edição. 1975.

VALLE, Franco Della Valle: José de Alcântara Machado e seus leitores – www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/.../665

VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira – COMERCIANTES, TRATANTES E MASCATES in Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História. Mary Del Priore (org.). Rio de Janeiro. Editora CAMPUS. 2000.

WERNET, Augustin – Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954) in HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – A CIDADE COLONIAL 1554-1822.